



**Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental**

**Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**

**Glauca de Sousa Moreno**

**AÇÃO COLETIVA E LUTA PELA TERRA NO  
ASSENTAMENTO PALMARES II, PARÁ**

Belém  
2011

**Glaucia de Sousa Moreno**

**AÇÃO COLETIVA E LUTA PELA TERRA NO  
ASSENTAMENTO PALMARES II, PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. PhD Gutemberg Armando Diniz Guerra

Co-Orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis

Belém  
2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –  
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

---

Moreno, Glaucia de Sousa

Ação coletiva e luta pela terra no Assentamento Palmares II, Pará / Glaucia de Sousa Moreno; orientador, Gutemberg Armando Diniz Guerra - 2011

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2011.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2. Reforma agrária – Pará. 2 Assentamentos humanos – Parauapebas (PA). I Título.

---

CDD – 22.ed. 333.318115

**Glaucia de Sousa Moreno**

**AÇÃO COLETIVA E LUTA PELA TERRA NO  
ASSENTAMENTO PALMARES II, PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.  
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável  
Orientador: Prof. PhD Gutemberg Armando Diniz Guerra  
Co-Orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis

Data da aprovação. Belém – PA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Gutemberg Armando Diniz Guerra  
PhD. NCADR UFPA

---

Dalva Maria da Mota  
Dra. EMBRAPA Amazônia Oriental

---

João Santos Nahum  
Dr. IFCH UFPA

---

Aquiles Vasconcelos Simões  
Dr. NCADR UFPA

À minha doce e adorada avó, Teresa Oliveira de Souza (*in memoriam*), que em vida dedicou esforços para que eu pudesse estudar.

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são destinados a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a construção desta dissertação.

Ao mestre: Gutemberg Armando Diniz Guerra, meu orientador, pela paciência e disponibilidade durante a construção desta dissertação, pela liberdade proporcionada na escolha dos caminhos da pesquisa, bem como na confiança depositada nos resultados deste trabalho.

A Heribert Schmitz, pela atenção e pela disponibilidade de atender minhas solicitações, pelas contribuições durante o exame de qualificação, e observações importantes em meus textos e artigos.

Aos demais professores do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) que de alguma forma contribuíram na elaboração deste trabalho durante as disciplinas ministradas no curso, em especial ao professor Aquiles Simões, Dalva Maria da Mota, Delma Pessanha Neves, Laura Angélica Ferreira, Osvaldo Kato, Paulo Martins, Walkymário Lemos e William Assis.

Aos trabalhadores rurais Sem Terra Antônio Francisco, Antonio Menezes, Airton, Domingos, Edmilson, Floriano, Galdino, Guiomar, José Viana, José Lima, José Dalvino, Luiz, Maria Célia, Rosa, Zulmira pela paciência ao me concederem as entrevistas e pela forma acolhedora que me receberam em suas casas no assentamento Palmares II.

Aos representantes da regional Araguaia do MST em especial, a Ayala, Charles Trocate, Giselda, Izabel e Maria Raimunda pela jornada de entrevistas.

Aos amigos Maria Antônia e Bruninho, pela acolhida em Belém durante os créditos do curso de mestrado.

Ao Pessoa pelo empréstimo de livros, pela presença e conselhos em momentos difíceis.

À turma de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do ano 2009: Carlos, Clarissa, Danielle, Fernanda, Francinaldo, Lívio, Jacirene, José Maria (Zeca), Ketiane, Ione, Margarete, Raissa, Silviane e Tatiane pela agradável companhia e troca de conhecimentos.

Aos técnicos administrativos do NCADR, em especial a Dircélia, Wilma, Raimundo e Dora pela paciência e cordialidade em atender às demandas solicitadas.

À minha família, Mãe, pai e irmãos, meu porto seguro nos momentos de aflições e angústias, porque são eles os responsáveis por me transmitirem paz e serenidade.

A Dona Maria Costa, que de forma incansável sempre me deu força para acreditar que era capaz, contribuindo para que eu chegasse ao término deste trabalho.

A Maria Helena, por tudo que fizeste para que eu pudesse fazer o curso de mestrado.

A Rogério Bordalo, meu companheiro por toda a paciência, compreensão e pela companhia durante a jornada de entrevistas e idas e vindas ao assentamento Palmares II.

E por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro via bolsa de estudos, sem a qual a realização dessa pesquisa não seria possível.

A large crowd of people, mostly men, with their arms raised in a protest or rally. The image is in black and white and has a slightly blurred, high-angle perspective. The crowd is dense, and many people are looking towards the camera or slightly to the side. The background is bright, suggesting an outdoor setting.

### **Todos ou nenhum?**

    Escravo,  
quem vai te libertar?  
    Aqueles que estão  
no mais profundo abismo  
    Te verão,  
Ouvirão os teus gritos.  
Serão os escravos que te libertarão.

    Todos ou nenhum.  
    Tudo ou nada.  
Um homem sozinho  
não pode se salvar.  
    Ou as armas  
    ou as correntes.  
    Todos ou nenhum.  
    Tudo ou nada.

    Homem perdido,  
quem te ajudará?  
    Aqueles que não  
suportam a miséria  
São os que se juntam à luta  
Para que o dia seja hoje  
    E não um dia  
qualquer por chegar.

(Bertolt Brecht)



## RESUMO

Nesta dissertação se analisa como as ações desenvolvidas pelos militantes e participantes do Projeto de Assentamento Palmares II, em Parauapebas-PA, contribuem ou não para consolidar uma prática política solidária afinada com o ideário do MST, desde a fase de acampamento até o assentamento. Os dados foram coletados entre janeiro e agosto de 2010, através de roteiro estruturado, utilizado para entrevistar lideranças e assentados do assentamento em foco. A categoria principal do trabalho é a ação coletiva. Apresenta elementos que favoreceram a formação e consolidação do MST no Brasil, e posteriormente no Pará. Discute os aspectos teóricos e empíricos da ação coletiva no movimento, seguido de um breve histórico de formação do assentamento. Demonstra e descreve as ações coletivas ocorridas neste período, aporta na discussão as contribuições da escola America de Chicago e do filósofo italiano Antonio Gramsci. Descreve as iniciativas coletivas ocorridas no assentamento entre 1996 e 2010, demonstra como elas se desenvolveram, quais seus objetivos e os fracassos que marcaram esse período, utilizando as contribuições de Olson, McKean e Ostrom para fundamentar a discussão. Assinala convergências e divergências entre os projetos dos assentados e das lideranças do movimento, demonstrando que alguns assentados tiveram seus projetos “fracassados” devido a imposições do jogo de poder entre assentados e lideranças. Aponta, no ano da pesquisa, as iniciativas coletivas que ocorreram no assentamento, quais sejam assembleias e ocupações, com o intuito de resolver problemas demandados pela necessidade de melhoria de infra-estrutura e abastecimento do assentamento. Por fim expõe que é preciso pensar em ações coletivas dentro de um projeto que vise à emancipação dos agricultores a partir de uma lógica que funcione ancorada no respeito, antes de tudo centrada nos objetivos e necessidades dos assentados, ou seja, circunscrito não em modelos ideais (avessos à realidade), mas substanciados na condução democrática que fortaleça a possibilidade de escolha pelos assentados de suas prioridades. Por isso antes de tudo deve-se ouvir os atores da reforma agrária, os sem-terra ou assentados, e não permitir que apenas os supostos interesses da liderança sejam levados em consideração.

**Palavras-chave:** MST, Ação Coletiva, Convergências, Divergências, Poder.

## ABSTRACT

This dissertation examines how the actions taken by militants and participants of Palmares II Project Settlement, in Parauapebas-PA, contribute or not to consolidate a solidarity political practice in tune with MST ideals, since the camp through settlement phases. Data were collected between January and August 2010 through structured questionnaire used to interview leaders and settlers from the settlement into focus. The main work category is the collective action. It presents evidence that favored the formation and consolidation of the MST in Brazil, and later in Pará. Discusses the theoretical and empirical aspects of collective action in the movement, followed by a brief history of the development of the settlement, demonstrates and describes the collective actions that occurred during this period, brings into discussion contributions of America in Chicago school and from the Italian philosopher Antonio Gramsci. Describes collective efforts in the settlement occurred between 1996 and 2010, demonstrates how they developed, what goals and failures that marked this period, using the Olson, McKean and Ostrom contributions to substantiate the discussion. Notes similarities and differences between the settlers projects and leaders of the movement, showing that some settlers had their projects "failed" due to the impositions of power play settlers / leadership. Points, in the research year, the collective initiatives that occurred in the settlement, which are assemblies and occupations, in order to resolve issues demanded by the necessity of settlement infrastructure and water supply improvement. Finally it states that it must think about the collective actions inside a project that aims farmers emancipation from a logic that works rooted in respect, first of all centered in settlers goals and needs, ie confined not in ideal models (averse to reality), but substantiated in the democratic conduct that strengthens the priorities settlers choice possibility. So first of all it should hear the agrarian reform actors, the landless or settlers, and not only allow the supposed leadership's interests be taken into consider.

**Key-Words:** MST, Collective Action, Similarities, Differences, Power.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> Mapa de localização do Assentamento Palmares II.....	24
<b>Figura 02</b> Localização das famílias entrevistadas em Palmares II por regiões.....	27
<b>Quadro 01</b> Substratos das falas dos entrevistados sobre a ação coletiva no MST.....	35
<b>Quadro 02</b> Substratos das falas dos assentados sobre ação coletiva em Palmares II.....	41
<b>Figura 03</b> Texto do memorial para coleta de assinaturas em favor da reforma agrária.....	57
<b>Figura 04</b> Capa do Jornal dos Sem Terra, tratamento repressivo dado à luta pela terra.....	61
<b>Gráfico 01</b> Migração interestadual nas décadas de 1980 e 1990.....	72
<b>Figura 05</b> Migrantes na População ano 2000.....	74
<b>Quadro 03</b> Perfil dos assentados entrevistados em Palmares II.....	89
<b>Figura 06</b> Origem dos assentados entrevistados.....	91
<b>Figura 07</b> Localização do lote Filhos da Terra, onde funcionava um dos grupos coletivos....	99
<b>Figura 08</b> Divisão esquemática do lote coletivo Filhos da Terra.....	106
<b>Figura 09</b> Bananal coletivo do grupo de 6 famílias.....	108
<b>Figura 10</b> Benfeitorias conseguidas após ocupação na Ferrovia Carajás, ano 2008.....	109

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

APROCPAR – Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares

BASA – Banco da Amazônia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEMAGREF – Instituto de Pesquisa em Engenharia, Agricultura e Meio Ambiente

CEPASP - Centro de Estudo, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CIRAD – Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra

MASTRO – Movimento dos Sem Terra no Oeste do Paraná

MEB – Movimento de Educação de Base

MSR – Movimento Social Rural

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NCADR – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural

NEP – Novo Programa Econômico

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SERPAJ – Serviço de Paz e Justiça

UDR – União Democrática Ruralista

UFPA – Universidade Federal do Pará

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

URSS – União das Repúblicas Socialista Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>22</b>
1.1 OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	23
1.1.1 Entrevistas com as lideranças.....	28
1.1.2 Entrevistas com os assentados.....	29
1.1.3 Hipóteses de base.....	30
<b>CAPÍTULO 2 CONTORNOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DA AÇÃO COLETIVA NO MST.....</b>	<b>31</b>
2.1 AÇÃO COLETIVA NAS BASES IDEOLÓGICAS DO MST.....	31
2.2 ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DA AÇÃO COLETIVA NO MST.....	40
<b>CAPÍTULO 3 GÊNESE E PRÍNCIPIOS IDEOLÓGICOS DO MST.....</b>	<b>53</b>
3.1 FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL.....	53
3.2 ELEMENTOS QUE FAVORECERAM A TRAJETÓRIA DO MST NO ESTADO DO PARÁ.....	67
<b>CAPÍTULO 4 AÇÃO COLETIVA DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO EM PALMARES II.....</b>	<b>82</b>
4.1 O ACAMPAMENTO.....	82
4.1.1 Período inicial: ocupações e formação do acampamento.....	82
4.1.2 Perfil dos assentados entrevistados em Palmares II.....	88
4.1.3 Memória dos assentados acerca das ações coletivas ocorridas no período do acampamento.....	92
4.2 O ASSENTAMENTO.....	96
4.2.1 Período inicial do assentamento.....	96
4.2.2 Tipos de ação coletiva desenvolvida pelo MST em Palmares II (Período do Assentamento).....	99
4.2.3 Convergências e divergências entre o projeto dos assentados e propostas da liderança.....	112
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>119</b>

<b>ANEXOS.....</b>	<b>126</b>
--------------------	------------

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um interesse, cuja trajetória teve início em 2007. Coincidindo com o período de estudos no Curso de Graduação em Agronomia na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Marabá, se deu meu primeiro contato com o Movimento<sup>1</sup> dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estive inserida na realização de uma pesquisa proposta pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD), na qual tinha sido convidada a ser bolsista. A pesquisa foi elaborada através da metodologia baseada no Modelo LIBTCAL<sup>2</sup> desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa em Engenharia, Agricultura e Meio Ambiente (CEMAGREF). Na mesma foram realizadas entrevistas<sup>3</sup> com seis líderes do MST, regional Araguaia, Sudeste do Pará, e oito assentados de reforma agrária do assentamento Palmares II.

Durante a pesquisa do CIRAD constatei que os assentados, militantes ou não do MST, ao entrar na organização tem objetivos comuns. Um dos ingredientes deste objetivo é o anseio de tornarem-se proprietários de terra e não mais estar em condição de dominação pelos grandes proprietários. É nesse momento que o MST vem ao encontro dos objetivos destes indivíduos e propõe a construção de um mundo justo, igualitário e soberano, motivo que impulsiona a entrada de pessoas no movimento. Contraditoriamente, o que mobiliza as pessoas para se associarem ao MST é o desejo de posse e propriedade da terra, o que é parte do projeto da organização que pretende também transformar a sociedade em moldes que não correspondem necessariamente ao dos desejados pelos seus mobilizados.

A aproximação com o movimento para realização da pesquisa permitiu-me que participasse dos eventos por eles organizados. Este contato foi responsável por fazer emergir

---

<sup>1</sup> O termo movimento tem significados diversos. No caso específico assumiu caráter substantivo para nominar a organização de camponeses sem terra em busca de estruturar suas vidas produtivas e, para isso, disputando-as ora legalmente, ora militarmente. O MST enquanto movimento social “pretende caracterizar os aspectos mais originais e mais criativos da vida social, demonstrando sua capacidade de mobilizar-se e organizar-se, de inovar e criar” (Gutemberg Guerra, comunicação pessoal a Glaucia de Sousa Moreno). Também é palco para que os “indivíduos livres de sujeições tradicionais desenvolvam uma capacidade organizacional que lhes possibilite definir objetivos comuns e mobilizar os recursos necessários para atingir seus objetivos” (BOUDON; BOURRICAUD, 2001, p. 372-373).

<sup>2</sup> Sigla que corresponde às iniciais dos nomes dos autores: Livet, Boltanski, Callon e Latour. Este modelo visou a detecção da ação coletiva; a busca do bem comum local e as inovações que o uso da ação coletiva proporcionou em Palmares II.

<sup>3</sup> O objetivo das entrevistas na pesquisa era: caracterizar a dinâmica territorial em curso; caracterizar a ação coletiva existente, e como ela influenciou na dinâmica territorial em curso; identificar o grupo que pratica ação coletiva e o bem comum existente e identificar como a ação coletiva e o bem comum influenciam na dinâmica territorial em curso.



alguns questionamentos a respeito do movimento. Por outro lado, com a finalidade de realizar a pesquisa proposta pelo CIRAD<sup>4</sup>, sobre a ação coletiva com enfoque na pecuária leiteira, precisava compreender a organização, o funcionamento e objetivos do MST. Naquele momento foi possível perceber que no movimento havia outras formas de ação coletiva, que mereciam ser analisadas. Nessa perspectiva surgiu o objeto de reflexão que depois se configurou como objeto de estudo desta dissertação.

Primeiramente, passei a me perguntar como as famílias assentadas, que anteriormente não tiveram experiência com trabalho coletivo, em um movimento social, poderiam produzir ações coletivas e participar da viabilização de um projeto socioeconômico de cunho socialista. Esta dúvida surgiu pela observação da maneira como o movimento promovia suas ações coletivas, pois notávamos que não eram aceitas por todos os assentados e que nem todos entendiam plenamente as intenções do MST em transformar a sociedade e fazer dos assentados em potencial um coletivo revolucionário. O que move essas pessoas a participarem de ações coletivas segundo uma lógica de inspiração socialista, diferente das que são exercidas habitualmente pelos agricultores familiares? De fato, o que se verificava era que o discurso das lideranças, fortemente marcado pela inspiração socialista, não necessariamente era o elemento mobilizador daqueles que se engajavam na ação. Em Palmares II os assentados são oriundos de 11 estados brasileiros, demonstrando um aspecto da diversidade do grupo<sup>5</sup>, o que, entretanto não impediu que se reunissem em processo de luta comum, com objetivos comuns. Até onde essa diversidade comprometia a coesão do grupo na busca dos seus objetivos?

Antes de buscar respostas para estes questionamentos, tivemos que compreender o cenário que possibilitou o gênese e fundação do MST em 1984. Este surgimento esteve determinado por vários fatores, dentre os quais, e certamente o principal deles, o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu a partir da década de 70 do século XX, provocando a migração de grande contingente populacional do campo para a cidade, reforçada pelo acelerado processo de industrialização que se acentuava no país.<sup>6</sup>

O início da industrialização do Brasil ocorreu por volta de 1870, em estreita relação com a imigração de grande contingente populacional e a expansão da cultura do café em São

---

<sup>4</sup> O modelo LIBTICAL não teve boa aplicação em Palmares II, pois a ação coletiva que o mesmo propunha testar tinha que estar pautada em uma atividade produtiva. Em Palmares II, o objeto estava representado por um laticínio que foi planejado para ser gerenciado de forma coletiva, e no decorrer da pesquisa descobriu-se que o laticínio em nenhum momento foi gerido coletivamente pelos assentados.

<sup>5</sup> Grupo é uma expressão que identifica indivíduos com interesses comuns.

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre história e princípios do MST vide Stedile e Fernandez (2005), Caldart (2001) e o site do MST ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)).

Paulo. As lutas no campo iniciam após esse período, agravadas pelo fato de a Lei de Terras de 1850 ter proibido pessoas de ocupar terras devolutas<sup>7</sup>. Para ser dono da terra o indivíduo tinha que comprá-la do Império ou de quem dele a tivesse comprado ou se constituído proprietário por uma das formas aceitas até então. Com essa lei, os camponeses que não dispunham de capital para aquisição de terras, sem alternativas, viravam agregados, parceiros, arrendatários (MST, 1986). Ainda no Brasil Império, emergiram líderes messiânicos<sup>8</sup>, que buscaram resolver situações de crise que afetavam determinados grupos sociais, através da criação de comunidades, lideradas por um messias, “pessoa de grande legitimidade e carisma, que se considerava e era considerado capaz de implantar uma nova ordem social, normalmente de caráter igualitário” (LAZZARETTI, 2007), como foi o caso de Antonio Conselheiro, em Canudos, na Bahia, combatido e vencido entre 1870 e 1897<sup>9</sup>, e do monge José Maria, no Contestado, fronteira do Paraná com Santa Catarina combatido entre os anos de 1912 a 1916.

Essas lutas caracterizam a história da humanidade com uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores de valores de justiça, de igualdade, de direitos e protagonistas de protestos e lutas, que engendram uma identidade de classe, seja ela de posseiro, ou meeiro, colono, agricultor familiar, sem terra. Espoliados do direito de serem proprietários de terras, estas categorias emergem pelo advento do capitalismo, que tem como base material de reprodução a divisão do trabalho e a industrialização. Nessa lógica nasce o proletariado como sujeito potencial formado por classes subalternas, trabalhador assalariado, ou ainda dominados, assim taxados a partir da contradição entre capital e trabalho, exatamente o motivo pelo qual o MST fundamenta sua luta, propõe sua expansão pelos estados brasileiros, e, a posteriori, elenca suas bandeiras de luta, representadas por, a primeira e mais importante, a redistribuição de terras, reforma agrária, direito de posse de terra que, se alcançado, proporciona, melhores condições de vida e isonomia social.<sup>10</sup>

A principal bandeira de luta do MST é representada pela reforma agrária. Segundo o Estatuto da Terra (art.1º, 1º) de 1964, reforma agrária é um “conjunto de medidas que visem a

---

<sup>7</sup> Terras do Estado cedidas para implantação de atividades produtivas sob determinadas condições e devolvidas ao estado justamente por não ter atendido às condições impostas quando da cessão (LAZZARETTI, 2007).

<sup>8</sup>As lutas dessa época foram contra os coronéis. Os camponeses objetivavam livrar-se da exploração e conseguir um pedaço de terra (MEDEIROS, 1989).

<sup>9</sup>Sobre Antonio Conselheiro, ver Os Sertões (1998) e Diário de uma Expedição (2000) de Euclides da Cunha.

<sup>10</sup>Medeiros (2002), ao se referir sobre o papel educativo do MST enquanto movimento social, diz que: “Faz-se necessário um trabalho educativo que possibilite aos grupos subalternos a construção de uma consciência de classe para si, que lhes permita assumir conscientemente a defesa de um projeto de sociedade em que seja superada a sua condição de subalternidade. A importância deste trabalho educativo se revela também na capacidade de estimular entre os segmentos subalternos o movimento (a luta) pela materialização dessa nova sociedade” (MEDEIROS, 2002, p.27).

promover melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime da sua posse e uso, afim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade, visando estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do latifúndio e do minifúndio”. Segundo MST (1998) a reforma agrária tem caráter popular<sup>11</sup>, visando garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e quilombolas, estabelecendo limite máximo ao tamanho da propriedade da terra, como forma de garantir sua utilização social e racional.

As conceituações anteriormente citadas tendem ao mesmo caminho, e diferem-se ou opõem-se ao sentido de reforma agrária clássica<sup>12</sup>, capitalista, feita pela burguesia industrial até o final da Segunda Guerra Mundial. Os objetivos gerais das proposições estratégicas hegemônicas no Brasil sobre a reforma agrária desde a década de 1940, defendiam a necessidade de uma revolução burguesa no campo para eliminar ora os restos feudais ora o latifúndio improdutivo de maneira a permitir o desenvolvimento das forças produtivas sob o padrão de produção capitalista, a valorização do trabalho pelo assalariamento e a criação de um mercado interno. A partir dessa leitura é possível sugerir que os objetivos gerais das proposições estratégicas hegemônicas para uma reforma agrária capitalista se aproximavam dos objetivos estratégicos sobre a questão agrária da burguesia para a afirmação e homogeneização do capitalismo no país. Nessas proposições estratégicas, “tanto a popular como a burguesa, o campesinato, foi considerado como a expressão do atraso tecnológico, cultural e político, portanto, com potencial anti-revolucionário” (CARVALHO, 2010, p. 2).

Após a compreensão do cenário que possibilitou o surgimento do MST, o próximo passo foi buscar compreender como o movimento organizou suas pautas de luta, que aqui denominaremos de ideário. Este, por sua vez, foi estruturado a partir das experiências de outros movimentos sociais da América latina. No I Congresso Nacional do MST, foram estabelecidas as seguintes diretrizes e princípios ideológicos do movimento:

---

<sup>11</sup> Ou seja, a terra deve ser entendida como um bem da natureza a serviço de toda a sociedade. Um bem de todos para atender a necessidade de todos (MST, 1998).

<sup>12</sup> Para mais informações vide texto “Uma resignificação para a Reforma Agrária no Brasil” de Horácio Martins de Carvalho, 2010. “No âmbito dessa perspectiva, a reforma agrária a partir dos pressupostos de uma revolução burguesa, constituiria, por um lado, pequenos e médios produtores rurais em condições de incorporarem as tecnologias capitalistas modernas para o campo e, de outro lado, a grande empresa capitalista que se concretizaria pelo estabelecimento das relações sociais de assalariamento e portadora da relação capital-trabalho necessária para a criação de um proletariado supostamente capaz de desenvolver a consciência socialista e de se aliar ao proletariado urbano para realizar a luta de classes contra o capital” (CARVALHO, 2010, p. 2).

a) lutar por uma sociedade sem explorados sem exploradores; b) ser um movimento de massas; c) organizar os trabalhadores rurais na base; d) dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; e) articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina (SILVA, 2008).

Em seus vinte e seis anos de existência, o MST conseguiu estruturar-se em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal. Conta com 90 mil famílias acampadas, aproximadamente 400 mil pessoas, vivendo em 875 acampamentos. São 350 mil famílias assentadas, e como fruto da organização da produção coletiva o movimento apresenta 161 cooperativas, 140 agroindústrias, 1.900 associações, 1.800 escolas primárias e secundárias, uma escola nacional de nível superior e vários meios de comunicação (CARTER, 2010).

Ao tomar conhecimento destas informações numéricas que revelam um tipo de preocupação profundamente social, esta dissertação foi construída na perspectiva de analisar qual é a distância entre o projeto individual ou familiar da maioria dos assentados e o projeto coletivo das lideranças do MST. Que convergências e divergências existem entre estes projetos? Estas inquietações foram fundamentadas a partir de leituras e reflexões acerca do surgimento do MST no Brasil e do histórico das lutas existentes no campo, que representavam a união de classes subalternas em prol de objetivos comuns contra a lógica imposta pelo sistema capitalista. O que me cativou para construção deste estudo foi o fato de pessoas de diferentes regiões do país, que de certa forma tem maneiras de pensar e agir diferentes, se dispusessem a formar, dar corpo a um movimento social, e lutar contra forças hegemônicas<sup>13</sup> em busca de uma melhor qualidade de vida. Como indivíduos que não tiveram formação baseada em princípios socialistas incorporam a ideologia socialista do MST, se é que o fazem? Em que medida têm clareza e combatem a desigualdade social presente neste país?

Uma contradição aparente é que o campesinato funda seu cotidiano em relações primárias baseadas no parentesco e vizinhança. A proposta socialista nega os privilégios que se estabelecem por este tipo de relação familiar, pretendendo criar uma relação de igualdade que exige a negação da família. O fato é que as estratégias de entrada no próprio movimento se articulam por redes familiares, conforme pode-se ver na análise de outros trabalhos (PANTOJA, 2010).

Adotaremos nesta pesquisa, a noção de ação coletiva como a prática de indivíduos associados para a obtenção de um objetivo comum. E coletivismo<sup>14</sup> como idéia de posse, uso

---

<sup>13</sup> Força hegemônica pressupõe ter poder de dirigente, ser governo (MEDEIROS, 2002).

<sup>14</sup> A idéia de coletivismo que ora apresentamos parte das experiências de coletivização que aconteceram na União Soviética, ou seja, coletivização foi considerada, como a forma natural de organização da agricultura sob o socialismo (SHANIN, 1990, p. 27).

e gestão de um bem comum. Quando eles se unem para buscar este interesse comum a todos produzem ação coletiva (acampamentos, ocupações de terras ou órgãos públicos, interdição de estradas, marchas, passeatas, carreatas, saques, comícios, roças, mutirões).

A problemática desta pesquisa está baseada, tanto em evidências empíricas gerais de casos que apresentam objeto de estudo semelhante, ou seja, estudos realizados por outros autores que expressam explicações sobre o processo de ação coletiva no MST. O objetivo geral desta dissertação é: analisar como as ações desenvolvidas pelos militantes e participantes do Projeto de Assentamento Palmares II, em Parauapebas, contribuem ou não para consolidar uma prática política solidária afinada com o ideário do MST, desde a fase de acampamento até o assentamento. E os específicos são: compreender como os militantes e participantes de Palmares II desenvolvem ações coletivas nos acampamentos e assentamentos; Identificar em que atividades ou momentos as ações coletivas se expressam; analisar em que medida essas ações estão afinadas com o ideário do movimento; inquirir qual o papel da ação coletiva em Palmares II. Para responder a estas indagações a dissertação, encontra-se dividida em 4 capítulos.

No primeiro capítulo apresento a metodologia de construção do objeto de estudo, o objetivo geral e os específicos.

No segundo capítulo teremos a discussão que é central neste trabalho, ou seja, a ação coletiva e as teorias que contribuem para esse debate. Traz-se para o debate as contribuições da escola de Chicago representada por Herbert Blumer, concomitantemente com as contribuições do filósofo italiano Antônio Gramsci, Olson, McKean e Ostrom sobre a temática da ação coletiva. A partir destes autores pretendo refletir sobre os resultados desse trabalho em sua relação com a categoria ação coletiva.

No terceiro capítulo apresento a gênese e princípios ideológicos do MST através da contextualização da formação do MST no Brasil, seu surgimento e implantação no estado do Pará, a organização na Região Sudeste Paraense, e uma breve descrição da ação coletiva nas bases ideológicas do MST.

No quarto capítulo apresentamos uma descrição detalhada do processo histórico de formação e consolidação do assentamento Palmares II e a exposição das atividades que representam a ação coletiva do acampamento ao assentamento neste lócus da pesquisa.

Por fim, o item destinado às considerações finais contém mais resultados da pesquisa e um debate com os autores, ou seja, uma relação com o quadro teórico utilizado, apresentando também minha posição na discussão

Com esse trabalho esperamos, ao estudar o fenômeno da ação coletiva em um assentamento de reforma agrária do MST, no caso o Palmares II, compreender as contradições que existem na construção da democracia que o movimento prega e que possam estar andando em descompasso ou não com o interesse dos assentados. Espera-se que isto permita visualizar essas divergências na compreensão da diminuição do contingente de pessoas que deixam de participar do MST, por causa de imposições que não se aproximam de seus projetos de vida ao ir para um assentamento de reforma agrária.

## CAPÍTULO 1 – CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Como pode alguém aproximar-se da área e escavá-la? Isto não é uma questão simples de aproximar-se de determinada área e olhar para ela. É um trabalho exaustivo que requer uma ordem elevada de tentativa cuidadosa e honesta, imaginação criativa e disciplinada, recursos e flexibilidade no estudo, uma ponderação dos resultados e uma constante disposição para testar e reorganizar as visões e imagens da área (BLUMER, 1960, citado por HAGUETTE, 1995, p. 42)

Estamos partindo da premissa de que o surgimento do MST e o desencadeamento de ações coletivas no movimento aconteceram devido a macrofundamentos na estrutura agrária do Brasil e suas contradições. Segundo Scherer-Warren (1998), para estudar ação coletiva em um Movimento Social Rural (MSR), no âmbito das ciências sociais, devem ser analisadas algumas condicionantes que levaram a ação coletiva a se concretizar. Como esta pesquisa irá estudar a ação coletiva em um assentamento conquistado pelo MST, concordamos com Scherer-Warren ao listar os condicionantes a serem considerados ao se pesquisar ações coletivas rurais:

1. A lógica dos condicionantes estruturais (em suas dimensões histórico-econômica e cultural), ou seja, é necessário considerar tanto os macrofundamentos (a estrutura agrária do país e suas contradições), que caracterizam os conflitos que deram origem à sua organização, quanto sua prática articulatória.
2. É necessário investigar as relações e os confrontos dos movimentos emancipatórios com as ações coletivas das elites agrárias. Historicamente tem havido no mundo rural uma subordinação dos atores sociais aos atores políticos, por isso que muitos movimentos expressam seu potencial revolucionário através de uma luta que é ao mesmo tempo anticapitalista, anti-imperialista e comunitária, opondo-se simultaneamente às estruturas de poder estatal e econômico.
3. As estruturas de dominação no campo tem também reproduzido as estruturas e a naturalização do uso da violência. Trata-se, portanto de analisar os diferentes significados atribuídos à violência e às conseqüentes formas que esta assume nas práticas sociais e cotidianas.
4. A análise dos movimentos sociais propõe identificar os significados da ação coletiva em função de uma identidade imputada ao ator social, cuja identificação em si associa-se à lógica da mobilização. (SCHERER-WARREN, 1998, p. 232-234).

Pensamos que é mais valido ver no método o *sentido* da pesquisa a significação que esta ganha no quadro da disciplina onde ela prossegue. Este sentido se impõe de qualquer maneira a pesquisa, visto que ele corresponde a uma necessidade de inteligibilidade, necessidade que não se poderia verdadeiramente satisfazer sem saber absoluto; ele não poderia, no entanto comandá-la do exterior, nem mesmo ser destacado dela, ser dado como

adquirido sem a deter. Nestas condições, é evidente que o método torna-se problema, da mesma forma que o pesquisador a refletir sobre os fundamentos de seu conhecimento na medida em que se elabora (VIET, 1973).

Recorremos ainda a visão interacionista simbólica para nos fundamentar no estudo da ação coletiva no MST, devido a origem da interação simbólica que aborda a natureza da sociedade e da vida em grupo, a natureza dos objetos, da ação humana e a ação conjunta, que estão baseadas em três premissas básicas segundo Blumer (1969) citado por Haguette (1995, p. 35):

i) O ser humano age com relação às coisas na base dos sentidos que elas têm para ele. Estas coisas incluem todos os objetos físicos, outros seres humanos, categorias de seres humanos, instituições, idéias valorizadas, atividades dos outros e outras situações que o indivíduo encontra em sua vida cotidiana.

ii) O sentido destas coisas é derivado, ou surge, da interação social que alguém estabelece com seus companheiros.

iii) Estes sentidos são manipulados e modificados através de um processo interpretativo usado pela pessoa ao tratar as coisas que ela encontra.

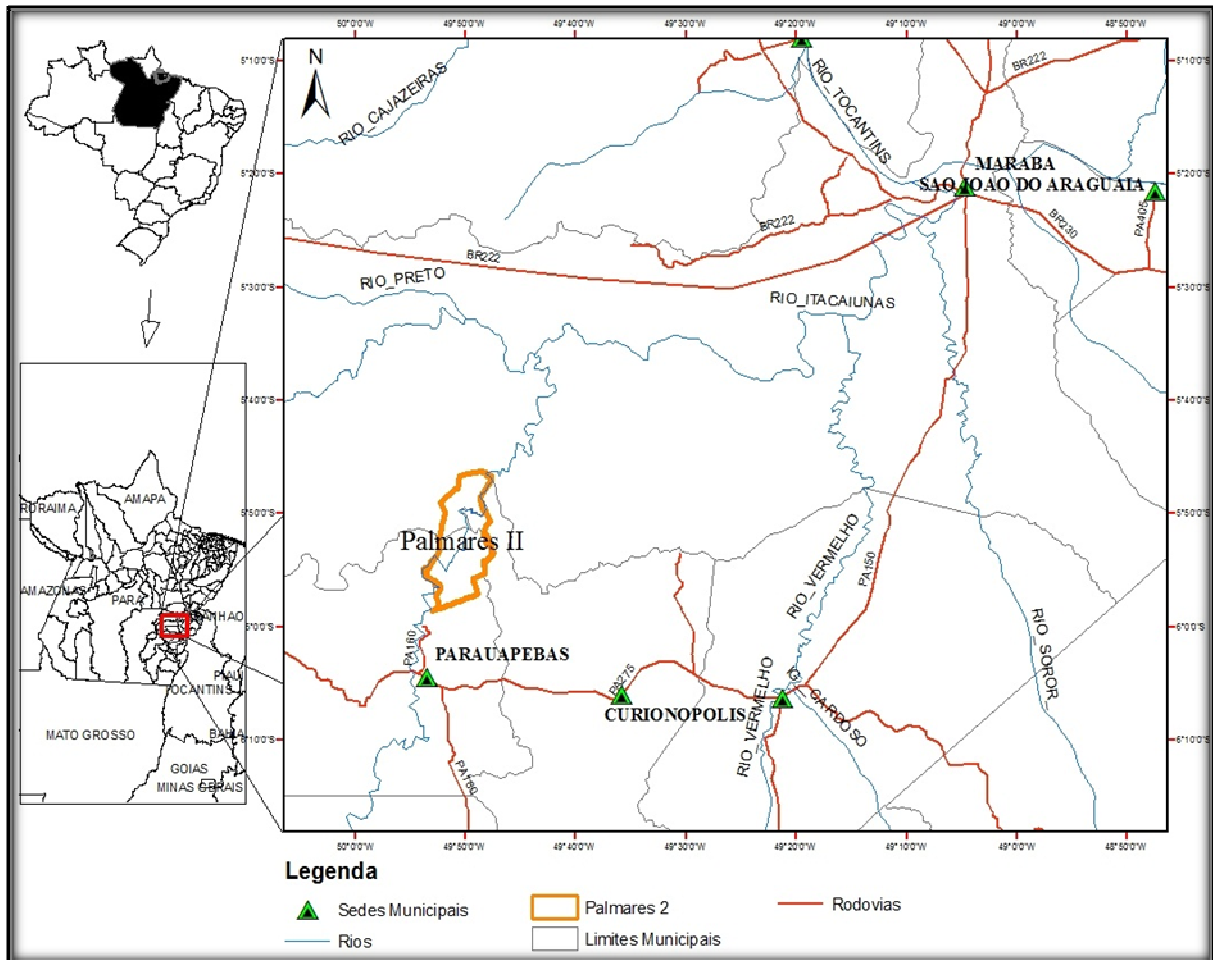
Com isso trata-se de uma pesquisa qualitativa, designando promover um conhecimento verificável sobre a vida humana em grupo e sobre a conduta humana. Sumarizada através de quatro concepções centrais: a) as pessoas, individual ou coletivamente, estão preparadas para agir à base dos sentidos dos objetos que compreendem seu mundo; b) a associação das pessoas se dá necessariamente, sob a forma de processo no qual elas estão fazendo indicações uma da outra; c) os atos sociais, não importa se individuais ou coletivos, são construídos através de um processo no qual atores notam, interpretam e avaliam as situações que eles confrontam; d) a intervinculação complexa dos atos que compreendem organizações, instituições, divisão de trabalho e redes de interdependência são questões moventes e não estáticas (HAGUETTE, 1995).

## 1.1 OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa que ora apresentamos foi realizada junto a assentados de reforma agrária do Assentamento Palmares II, localizado a 20km de Parauapebas (Figura 01). Seu município sede pertence à mesorregião Sudeste do Pará, estando distante da capital do estado, aproximadamente 800 Km. Como dito anteriormente, o que me levou ou me inspirou a



pesquisar o fenômeno da ação coletiva no assentamento Palmares II, partiu da pesquisa que participei no ano de 2007 solicitada pelo CIRAD Terrain Amazonie<sup>15</sup>.



**Figura 01** Mapa de localização do Assentamento Palmares II  
Confeção Rogério Bordalo, 2010.

Porém, ao pesquisarmos a ação coletiva com enfoque na pecuária leiteira no Palmares II, seguindo a metodologia elaborada pelo CEMACREF, objetivando detectar a ação coletiva em curso, a busca do bem comum local e as inovações que a prática da ação coletiva ocasionou no espaço/território do assentamento, não chegamos a resultados satisfatórios para responder a evolução da ação coletiva na pecuária leiteira no assentamento, justificando que o modelo não teve boa aplicação no Palmares II devido a metodologia de pesquisa não ter sido pensada de acordo com a especificidade da agricultura familiar do assentamento.

Essa pesquisa me trouxe questionamentos e indicativos de que ação coletiva se configurava em outras atividades ou em outros momentos. No período de finalização da

<sup>15</sup> Equipe de pesquisa do CIRAD na Amazônia, coordenada por René Pocard-Chapuis, com a qual eu tinha vínculo como estagiária.

pesquisa com o CIRAD, estava concluindo o curso de Agronomia na UFPA Campus de Marabá, e estes questionamentos suscitaram a minha proposta de trabalho para ingressar no Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA, na linha de pesquisa: “Mudança social, atores do desenvolvimento e dinâmica da organização no espaço rural”.

Neste momento meu objeto de estudo começava a ser delineado, e foi estruturado durante a qualificação do projeto de pesquisa. Com isso, a presente dissertação foi intitulada: originalmente com os termos Ação coletiva: do Acampamento ao Assentamento no MST. E posteriormente recebeu o título “Ação coletiva e luta pela terra no assentamento Palmares II, Pará”.

A dissertação tem como objetivo geral analisar como as ações desenvolvidas pelos militantes e participantes do Projeto de Assentamento Palmares II, em Parauapebas, contribuem ou não para consolidar uma prática política solidária afinada com o ideário do MST, desde a fase de acampamento até o assentamento.

Foram feitas três visitas ao assentamento Palmares II no ano 2010 (respectivamente nos meses de janeiro, junho e julho), para coletar informações, conhecer o cotidiano dos assentados e as formas de trabalho presentes no assentamento, utilizando a observação de campo para coletar dados pertinentes à pesquisa, ou seja, a partir da apropriação da realidade social no assentamento Palmares II.

Buscando resposta para o objetivo geral desta pesquisa, analisamos tanto os dados contidos nas entrevistas realizadas durante a pesquisa proposta pelo CIRAD, que somadas foram 14 entrevistas no ano 2007, quanto os dados das 22 entrevistas realizadas em 2010, especificamente para a construção desta dissertação.

O objetivo das entrevistas com os assentados e lideranças do MST na região sudeste paraense, não era produzir uma amostragem quantitativa, mas qualitativa, que expressasse a história de vida das pessoas, a vivência no acampamento e posteriormente no assentamento Palmares II, e o histórico de implantação do assentamento identificando os momentos de maior expressão da ação coletiva, através da história oral<sup>16</sup> e memória dos assentados. Dessa forma, entrevistei, no assentamento, 16 assentados e na secretaria e cooperativa do MST em Marabá foram entrevistadas 06 pessoas que compõem a liderança do movimento na região.

---

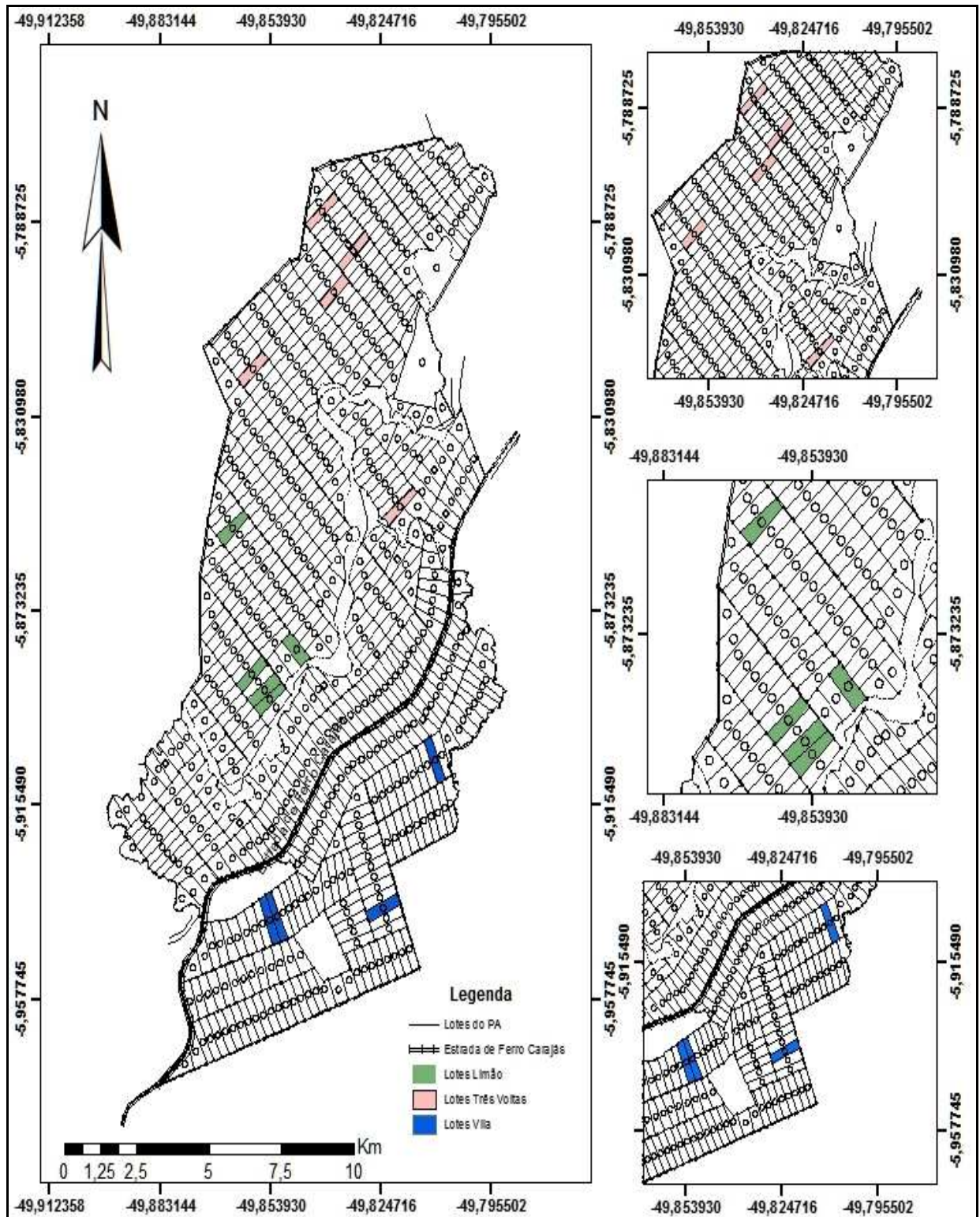
<sup>16</sup> Segundo Haguette (1995, p. 95), a história oral é uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado, ator social ou testemunhas de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade.

O critério para selecionar as famílias entrevistadas, foi buscar aquelas que participaram desde o período da ocupação, pois somente estas pessoas que vivenciaram essa realidade poderiam relatar como foi a vivência no acampamento, nas ocupações e marchas que fizeram até conseguirem a desapropriação da Fazenda Rio Branco. Para encontrar essas famílias tivemos que sair procurando pelo assentamento, e para isso, primeiramente separamos o assentamento por regiões<sup>17</sup>, depois em cada região localizamos cinco famílias que tinham o perfil que buscávamos. A figura 02 ilustra a identificação das regiões do assentamento Palmares II.

As pessoas começaram a se agrupar nas relações que iam construindo por região, aqui tem a região do Limão, aqui tem a região das Três voltas, a região da Vila (...) tivemos que perceber que eles foram se reorganizando pela região onde moravam, que ali o que agrupava era o processo produtivo, dado pela necessidade do agrupamento, desta organização vai se demandando outra forma coletiva de se organizar demandada pela necessidade (...) (SOUZA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

---

<sup>17</sup> O assentamento Palmares II possui 15.848,922 hectares de extensão, e 517 famílias assentadas que corresponde a 4400 pessoas no assentamento; estas famílias identificam-se através da região em que moram, em Palmares II e observamos a divisão em três regiões: da Vila, Limão e Três Voltas.



**Figura 02** Localização das famílias entrevistadas em Palmares II por regiões.  
 Confeção Rogério Bordalo, 2010.

Encontrar essas famílias implicou em estratégias, pois alguns não moram no lote, ou moram na vila do assentamento ou em Parauapebas, devido à idade ou por motivo de doenças na família. Outros não quiseram ser entrevistados, justificando não lembrar detalhes sobre a

ocupação, e o cotidiano no acampamento<sup>18</sup>. Outro fator foi a proximidade com o município de Parauapebas e as facilidades de locomoção do assentamento para a cidade, dificultando que encontrássemos as famílias em casa. Ora elas saem para vender produtos olerícolas na feira do produtor em Parauapebas, ou saem para visitar os filhos na vila do assentamento ou mesmo em Parauapebas.

### **1.1.1 Entrevistas com as lideranças**

A entrevista com as lideranças possibilitou que eu fosse apresentada aos líderes de MST na região sudeste do Pará, e para que eles tomassem conhecimento da pesquisa que estávamos fazendo e com isso facilitar o acesso, tanto a materiais bibliográficos do próprio MST quanto às visitas ao assentamento.

Para realizarmos entrevistas com as lideranças seguimos um roteiro estruturado em 3 eixos norteadores (Anexo B): dados gerais incluindo trajetória de vida; trajetória dentro do MST e ação coletiva no MST. As lideranças entrevistadas foram o presidente da associação de produtores do Palmares II, e mais 5 lideranças que ocupam cargos na direção estadual e outras na direção nacional do movimento.

Todas essas entrevistas foram gravadas por meio de um gravador de voz digital e em seguida transcritas, gerando um material que permitiu entendermos o processo histórico de construção do assentamento Palmares II, o ideário do movimento relacionado à prática da ação coletiva e as influências históricas deste tipo de ação, e em que tipo de ações os líderes observam que seja ação coletiva, concluindo com os problemas em torno da adoção da ação coletiva em Palmares II.

Cabe ressaltar que durante a pesquisa para o CIRAD foram entrevistadas 6 lideranças no ano de 2007 e para a pesquisa da dissertação em 2010, entrevistamos outras 6 lideranças do MST na regional Araguaia<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Estas desculpas demonstram uma resistência natural a prestar declarações a pesquisadores e entrevistadores, que não conhecem e sem saber exatamente para que servirão estas informações.

<sup>19</sup> Pertence a regional Araguaia os seguintes municípios: Marabá, São João do Araguaia, Tucuruí, Baião e Pacajá.

### 1.1.2 Entrevistas com os assentados

As entrevistas com os assentados aconteceram todas no assentamento, a maioria delas na casa dos próprios assentados, sendo que apenas 2 assentados foram entrevistados na sede da associação do assentamento. A quantidade de pessoas a ser entrevistada foi definida da seguinte forma: à medida que as repostas começavam a se repetir indicava a menor possibilidade de haver olhares diferentes sobre o problema.

Para realizarmos as entrevistas com os assentados utilizamos roteiro estruturado em 5 temáticas (Anexo B):

- I) Dados gerais – trajetória da família – experiência com organização social.
- II) Dados gerais do estabelecimento – uso atual da área – fonte de água – atividades.
- III) Ações coletivas do acampamento ao assentamento.
- IV) Participação nas organizações sociais do assentamento.
- V) Síntese sobre as principais considerações.

Foram entrevistados 8 assentados em 2007<sup>20</sup> durante a elaboração da pesquisa para o CIRAD, e em 2010 para confecção desta dissertação foram entrevistados outros 16 (Anexo A). As entrevistas foram elaboradas seguindo um roteiro semi-estruturado, permitindo que as pessoas falassem a vontade do tema abordado, relatando informações segundo seu universo de significação.

Essas entrevistas pautaram elementos ligados a memória dos assentados entrevistados, pois essa representa a capacidade de armazenamento de informações adquiridas ao longo do tempo, devido sua importância para os estudos referentes à história de vida através do registro da história oral.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1996, p. 423).

Cabe explicitar que as percepções de um indivíduo passam pelas informações sobre fatos, situações, lugares, pessoas que o marcaram de alguma maneira. Mas as lembranças podem não ter sido preservadas, ou seja, podem ocorrer esquecimentos. “Esses esquecimentos

---

<sup>20</sup> Estou considerando as entrevistas realizadas em 2007 com 8 assentados, pois serviram de base para informações sobre a organização do MST no Pará e no Brasil, passos iniciais para a construção da pesquisa e elaboração da dissertação. Esses dados são apenas acumulativos e não foram atualizados durante a pesquisa para a presente dissertação.

podem vir através de silêncios, moralmente, psicologicamente ou politicamente explicáveis” (MIRANDA, 2001, p. 34). Podemos afirmar que utilizamos da memória coletiva, essa se apresentou de forma importante para representar a luta destas famílias pela conquista da terra, como veremos mais a frente neste trabalho, em trechos das entrevistas.

Portanto,

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1996, p. 477)

### **1.1.3 Hipóteses de base**

A ação coletiva, em oposição às ações individuais e isoladas, tem sido enfatizada como essencial para a superação de obstáculos ao desenvolvimento de agricultores familiares, devido proporcionar maior força para a consolidação de atividades, uma vez que se configura o fortalecimento da capacidade organizativa das famílias e de inserção destas em instâncias decisórias. A hipótese de base parte dos seguintes pressupostos:

- 1) A ação coletiva existente em Palmares II é uma imposição do MST.
- 2) A ação coletiva é uma estratégia dos líderes do MST, com o intuito de manter a unidade e/ou isonomia no assentamento.
- 3) Para o MST a ação coletiva é encarada como uma tentativa de mudar ou provocar mudanças no modelo de agricultura convencional ou dominante no Brasil.
- 4) O MST vê na ação coletiva um caráter de construção e alteração social, que os atores são levados a defender em seu projeto social.

## **CAPÍTULO 2 - CONTORNOS EMPÍRICOS E TEÓRICOS DA AÇÃO COLETIVA NO MST**

Trata-se, pois, de investigar junto às ações coletivas rurais se a volta às raízes, às tradições, aos mitos fundantes, à mística, e a sua articulação com as opções políticas, com as propostas de transformação, com as utopias, tem um caráter libertador, instituinte de processos civilizatórios emancipadores, contra hegemônicos à dominação e à exclusão social; ou se reproduz o status quo e as formas instituídas de discriminação e dominação social (SCHERER-WARREN, 1998, p. 237).

### **2.1 AÇÃO COLETIVA NAS BASES IDEOLÓGICAS DO MST**

Para proceder a análise acerca da ação coletiva no MST, os fatores ligados à sua gênese nos levam a definir que a ação coletiva nesta pesquisa será estudada segundo os preceitos da abordagem etiológica clássica, “que vê as ações coletivas como efeito lógico de uma crise, de certa desagregação social, ou ainda, de um conflito estrutural que determinaria a priori a ação dos atores” (ALMEIDA, 2009). Entretanto, antes de abordar os fundamentos teóricos de análise, parece apropriado fazer um recorte dos principais elementos de estudo, pois sob o ângulo da abordagem etiológica, entende-se que as crises da modernização são incitadoras das ações coletivas e suscetíveis de induzir ou não o surgimento de lutas. Portanto iremos considerar a realidade objetiva como incitadora das ações coletivas e das representações sociais no MST.

O MST, a partir da segunda metade da década de oitenta, por meio de inúmeras ocupações, apresenta estratégias coletivas de sobrevivência para uma população expulsa ou excluída do campo pelo aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 70 do século XX. Para Silva (1982, p.126), “o rasgo fundamental das mudanças aí ocorridas nas últimas décadas foi o processo de industrialização dos diversos países latino-americanos, processo esse presidido pelo capital monopolista, que levou a agricultura brasileira a passar por um processo de industrialização e/ou modernização”. Neste aspecto o MST organizou os trabalhadores expulsos do campo pelo processo de modernização da agricultura, incentivando a formarem grupos de pessoas para realizar ocupações de terras, iniciadas na região Sul do Brasil. Este público compreende uma gama de moradores de periferias de cidades pequenas, médias e grandes, além de assalariados



agrícolas, posseiros, meeiros e camponeses com pouca ou nenhuma terra. As ocupações de terra se alastraram posteriormente por todo o país e, através da ocupação em prédios públicos, de caminhadas, fechamento de estradas e outras manifestações, os sem-terra se constroem como sujeito coletivo, criam uma identidade entre si, e opõem-se aos proprietários de terras e de riquezas, sendo capaz de organizar-se coletivamente.

Para a ocupação acontecer, antecede-se o recrutamento de famílias, que é uma demanda proporcionada pelo número de trabalhadores desempregados ou expulsos do campo que vive nas periferias das cidades, que são mobilizados a partir de um trabalho de base através de reuniões sistemáticas e doutrinárias.

Promover a ocupação e apropriação de terra, para os integrantes do MST é tentar romper com a lógica que move a sociedade capitalista, ou seja, desconcentrar a riqueza e partilhar entre os indivíduos da sociedade, com vista a um processo de transformação da sociedade. No estudo das ações coletivas é necessário considerar o peso e a lógica dos condicionantes e da lógica da mobilização.

Os trabalhos de base começam quando os integrantes do MST dirigem-se a periferia de alguma cidade, ou ao campo para trazer aqueles que encontram-se em condições de trabalho escravo. Esse trabalho principia pela explicação do que vem a ser o movimento, quais são os objetivos de estarem recrutando pessoas.

O movimento trabalha desta forma, por estes objetivos do que é o movimento, nós pensamos que deveríamos trabalhar desta forma que é unido e é coletivo. De forma individualizada nós não vamos conseguir do ponto de vista mais imediato, nós não conseguiríamos vencer o latifúndio, e do ponto de vista mais amplo que nós não vamos conseguir construir a sociedade dos nossos sonhos, se pensarmos e agirmos de forma individualizada. Então começa aí, ainda no trabalho de base, quando o indivíduo passa para o acampamento, e vai fazer ocupação da terra, automaticamente entra em uma dinâmica que vai fazer que o indivíduo viva em coletividade. Primeiro todo mundo vai ter sua função dentro do acampamento, por isso que tem as equipes, os setores, que são espaços de debate e de ação coletiva. O cara entra na ocupação de terra e automaticamente ele vai, para a equipe de segurança da área, ou vai para a equipe de saúde ou vai para a equipe que vai trabalhar, ou fazer arrecadação fora do acampamento, sobretudo para manter, o acampamento e não apenas para manter minha família (FERREIRA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

Ao demonstrarem os anseios do MST, os líderes aos poucos forjam o surgimento da vontade coletiva<sup>21</sup> nos indivíduos, através de processos de formação política e técnica, que vêm garantir o movimento fortalecido com indivíduos engajados na luta por reforma agrária.

---

<sup>21</sup> A vontade coletiva deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamentos coletivos (COUTINHO, 2009).

A vontade coletiva é representada pelo objetivo comum de conquistar a terra, e conseguir o título definitivo da terra; é nisto que os indivíduos se ancoram para lutar por terra junto ao movimento. A vontade coletiva faz emergir as ações coletivas no movimento, pois nos trabalhos de base, feito junto a estes indivíduos, a ação coletiva ou coletivismo é pregado e designado como única forma de conseguir o direito de posse da terra e as demais conquistas almejadas pelo movimento.

(...) **coletividade é uma condição**, principalmente nesta região aqui, mas no Brasil inteiro onde o MST está organizado, a **ação coletiva é a condição da luta e da resistência**, e [que] ela se dá desde o primeiro momento. Os enfrentamentos que são necessários as pessoas se juntam para firmar um objetivo, e ali as relações que são necessárias para a existência daquelas famílias neste período da ocupação, do enfrentamento com o latifúndio, com pistoleiro, com todo o processo. Aí elas se organizam em coletivo, coletivo que vai buscar a alimentação, coletivo que está responsável pela saúde. **E ali é a necessidade que vai demandando a criação dos coletivos** (SOUZA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

Por outro lado, podemos perceber no discurso dos assentados que não há uma coesão entre os indivíduos que compõem o acampamento, cada um age de acordo com seu objetivo em estar ali, seja em uma ocupação e/ou acampamento. Ocorre que no momento da ocupação e/ou acampamento, os indivíduos apresentam objetivo comum, representado pela conquista da terra, desta forma as pessoas aceitam a ordem dos líderes e assim agem coletivamente expressando uma vontade que é coletiva.

- Qual motivo lhe trouxe para um acampamento do MST?
- O negócio estava fraco para gente lá, com a família com 8 filhos, eu não tinha onde trabalhar, resolvi entrar no acampamento para ganhar a terra.
- Eu vim porque não tinha terra para trabalhar e aí surgiu o negócio de sem-terra para cá, o MST, ai mandaram um alô lá para a gente, ai por acaso a gente está por aqui.

Ao passo que a ocupação e/ou o acampamento é constituído, as pessoas que o compõem precisam cumprir com algumas regras de convivência e romper com alguns paradigmas, pois nesse novo momento elas passam a viver em sociedade, em um tipo de sociedade que exige, pelas carências, um alto grau de desprendimento e solidariedade. Dividem todos os espaços do acampamento e todos os espaços neste período são de uso comum. O simples fato de tomar banho, de lavar roupa, de buscar água para beber, são feitos em locais comuns e todos desfrutam deste mesmo local para suprimento das necessidades

básicas da família ou do indivíduo. A seguir listaremos quais atividades são consideradas coletivas no movimento, segundo o universo de significação das lideranças entrevistadas.

**Quadro 01** Substratos das falas dos entrevistados sobre a ação coletiva no MST

SUBSTRATOS DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS	PERGUNTA
<p>(...) existem muitas dimensões que tem a dimensão da coletividade, pois isso faz parte dos princípios do MST, já está na gênese, na raiz do movimento (...). Está vinculado a outros princípios de [uma] outra sociedade que não está na base da sociedade capitalista.</p>	<p><b>EM QUE TIPO DE AÇÕES DO MOVIMENTO VOCÊ CONSIDERA QUE SEJA AÇÃO COLETIVA?</b></p>
<p>A própria escola faz parte também dos princípios pedagógicos da educação do movimento, a coletividade (...). A saúde é outra dimensão que também passa por isso.</p>	
<p>Eu acho que uma ação coletiva, inclusive acabamos de fazer uma, é o acampamento no INCRA agora. Há uma solidariedade muito grande nos acampamentos, é uma ação que a gente passa junto e desenvolve ela (...).</p>	
<p>Quando estamos em acampamento, o que falta para um grupo ou uma família, os outros contribuem imediatamente, quer dizer, tu divides o que tu tem (...).</p>	
<p>No assentamento as pessoas constituem grupos coletivos, que se estruturam pela linha de produção (...).</p>	
<p>(...) ocupação no Banco do Brasil em Parauapebas, isso é uma forma de ação coletiva também, para mim é uma ação coletiva.</p>	
<p>A própria estrutura do MST, a forma como se organiza desde o início, o que a gente chama de trabalho de base, que é o momento de juntar as pessoas (...).</p>	
<p>(...) coletivo de educação, tu tem logo o coletivo da saúde, o coletivo que vai buscar lenha, o outro que vai buscar alimentação na rua, o outro que será as brigadas de produção, o outro será o coletivo que vai cuidar das crianças (...).</p>	
<p>Nenhuma área sozinha consegue garantir a organização da luta e resistência, nunca vai uma área sozinha para a luta, mesmo que a necessidade seja específica de uma área, as demais áreas se juntam, são solidárias, deslocam pessoas para ajudar e contribuir.</p>	
<p>(...) muitas famílias do Palmares II ajudam a organizar o [assentamento] 17 de Abril, o número de militantes vai se multiplicando e vão para além do território deles nesta ação de organizar pessoas, isso é ação coletiva (...).</p>	
<p>O MST tem 26 anos, e as ações coletivas tem sido essa base estruturante mesmo, ela é estruturante para as conquistas dos nossos objetivos. A forma organizativa do MST [que] passa pela organização e construção de um coletivo.</p>	
<p>Quando se ocupa um latifúndio, a ação é coletiva, ali se constitui um acampamento, onde centenas de famílias se organizam, estabelecem regras de convivência e de trabalho, dividem responsabilidades e tomam decisões coletivamente sobre a gestão e condução do acampamento.</p>	

Uma marcha, uma ocupação de um espaço público, seja banco, INCRA, estrada, etc. é uma ação coletiva que exige um grau de organização e tomada de decisão que têm objetivos e interesses comuns.	
Os cursos sejam eles formais ou não, são espaços onde se pratica ações coletivas de organização e uso dos espaços de convivência, trabalho, gestão e tomada de decisão (...).	
Trabalho produtivo agropecuário, no campo produtivo a experiência que temos é que as famílias só cooperam no que elas não conseguem fazer individualmente, uma vez que todas as ações do estado são para individualizá-las começando pela posse da terra.	
Nós temos, então, o coletivo de comunicação, setor de comunicação que são aqueles que organizam desde a nossa agenda [né], até as rádios de perto do povo.	
Então nós temos vários coletivos, temos coletivo de projeto, coletivo de juventude, cultura, que organiza o espaço cultural e temos o coletivo de saúde que organiza o espaço da horta medicinal, organiza a farmácia do acampamento, enfim.	
(...) nosso movimento é um sujeito coletivo, ou seja, independente de quem está dirigindo ou não nós temos estrutura, nós temos um sentido, nós temos um objetivo e nós temos tarefas a cumprir.	
(...) são as várias tarefas (desde organizar a saúde, organizar a educação, de organizar o lazer, de organizar a parte cultural, de organizar a higiene), que são demandadas pela necessidade da vida coletiva no tempo em que a gente chama vigilância permanente porque ela é de tensão na relação do poder público com os fazendeiros, com as forças que se movimentam em torno da desapropriação ou não de uma terra.	
(...) então todo o espaço do acampamento ele é coletivo, o do plantio, o da água para beber, por mais que cada um tenha seu poço, mas a definição é coletiva até o local que é feito o poço.	
(...) foram trabalhadas várias experiências de criar grupos coletivos e fazer o trabalho totalmente cooperado. Fazendo a divisão social de acordo com a cooperação do trabalho, opção de se trabalhar de modo semi-coletivo que usa parte da terra coletiva e parte individual.	

Fonte: Pesquisa de Campo, sistematização Glaucia Moreno, 2010.

A partir destas considerações podemos conceituar a ação coletiva segundo o universo de significação das lideranças no movimento. Ação coletiva é a união de pessoas que apresentam objetivo comum, e se unem para alcançar esse objetivo comum representado pela conquista da terra, infra-estrutura básica do assentamento (escola, posto de saúde, central de abastecimento de água, asfaltamento de estrada), e para o desenvolvimento de atividades produtivas. Exemplificando: no caso de realizarem uma ocupação o objetivo comum destas pessoas é a conquista da terra. A ocupação acontece diante da vontade coletiva de mudar de vida através da reforma agrária, distribuição isonômica de terras. A partir desta conceituação lembramo-nos do conceito de Olson (1999, p.19) para ação coletiva, que definiu como: “a ação de um grupo de indivíduos que têm interesses comuns expressos na defesa de um objetivo comum”.

Desta forma, esse estudo enfoca a ação coletiva enquanto formação política<sup>22</sup> através do recrutamento, ocupação, manifestações em grupo.

◆ Recrutamento representa a fase de engajar pessoas, que serão os futuros participantes do movimento. Assim, poderemos afirmar que o recrutamento é uma atividade de comunicação com o ambiente externo, é uma atividade de envolvimento do movimento com a comunidade que a rodeia.

◆ Ocupação/Acampamento pode ser representada como reunião de pessoas objetivando ocupar fazendas consideradas improdutivas, prédios públicos, praças, como forma de legitimar as demandas do movimento.

◆ Manifestação em grupo: o MST sempre organiza manifestações em grupo, sejam elas marchas, acampamentos ou ocupações, roças e criações coletivas que ocorrem tanto no período de acampamento bem como no assentamento. Outra consideração, contudo, precisa ser feita. Com as manifestações em grupo o movimento mobiliza a imprensa nacional, fator importante para ganharem visibilidade nos meios de comunicação e fazer publicidade de suas idéias.

A ação coletiva representada pela união de forças dos indivíduos que apresentam objetivo comum é forma que o MST encontrou de romper com a lógica controladora e individualista da sociedade capitalista, do estado totalitário onde a hierarquia predomina, mesmo que estes indivíduos não compreendam esta lógica. O movimento dos sem-terra organiza sua base partindo da premissa de uma mudança radical na sociedade, que ela deixe de ser unidimensional e passe a ser multidimensional, onde as diferenças sejam respeitadas e as pessoas não sejam controladas pelos governantes, que os indivíduos sejam sujeitos, donos da sua própria história.

A fim de elucidar à perspectiva da ação coletiva no MST podemos citar alguns autores: Esmeraldo (2009), diz que o MST é um movimento social que defende e trabalha para a formação de sujeitos coletivos com uma identidade política e social de Trabalhadores Sem Terra. Um movimento que instiga uma vontade e uma consciência voltada para uma ação política coletiva, pautada na matriz teórica leninista/marxista. Esta se move para construir e alicerçar a unidade entre os trabalhadores e para forjar a luta de classes, que deve se

---

<sup>22</sup> Formação política representa a formação da consciência política dos que fazem a organização e se realiza em diferentes momentos e de distintas formas: reuniões, assembléias, mobilizações, encontros, seminários, leituras individuais, cursos, entre outras. Destaca-se ainda que a necessidade de qualificar seus quadros/militantes para o movimento é tão importante quanto os processos de ocupação.

materializar e priorizar a luta pela reforma agrária, pela conquista do trabalho livre e pela produção agropecuária em bases ecologicamente sustentáveis. O autor trata a ação coletiva apenas como o fato da união de pessoas em prol de um objetivo comum. Não considera que o movimento trabalha nos acampamentos/assentamentos para constituírem ações coletivas voltadas para garantir o desenvolvimento de atividades produtivas.

Para Trocate (liderança do MST, entrevistado em janeiro de 2007), o MST é sujeito coletivo, de deliberação e ação coletiva. Não há espaços para aventureirismos individuais e nem para dirigentes que agem por conta própria, isolados da vontade da maioria.

Segundo Abe (2004), as estratégias políticas do MST são implementadas por meio das ações de ocupação com um grande número de famílias (mulheres, homens, idosos, jovens, crianças), demonstrando que é uma ação coletiva, envolvendo um grande número de pessoas que necessitam de terra para trabalhar. Essa é uma forma de luta que se consolidou no MST, e o que melhor se conseguiu organizar, entendendo que, somente através da ocupação dos latifúndios, se consegue ter acesso à terra.

Monteiro (2004) tratou do tema da coletividade no MST, voltado apenas para a organização das atividades produtivas em Palmares II, que é apenas uma dimensão da coletividade existente no assentamento; não considerou as demais dimensões da coletividade que ora foi explicitada pelos líderes do MST na região. O mesmo ocorreu com a pesquisa realizada por Souza (1999) que relatou as forma de organização da produção em assentamentos do MST no estado do Paraná.

Lazzaretti (2007) pesquisou a ação coletiva enquanto ações sociais desencadeadas pelo movimento nos assentamentos em torno da produção de temas e ações que afetam diretamente a organização coletiva das comunidades. Não era o foco desta pesquisa analisar a ação coletiva enquanto ações nacionais promovidas pelo MST como greves, marchas e ocupações.

Ao contrário destes autores não iremos tratar a ação coletiva apenas na dimensão da organização de atividades produtivas, a ação coletiva será destacada em toda e qualquer atividade que envolva grupo de pessoas a fim de organizar e executar uma atividade, considerando o que os assentados e líderes identificaram que seja ação coletiva no MST.

Ação coletiva no MST tem sua matriz fundamentada em experiências anteriores ao surgimento do MST, que aconteceram em outros países. Nos acampamentos e assentamentos do MST embora muitos grupos sejam formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção), são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as ações

coletivas. Enfim, os grupos de assentados e núcleos formados nos assentamentos operacionalizam atividades coletivas que estão centradas nas relações sociais e não apenas na produção de mercadorias, objetivando canalizar potencial de luta política para garantir sua existência no sistema adverso (capitalismo).

Por outro lado segundo Navarro (2002, p.264) a repetição de formas de ação coletiva e de visões de mundo esposadas por seus dirigentes, espantosamente únicas e pasteurizadas nos diversos estados, em um país, pelo contrário, tão diverso e heterogêneo, reflete, isto sim insegurança ideológica e incerteza quanto aos caminhos a serem trilhados. Navarro justifica neste trecho o fracasso das iniciativas coletivas ocorridas em Palmares II, que apresentaremos no quarto capítulo deste trabalho.

A formação política dos militantes e assentados buscam em sua forma de agir não se basear em espontaneísmos gratuitos tanto no pensamento quanto na ação e que possam estar fora do controle do movimento e da ideologia adotada. Cada ato, cada fala, cada gesto é sempre orientado como um meio para atingir o objetivo maior que é a revolução e o socialismo.

No MST, a evolução do trabalho individual nos assentamentos para o trabalho e produções coletivas é a forma de mudar as relações sociais fazendo com que, em um sistema de cooperação, os assentados percebam que a união das forças contribui para a construção de uma nova sociedade. A superação desta condição individualista no trabalho só se dá, segundo o movimento, pela compreensão dos vícios<sup>23</sup> históricos da produção capitalista. “Para atacar estes vícios, é necessário utilizar formas participativas que possibilitem ir resolvendo aos poucos sem perder os companheiros” (MST, 2005, p.148).

A passagem do trabalho individual para o coletivo envolve o rompimento de paradigmas por parte dos assentados, e não é algo que acontece de forma natural, geralmente estas ações são forjadas pelas necessidades em dividir algo ou trabalhar coletivamente em acampamentos e/ou assentamentos do movimento. O estudo realizado por Lazzaretti (2003), alerta que o MST deveria repensar sua ideologia, tendo por base a cultura das famílias que não possuem os mesmos valores que os da direção. Falar em valores no MST faz suscitar a discussão da identidade sem terra, esta amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base do referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Não há concretamente uma identidade

---

<sup>23</sup> Os vícios historicamente construídos na sociedade capitalista a serem superados nos assentamentos do movimento são: o individualismo; personalista; espontaneísta, anarquista, imobilista; comodista; sectário; liquidacionaísta; aventureirista; auto-suficiente (MST, 2005, p.142-145)

coletiva sentida pelos assentados, muitos não se identificam como participantes do movimento sem terra

Os acampamentos/assentamentos são locais que representam uma diversidade de culturas, valores, costumes, crenças porque apresentam pessoas de vários estados brasileiros e cada uma carrega consigo o que foi naturalizado durante a socialização primária<sup>24</sup> que acontece no seio familiar, e ao entrarem no MST elas parecem ter de deixar de viver da forma que estavam acostumadas e passam a viver segundo os princípios ideológicos do movimento não na sua totalidade, mas no campo das relações sociais. Podemos perceber que este passa a ser marcado por um cotidiano diferenciado, onde uns precisam ajudar os outros, deparam-se com espaços de sociabilidade comuns, como o local do banho, a fonte de água, as roças, as criações, a horta. E os que não estavam acostumados a viver desta maneira rompem com o tradicionalismo naturalizado segundo a cultura a qual ele pertence. É desta forma que o movimento luta para conseguir construir uma nova sociedade em que as pessoas sejam mais humanas, solidárias e deixem de ser individualistas.

Isso é algo concreto no MST. Nossos entrevistados de forma unânime, (ver quadro 02), demonstraram unir-se para lutar por benfeitorias para o assentamento, organizam-se coletivamente para realizar mutirões para construção de casas para seus companheiros, para construir escola para as crianças, para bloquear estradas objetivando atendimentos às demandas do assentamento.

**Quadro 02** Substratos das falas dos assentados sobre ações coletivas ocorridas em Palmares II.

Substrato das falas dos entrevistados	Pergunta
(...) quando a gente mudou para a Vila da Barata aí a gente construiu também uma escola para as crianças (...)	Participou de mutirões no acampamento com outros? em conjunto?
(...) participei de marchas, sim. Chegamos ir até Belém, de Parauapebas até Marabá, de pé.	
Acho que foi bem umas 60 casas que eu ajudei a construir e aquele colégio da Palmares.	
A gente se juntava também, na época do mutirão no caso da educação e da saúde.	
Eu já participei de muitas marchas, até ano passado eu fui de Castanhal para Belém.	
Até chegar no assentamento tudo era feito no mutirão (...).	

<sup>24</sup> Socialização primária: aquisição de habilidades básicas necessárias para viver em sociedade na infância. A família é o principal agente de socialização primária (BOUDON; BOURRICAUD, 2001).



(...) nós aprendemos porque no período do acampamento era tudo coletivo, para fazer um barraco era coletivo, para fazer qualquer coisa era coletivo.	
(...) uma época que foi colocado um coletivo de mulheres para fazer uma horta coletiva, eu participei.	
O primeiro mutirão que a gente fez, que a gente enfrentou foi a primeira roça que nós colocamos lá e nós trabalhávamos de mutirão (...).	
(...) as marchas que eu fui, foi daqui para Marabá e chegava até no 100 (Eldorado), era ainda no processo de reivindicação da terra.	
Já sim , era reivindicando nossos direitos da comunidade, do assentamento. Que nesta época a gente ocupou banco prefeitura reivindicando os direitos e ainda hoje a gente faz isso.	

Fonte: Pesquisa de Campo, sistematização Gláucia Moreno, 2010.

Portanto a ação coletiva, representada em suas diversas dimensões, é uma das ferramentas responsável pela estruturação do assentamento Palmares II, pois através da união das pessoas foi possível conquistar espaço no cenário agrário brasileiro, e lutar/resistir contra o latifúndio, contra a ameaça dos jagunços dos fazendeiros, contra a própria polícia que muitas vezes é acionada para conter os manifestantes do movimento. E desta forma a ação coletiva passa a significar conquista, vitória da classe subalterna.

## 2.2 ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DA AÇÃO COLETIVA NO MST

Neste item procedemos à aproximação da empiria com a teoria a respeito da ação coletiva, pensando no sujeito coletivo e na práxis<sup>25</sup> existente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. De antemão destacamos que não é de interesse desta pesquisa discutir conceitos a respeito de proletariado, classe social ou partido, senão enquanto noções aplicadas ao objeto de estudo.

Nesta pesquisa a ação coletiva apresenta 3 dimensões: a primeira é representada pela ação coletiva que foi propulsora da formação e consolidação do MST enquanto movimento social no estado do Pará e no Brasil, ou seja, ação coletiva proporcionada pelo efeito lógico de uma crise da situação agrária do país; a segunda diz respeito à ação coletiva desenvolvida no período de acampamento, que é representada pela solidariedade entre os indivíduos que ali se encontram e possuem uma identidade comum, neste caso de sem-terra, e também um objetivo comum, representado pela conquista da terra; a terceira e última diz respeito à ação coletiva desenvolvida no período de assentamento, momento em que os indivíduos se organizam para produzir coletivamente, em espaços comuns, fazendo uso e gestão de bens comuns. São

<sup>25</sup> Processo pelo qual uma teoria, lição ou habilidade é executada ou praticada.

situações distintas que ocorrem em diferentes períodos no movimento. Por esse motivo a alternativa foi elencá-las em tipos, ou melhor dizendo, em dimensões diferentes, em que cada uma será representada por autores diferentes, haja vista a diversidade de autores e teorias sobre ação coletiva existente.

Para tratarmos da ação coletiva que proporcionou, e continua proporcionado, a formação e consolidação do MST<sup>26</sup>, recorreremos primeiramente a Gohn (2000), segundo esta autora existem cinco grandes correntes teóricas de abordagem clássica sobre ação coletiva no paradigma norte americano, e em três delas os movimentos sociais são especificados. A que mais se assemelha, com a ideologia do MST é a Escola Americana de Chicago, fundada em 1892 por W. I. Thomas. Por Escola de Chicago entende-se um conjunto de trabalhos e pesquisas realizadas por professores e estudantes daquela instituição de ensino. A marca indelével da Escola será o incremento e o incentivo pela pesquisa de campo e empiria, voltadas para a solução de problemas estruturais da cidade (MELO JR., 2007).

O nexos fundamental que nos leva a um interesse pela Escola de Chicago como uma das matrizes de produção teórica explicativa sobre os movimentos sociais é dado pela concepção de mudança social.

Outro motivo para buscar os pressupostos desta escola, é o fato destes estarem vivos e presentes nas concepções sobre a mudança social “preconizadas pelos movimentos sociais nos anos 70 e parte dos 80 do século XX, que seguiram a direção da Teologia da Libertação, na Igreja Católica na América Latina, bem como no MST, em que essas concepções vieram a influenciar seu ideário” (GOHN, 2000, p.28).

A principal referência teórica dos movimentos sociais na abordagem clássica do paradigma norte-americano, parte da contribuição de Herbert Blumer, que definiu os movimentos sociais como empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Para este autor os movimentos sociais surgem de uma inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação da vida atual (um dos motivos que propiciou o surgimento do MST); desejo e esperança de novos sistemas e programas (um dos objetivos presentes no ideário do MST).

A principal contribuição de Blumer consiste em sua sólida concepção metodológica da pesquisa em ciências sociais, fundamentada em dados empíricos com ênfase na coleta de dados em situação natural de ocorrência (BRAGA; GASTALDO, 2009). Os estudos da escola de Chicago sobre ação coletiva foram fundamentados pela psicologia social e interacionismo

---

<sup>26</sup> A ação que nos referimos neste momento acontece principalmente no período de recrutamento de pessoas para comporem o movimento.

simbólico<sup>27</sup>. Para os autores desta escola estes são os motivos que levam os humanos a cooperarem uns com os outros. Todos os elementos articuladores da escola de Chicago concebiam o conflito social como inevitável e natural, haja vista que era originário do choque entre diferentes estratos sociais e culturais. O MST se estruturou no cenário nacional pela luta por reforma agrária através da união de pessoas em busca da mudança social, representada pela conquista da terra e essa luta foi possível devido ao comportamento coletivo dos indivíduos que se envolveram na vida social em situações de instabilidade que a estrutura agrária do Brasil propiciava.

Os elementos de tensão no debate sobre o coletivismo são os questionamentos que se faz sobre i) o domínio dos meios de produção e, no caso da produção agrícola, a propriedade da terra e o trabalho familiar; ii) sobre a responsabilização que se possa dar à ação coletiva como produto de um conjunto de pessoas, e não de um indivíduo. No caso do questionamento da propriedade privada, a ameaça ao sistema capitalista, em que a concentração é um elemento essencial, a tensão é compreensível pela proposição de novos pressupostos para a legitimidade da posse e propriedade, qual seja o cumprimento da função social dos meios de produção. No Brasil, este debate se consolidou durante a constituição de 1988, em que pese as resistências presentes na sociedade para admitir a sua prática. No caso da diluição de um sujeito individual como elemento responsável pela liderança e proposições que ameacem o *status quo*, o elemento crítico se encontra na legitimidade que o grupo traz em si mesmo seja pelo número, seja pela pertinência histórica do que esteja propondo, dificultando a repressão e rejeição. Estes dois elementos da ação coletiva a transformam, por si só, em elemento polêmico no debate político.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, recorre a referências do movimento comunista internacional, em particular lideranças identificadas com a formação do bloco operário camponês, valorizando categorias sociais consideradas motores dos processos de transformação. Contraditoriamente, o campesinato se coloca em todos os modos de produção como refratário a abrir mão dos seus meios de produção, em particular a terra, que é mais do que simples meio de produção econômica, mas igualmente de produção e reprodução de um modo de vida, incluindo-se nele além dos aspectos produtivos, as relações sociais, políticas e culturais.

---

<sup>27</sup>Herbert Blumer, criador do termo "interacionismo simbólico" pôs em evidência suas principais perspectivas: as pessoas agem em relação às coisas baseando-se no significado que essas coisas tenham para elas; e estes significados são resultantes da sua interação social e modificados por sua interpretação.

Em conversa com liderança do MST no Maranhão, Guerra (2010)<sup>28</sup> recolheu argumentos sobre a denominação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em que a qualificação de sem-terra traria, embutida, a idéia de que a terra é um bem coletivo, que seria utilizada pelos camponeses assentados, enquanto produtivos, mas sem que isto significasse o pleito pela propriedade daquele bem, ao qual ele atribuía o domínio do coletivo. Este talvez seja um dos elementos mais fortes de expressão da concepção do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

As sociedades comunistas têm como princípio a apropriação e o uso coletivo dos meios de produção, com perspectivas de distribuição satisfazendo às necessidades da coletividade. Esta perspectiva fere os princípios da liberdade individual burguesa, em que a apropriação privada se constitui como elemento definidor de um regime social específico. Entre os países que se lançaram na construção do socialismo na perspectiva comunista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é uma das que maior representatividade apresenta, pelo fato de ter tentado por mais tempo a manutenção deste regime (1922-1991). O debate sobre os processos de coletivização foram acirrados naquele bloco de países.

O pensamento social que floresce mediante o legado da Escola de Chicago nos traz um quadro amplo e complexo para compreender os fenômenos sociais, com uma ciência social fundamentada nas pessoas e suas interações cotidianas, em um mundo de sentidos coletivamente produzidos, através de definições concorrentes, convergentes ou divergentes sobre a realidade. A grande preocupação de Blumer era entender os mecanismos e significados por meio dos quais os movimentos tornam-se aptos para crescer e se organizar. Ele identifica cinco mecanismos neste processo, a saber: a agitação, o desenvolvimento de um *esprit de corps*, de uma moral, a formação de uma ideologia e, finalmente, o desenvolvimento de operações táticas.

Comparando os cinco mecanismos que Blumer listou percebemos semelhanças na práxis do MST, em que a agitação é o passo inicial para que o movimento alcance seus objetivos, contribuindo para o desenvolvimento de novos impulsos e de novos desejos nas pessoas;

1 A realização de um acampamento antecede de uma demanda proporcionada pelo número de trabalhadores desempregados ou expulsos do campo que vive nas periferias das cidades, que são mobilizados a partir de um trabalho de base através de reuniões de trabalhadores (PEREIRA, liderança do MST, entrevista realizada em agosto de 2010).

---

<sup>28</sup> Gutemberg Guerra, comunicação pessoal a Gláucia de Sousa Moreno, com argumetnos atribuídos a Francisco Elias de Araújo.

O desenvolvimento de um *esprit de corps* é o responsável por criar uma atmosfera de cooperação entre os indivíduos fazendo com que se envolvam com as causas do movimento, sentimento de pertença, de identificação do outro e consigo próprio, criando uma idéia de coletivo;

2 A realização de uma mobilização de massa antecede de uma demanda de reivindicação de trabalhadores para atender uma necessidade coletiva de interesses comuns de direitos não cumpridos pelo estado, que se organiza a partir de reuniões com participação de famílias de áreas de assentamentos e acampamentos que se preparam e se disponibilizam a participar (PEREIRA, liderança do MST, entrevista realizada em agosto de 2010).

Desenvolvimento de uma moral remetendo aos mitos, símbolos, criação de ídolos e heróis que geralmente são apresentados nas místicas do MST; que desencadeiam a ideologia que tem papel essencial na permanência e desenvolvimento do MST;

3 A realização de um curso precede de uma demanda a partir das necessidades das áreas ou setores do Movimento, debatido e deliberado nas instancias de direção do MST, da realização de uma articulação política, de apoios e de reuniões de planejamento, preparação da coordenação político pedagógico responsável pelo curso a ser realizado (PEREIRA, liderança do MST, entrevista realizada em agosto de 2010).

Quanto às táticas são estruturadas de acordo com a natureza da situação na qual o movimento está operando, ou seja, as táticas são representadas por ocupações de prédios públicos ou propriedades privadas, manifestações em estradas, medidas que chamem atenção do estado para que as demandas do movimento sejam atendidas.

4 A ação coletiva para o trabalho produtivo agropecuário antecede de uma necessidade organizativa para atender interesses comuns com benefícios individuais e coletivos das famílias incentivados pelo Movimento com a intencionalidade de elevar a consciência dos camponeses enquanto sujeitos capazes de gestar e tomar decisões políticas, organizativas, sociais e econômicas (PEREIRA, liderança do MST, entrevista realizada em agosto de 2010).

Esses mecanismos se materializam quando as pessoas que compõem o movimento tomam consciência de si, de sua condição social e de sua historicidade que permite emergir o sentimento de pertença ao MST e a inserção na luta por terra<sup>29</sup>. Este é um momento em que elas compreendem como se constrói a realidade e conseguem construir para si uma idéia

---

<sup>29</sup> Em geral isso é o que o MST almeja, mas é comum os acampados não se sentirem parte integrante do movimento, dizendo não ser militante.

diferente do que está estabelecido na sociedade. Deixam de acreditar que estariam fadados a trabalharem a vida toda para os latifundiários, passando a acreditar que podem ser donos da sua própria história, ter sua própria terra, e abandonam a relação de dominação que se constrói no âmbito das relações sociais na sociedade. Esse é um dos primeiros passos para que os indivíduos passem a pertencer ao MST e, posteriormente, venham a aderir ao ideário do mesmo, constituindo-se assim em sujeitos coletivos, transformação explicada pela psicologia social e interacionismo simbólico de Herbert Blumer que elucidam a capacidade dos humanos cooperarem.

Mediante esta análise para explicar a fase de ação coletiva no acampamento temos que recorrer a Antônio Gramsci, que desenvolveu a idéia da filosofia da práxis, buscando aplicar o pensamento marxista na construção de uma nova sociedade européia. Nessa busca Gramsci tentou explicar o marxismo com certo mecanicismo e impregná-lo de mais humanismo. A visão da teoria da práxis de Gramsci é universalista e transcende os limites de cada sociedade histórica e particular. Trata-se de uma proposta de visão cosmopolita, em que as condições de humanização podem ser válidas para todos os homens em suas diferentes particularidades, em que nenhuma diferença deve justificar qualquer tipo de desigualdade.

Ele designa a prática humana como práxis, justamente uma prática que é pensada, prática que é refletida, não é uma prática mecânica, mas é um agir que ocorre através de um significado, de um sentido que é teoricamente produzido pelo exercício da nossa subjetividade. E daí, todo senso comum trás em seu seio um núcleo de bom senso. Tudo o que falamos no âmbito do senso comum é atravessado por uma significação, ainda que não seja explicitada conscientemente pelo sujeito.

Cada membro da sociedade está mergulhado em um mundo objetivo e material, mas também está mergulhado em um mundo cultural e de significação de conceitos e de significações tais como a língua, lição muito positiva que é fornecer à sociedade um cimento unificador. Para ele estes valores, conceitos e representações lastreiam nosso modo de ser e de agir, e formará a ideologia que garante a coesão social.

Gramsci também discutiu a formação da contra ideologia, em que valores e representações impostos por grupos hegemônicos da sociedade levam à libertação e à construção da autonomia. Este fator justifica o surgimento e a formação do ideário do MST. Por isso fizemos a escolha deste autor para tratar da temática da ação coletiva no período de acampamento, pois o mesmo trata a ação coletiva como oriunda da necessidade e da capacidade do indivíduo em refletir sobre sua situação na sociedade. Desta forma a ação

coletiva é justificada por meio das dificuldades em que determinado nicho da sociedade se encontra perante a situação agrária contraditória do país.

O máximo fator da história não são os fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adéquam à sua vontade, até que a vontade se torne motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move e adquire o caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser (GRAMSCI, 2002).

Nos Cadernos do Cárcere de Gramsci, não aparece especificamente o termo ação coletiva, mas *vontade coletiva* que é tratada como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real efetivo. Segundo Gramsci (2000, p. 18), qualquer formação de vontade coletiva nacional e popular é impossível se grandes contingentes de camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política, fator que caracteriza a luta do MST, ao trazer/cooptar pessoas para compor o movimento. Este é o nível de conscientização política que os líderes do movimento esperam que seja desenvolvido pelos indivíduos que compõem seus acampamentos/assentamentos.

Questão do “homem coletivo” ou do “conformismo social”. Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a civilização e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. Mas como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter o consenso e sua colaboração, transformando em liberdade a necessidade de e a coerção? (GRAMSCI, 2000, p. 23)

Nesse sentido o MST, procura desenvolver em sua base social a compreensão sobre os componentes estruturais da luta pela reforma agrária, e sua relação com o conjunto de problemas da sociedade.

As pessoas que vem são aquelas que querem um pedaço de terra, vem sem saber se isso mesmo [que eu quero], se eu quero uma casa para morar, então ela tem a necessidade que é bem objetiva mesmo, que é o comer, é o vestir, que é uma moradia, que é uma terra para plantar, aí então depois o processo que esse coletivos trabalham e essas coletividades vão dando a dimensão, que não só ter uma casa para morar, as pessoas precisam ter a compreensão que a vida vai além da propriedade da terra para morar. E aí essa terra, que passou pelo processo de conquista da terra a pessoa precisa entender porque fulano não tem terra, porque a terra está concentrada (LOPES FILHA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

Isso nos conduz á compreensão das formas pelas quais grupos subalternos podem e devem construir sua própria visão de mundo, não submissa aos grupos dominantes, e assim entrar no jogo político onde operam as transformações sociais. Desta forma, a construção da vontade coletiva é essencial para que as condições materiais favoráveis encontrem ação suficiente para a deflagração do processo de transformação social.

(...) o que move elas é acreditar que é possível construir uma sociedade diferente, transformar e que a gente pode começar pelo nosso próprio espaço, então estas pessoas que são movidas primeiro pela necessidade, mas depois passam um tempo na luta de organização de inserção, de organização, de vivência e aí no próprio processo da história da conquista da terra, do que foi a história de vida, estas pessoas passam a acreditar de fato em num processo de transformação da sociedade (SOUZA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

O processo de formação de uma determinada ação coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigação e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, “o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas” (GRAMSCI, 2000, p. 13).

De acordo com o pensamento gramsciano, há que se concordar que, quando do levante das classes subalternas em luta por hegemonia, com a mesma importância das ações que buscam assegurar a satisfação das necessidades materiais, faz-se necessário um trabalho educativo que possibilite às camadas populares a superação do senso comum, a negação dialética da velha concepção de mundo que elas carregam e que muitas vezes revela a compreensão burguesa<sup>30</sup> de mundo, a afirmação de uma concepção construída por elas mesmas enquanto classe. Faz-se necessário um trabalho educativo que possibilite aos grupos subalternos a construção de uma consciência de classe para si, que lhes permita assumir conscientemente a defesa de um projeto de sociedade em que seja superada a sua condição de subalternidade. A importância deste trabalho educativo se revela também na capacidade de estimular entre os segmentos subalternos o movimento (a luta) pela materialização dessa nova sociedade.

(...) nossa base tem que ajudar a desenvolver essas tarefas e só serão desenvolvidas se elas desenvolverem completamente, isso nós chamamos, a nossa base tem

---

<sup>30</sup> A essência da palavra burguesia neste trecho refere-se a supervalorização do indivíduo, do ter individual, que contrapõe-se à visão societária, de grupo, de partilha social.



pertencimento, ou seja, a nossa base não é apenas uma massa amorfa, numérica, que a gente conta apenas numericamente, mas é uma massa ativa que aceita e participa de tarefas concretas, e ela participará mais se ela compreender este movimento e esse movimento fizer com que cada vez mais ela participe das suas decisões, então não é uma massa amorfa é uma massa ativa porque a ocupação é esse momento que o sujeito primeiro quebra o paradigma da propriedade privada nele mesmo. O que quer dizer? Quando alguém vai para uma ocupação, pouco que ele vai quebrar na ocupação é porque ele já quebrou o preconceito dele que não tem nada ocupar o que para ele ou que ideologicamente tão dizendo que é de alguém, e ele já quebrou isso, e essa luta imediata que implica então a luta para possibilidade de se organizar mais para proporcionar oportunidade de se apoderar (TROCATE, liderança do MST, entrevistado em janeiro de 2007).

No debate sobre o coletivismo é importante ressaltar a compreensão que a liderança tem da massa como atuante, participativa, exercendo os papéis que sejam fundamentais para dar força ao conjunto. Participar de uma ocupação permite trabalhar estas idéias a partir de uma vivência concreta, como diz a líder acima.

A trajetória do MST foi sendo desenhada pelos desafios de cada momento histórico. À medida que os sem-terra se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta trajetória. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, “toda vez que toma parte das ações do movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade<sup>31</sup> sem-terra que lhe corresponde; e está se transformando e se reeducando como ser humano” (CALDART, 2001, p. 07). Na prática não é simples assim. Na etapa de assentamento observamos contradições entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva proposta pelo movimento. Segundo a afirmação de Olson (1999) “indivíduos em grupo agem de acordo com seus interesses pessoais”. Nesta pesquisa essa afirmação significa dizer que: indivíduos que se envolvem em determinado tipo de atividade coletiva com finalidade econômica dificilmente apresentam um objetivo comum, o que não se confirma se comparamos ao período de acampamento em que as pessoas se unem e são solidárias umas com as outras objetivando a conquista da terra.

Diante do exposto para tratarmos da ação coletiva desenvolvida no período de assentamento, lançaremos mão das afirmativas de Olson (1999), McKean e Ostrom (2001)

---

<sup>31</sup> Observem o posicionamento do autor Marcelo Carvalho Rosa (2009, p. 223) a respeito do tema identidade quando discutido no MST: “Alguns dos trabalhos que mais se dedicaram a esse movimento, como Navarro (2008) e poucos outros, apresentam dificuldades de esboçar um quadro compreensivo sobre o MST justamente porque não realizam uma análise mais aprofundada do sentido da categoria social “sem-terra”. Tomam-na como uma “identidade”, uma condição social natural do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, como na vasta obra de José de Souza Martins. Em ambos os casos, o sem-terra é visto como uma categoria moral: uma espécie de bom selvagem da ação coletiva”.

para explicar a regime de propriedade comum, haja vista que neste período as ações coletivas se desenvolvem neste âmbito, ou seja, grupos de famílias se unem e trabalham coletivamente em lote próximo de sua residência sob regime de propriedade comum.

Em regime de propriedade comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos, assim caracterizando uma forma de propriedade. Em outras palavras existem direitos, e estes são comuns a um determinado grupo de usuários e não a todos. Dessa maneira a propriedade comum não se caracteriza por acesso livre a todos, mas como acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos comuns (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 81).

Mckean e Ostrom (2001) ao se mencionarem regime de propriedade comum referem este conceito para áreas de preservação ambiental, mas nesta pesquisa apesar envolver essas áreas, fizemos uso das autoras para explicitar a organização e a institucionalização de regras que são necessárias para o funcionamento de uma área sob uso de um coletivo de indivíduos.

O período de assentamento marca uma nova etapa na vida dos sem-terra. Quem antes vivia dividindo espaços, para cozinhar, tomar banho e beber água, deste momento em diante passa a dispor de autonomia para decidir a estruturação do seu lote, administrando sua propriedade privada que no caso estudado medem 5 alqueires (25 hectares). As ações coletivas que acontecem neste período têm majoritariamente finalidade econômica. Como eles tiveram a vivência de trabalhar coletivamente no acampamento, alguns conseguem instituir esta prática no período de assentamento através do regime de propriedade comum, instituem normas e regras para que o trabalho coletivo em área comum possa vir a acontecer.

Quando os cadastrados conseguem formalmente a terra, há um sentimento muito forte de liberdade. O fato de não ter patrão, não pagar renda, de possuir uma casa de alvenaria, produz uma mudança de vida, mas essas conquistas também lhes impõem desafios. Ao se estabelecerem como assentadas, as famílias desejam construir sua casa, sua roça individual e construir outra vida. Algumas das famílias tentam retomar a rotina, repetir a vida anterior, mas as condições são outras, e exigem que a vida seja reestruturada (SALES, 2006, p. 100).

Para além das ações voltadas sob o regime de propriedade comum, no assentamento em alguns momentos há a retomada de hábitos que estiveram presentes de forma marcante no momento anterior à conquista da terra, como a ocupação e manifestações em rodovias. Neste novo momento apenas mudam os objetivos que geralmente estão atrelados à melhoria da infra-estrutura básica do assentamento entre outros, o que veremos em maiores detalhes no capítulo seguinte.

Cabe ressaltar que os caminhos que possibilitam o regime de propriedade comum segundo Mckean e Ostrom (2001) são: as fronteiras do recurso devem ser claras; o critério para o ingresso a grupos de usuários devem ser claros; os usuários devem ter o direito de modificar suas regras de uso ao longo do tempo; regras devem ser claras e facilmente impostas; infrações das regras de uso devem ser monitoradas e punidas.

Esses critérios quando desenvolvidos em pequenos grupos apresentam maior eficácia, “todavia, quanto maior o tamanho do grupo, mais difícil tenderá a ser a concretização de um acordo ou organização” (OLSON, 1999, p. 42). De fato esta afirmação do autor condiz com o que aconteceu no assentamento pesquisado, uma vez que as grandes iniciativas coletivas que envolviam inúmeras famílias não foram exitosas, já as que envolveram número menor de famílias em torno de 5 a 30, foram duradouras, algumas resistiram por volta de 12 anos. O estudo de Olson (1999) apresenta alguns autores que corroboram essa afirmação, segundo a qual grupos pequenos são mais duradouros.

Há, todavia casos em que as possibilidades da ação coletiva são maiores. No caso dos pequenos grupos, a realização da ação coletiva é mais provável, porque o fato de contribuir ou não é mais facilmente observável e com isso o indivíduo pode receber sanções do grupo (FARIAS, 2009, p. 26).

Apesar do clássico texto de Hardin, publicado em 1968 “A Tragédia dos Comuns”, no qual ele demonstra-se preocupado com o fato de que a população cresce exponencialmente em um mundo de recursos finitos, assim o crescimento populacional leva, ao perigo de escassez dos recursos, fica ilustrado nesta afirmação do autor “Cada homem está inserido em um sistema que o obriga a incrementar seu rebanho ilimitadamente, em um mundo limitado”<sup>32</sup> (HARDIN, 2002, p. 37.). Relacionado com o caso empírico nessa pesquisa, o regime de propriedade comum desenvolvido, não passa pela crise da escassez de recursos, pelo contrário onde havia lotes empregando este modelo, os recursos foram preservados.

A contribuição de Hardin, no âmbito desta pesquisa, é principalmente para aludir a ação coletiva que ocorre no período de assentamento, momento em que ocorre a dicotomia entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva, denominada por Hardin de Teoria dos Jogos, que demonstra as variáveis analisadas pelos indivíduos para aceitarem ou não a cooperação mediante a situação em que se encontram. Esta situação nos fez lembrar a Teoria da Escolha Racional que segundo Cunha (2002), diz o seguinte:

---

<sup>32</sup> Tradução livre.

A teoria da escolha racional se desenvolve a partir da aplicação da abordagem econômica (da economia neoclássica) no entendimento dos diversos aspectos da vida social. Sua aplicabilidade se deve, em parte, ao desenvolvimento concomitante da teoria dos jogos. As raízes da teoria da escolha racional, no entanto podem ser buscadas em Hobbes, cuja teoria política se baseava na visão que o mundo era habitado por um conjunto de agentes racionais, orientados somente pelos seus interesses (CUNHA, 2002, p.61).

Neste capítulo, ficou demonstrado que no MST existem etapas distintas em que a ação coletiva está presente, por isso empregamos teorias diferentes para poder explicá-las e explorá-las.

No decorrer desta trajetória notamos que não poderíamos tratar a ação coletiva de forma generalista, ou seja, apenas no aspecto da união de pessoas em prol de um objetivo comum. No período de recrutamento observamos um tipo de ação em que a união dos indivíduos acontece mediante a situação de precariedade em que se encontram; depois que passam a viver no acampamento a solidariedade é fortemente demonstrada, pessoas de origens diversas dividem espaços restritos e vivem em sistema de igualdade; no período de assentamento a ação é em torno da exploração dos recursos, a união acontece para possibilitar o regime de propriedade comum em que pequenos grupos de famílias se unem para organizar empreendimentos coletivos.

Cabe ressaltar que tomamos o seguinte entendimento: ação coletiva é a prática de indivíduos associados para a obtenção de um objetivo comum. Coletivismo é a idéia de posse, uso e gestão de bens em comum. Quando eles se unem para buscar este interesse, comum a todos, produzem ações coletivas (acampamentos, ocupações de terras ou órgãos públicos, interdição de estradas, marchas, passeatas, carreatas, saques, comícios, mutirões).

Por fim, podemos nos perguntar: Por que o MST institui nos seus acampamentos e assentamentos os princípios coletivistas? Para o MST, a evolução do trabalho individual nos acampamentos/assentamentos para o trabalho e produções coletivas é uma forma de mudar as relações sociais fazendo com que, em um sistema de cooperação, os sem terra percebam que uma força somada à outra pode contribuir na construção de uma nova sociedade, em que os ensinamentos deixados pelo socialismo predominem. Segundo algumas lideranças do MST entrevistadas em Marabá (Charles Trocate, Giselda Pereira, Izabel Lopes Filha, Raimunda Souza, Ayala Ferreira), a ação coletiva é a forma mais eficaz de conseguir fazer frente ao sistema dominante. Somente com a soma das forças, que se materializa nas reivindicações,

nas ocupações tanto em praças públicas quanto em grandes propriedades privadas, surtem efeito, chamam atenção do Estado, para que as demandas sejam atendidas.

### **CAPÍTULO 3 GÊNESE E PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS DO MST**

A ação predatória do capital estrangeiro, desde a América colonial até o capitalismo monopolista, esteve articulada com segmentos elitistas locais, determinando, como único caminho de transformação social, as revoltas populares, com destaque especial às revoltas camponesas. Assim, a impossibilidade do acesso à terra e a manutenção do status de camponês foram os elementos provocadores da insurgência camponesa (SILVA, 2004, p. 6).

#### **3.1 FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL**

Faremos neste item uma breve apresentação sobre a formação e consolidação do MST no Brasil, haja vista que estes elementos são esclarecedores na análise do coletivismo pregado pelos membros desta organização, podendo elucidar as influências e relações com movimentos sociais anteriores que possibilitaram desenvolver a idéia do coletivismo que é pregada pelos líderes do movimento, e constitui o ideário do MST.

O MST nasceu de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, instauradas durante o período do regime militar. Este processo é representado pela luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. Nesse período, década de 70 do século XX, no Sul do país, considerado o berço do MST, “o fenômeno da introdução da soja agilizou a mecanização da agricultura, tornando-a mais capitalista e como consequência expulsou do campo de maneira muito rápida, grande contingente populacional naquela época” (STEDILE; FERNANDES, 2005). Rompendo com as estruturas, desafiando-se e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra (FERNANDES, 1996, p. 66). Na década de setenta do século XX há a formação de vários movimentos sociais, quando o MST começou a ser gerado, no espaço social conquistado pelas diversas experiências de lutas populares. Ou seja, o movimento encontrou embasamento em movimentos sociais anteriores com caráter ideológico e de alcance nacional, entre 1950 e 1964, representadas pelos Ligas Camponesas, pelo Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER)<sup>33</sup> e pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB).

Segundo Stedile e Fernandes (2005), a semente para o surgimento do MST talvez já tivesse sido lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra. Neste sentido, propõe associar o Movimento Sem Terra ao exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males, e da resistência coletiva dos quilombos e de Canudos, ou ainda a indignação organizada de Contestado. Reivindicam ao MST a herança do aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do MASTER. Esse argumento é uma reedição do reconhecimento da formação agrária brasileira feita com o favorecimento do latifúndio que diversos autores brasileiros repercutiram em suas teses (FERES, 1990; FURTADO, 1980; GUIMARÃES, 1968; PRADO JR, 1976).

---

<sup>33</sup> O MASTER se desenvolveu no Rio Grande do Sul de 1960 a 1964, mobilizou mais de cem mil agricultores organizados em Associações de Agricultores Sem-Terra, destacando-se pela formação de acampamentos junto as áreas que pretendiam que fossem desapropriadas pelo governo estadual. O surgimento do MASTER aconteceu durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963), que apoiou e estimulou o movimento que foi desarticulado em 1964 com o Golpe Militar (ECKERT, 2009, p. 71).

O MST estabeleceu-se a partir do conflito dos sem-terra com a realidade, na qual a internacionalização da produção agropecuária, iniciada na década de 1970, promoveu a intensificação que não impediu a modernização das estruturas tradicionais. Portanto o movimento foi construído de forma dialética. A conjuntura histórica latino-americana estimulou a criatividade teórica do MST, que refletiu em seu arcabouço teórico as demandas, a cultura popular, as experiências de lutas anteriores e, sobretudo, o caráter radical, ou seja, a fé e a superação das contradições agrárias e sociais somente por meio da intervenção organizada dos sem-terra (SILVA, 2004, p. 28).

Na década de 1960, os camponeses encontram-se subjugados pelo contexto do regime militar no Brasil que teve como objetivo promover reformas políticas e econômicas necessárias para o desenvolvimento do capitalismo moderno no país, influenciado pelo capitalismo mundial que iniciava o processo de internacionalização da produção sob coordenação dos Estados Unidos, que estava à procura de novas áreas para alargamento da produção visando a ampliação da acumulação capitalista, ou seja, baixos salários e novos mercados consumidores (SILVA, 2004).

Esses fatores ocasionaram o aguçamento das lutas e conflitos no campo, e na luta por terra. Coube aos trabalhadores unirem suas forças e demonstrarem capacidade de mobilização e conquista de posições com a organização de “42 acampamentos até o final de 1985, com mais de 11.500 famílias sem-terra, espalhadas por vários estados do país” (GRZYBOWSKI, 1991, p. 16). Essas mobilizações de trabalhadores eram comuns no período anterior ao golpe militar de 1964, através das Ligas Camponesas, das Associações de Lavradores e Sindicatos no Nordeste e Sudoeste.

No ano de 1954, em São Paulo, durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, que tinha por um de seus objetivos centrais criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores então existentes, foi escrita a “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, em que aparecia a demanda que, a partir daí progressivamente, se constituiria na reivindicação maior dos que trabalhavam no campo: a reforma agrária (MEDEIROS, 1989).

Uma análise do documento permite identificar alguns pontos do debate e dos consensos da época (MEDEIROS, 1989). Havia uma consciência de que havia uma concentração da terra, deixando milhões de brasileiros sem acesso a este meio de produção. O documento fala em dez milhões que à época, representavam pelo menos um quarto da mão de obra produtiva do país. Insere-se igualmente no discurso da reforma agrária uma perspectiva de incorporação de tecnologias intensivas em capital, qual fosse o uso de insumos químicos,

maquinário agrícola e organização da produção. O elemento demarcatório do discurso é o resultado do aumento da produção que deveria estar voltada para o consumo interno, e não para a produção de produtos de exportação. Em uma interpretação relativizada, deveria pelo menos haver um equilíbrio entre uma e outra.



**TEXTO DO MEMORIAL A SER IMPRESSO EM  
PAPELETAS PARA A COLETA DE ASSINATURAS  
PELA REFORMA AGRARIA, APROVADO NA  
REUNIAO DA COMISSAO EXECUTIVA DA ULTAB:**

# Campanha Nacional pela Reforma Agraria

**REFORMA AGRARIA — MEDIDA DE JUSTIÇA SOCIAL**

## MEMORIAL

**Ao Exmo. Snr. Presidente da República**

**Aos Exmos Srs. Deputados Federais**

**Aos Exmos. Srs. Senadores da República**

O Brasil é um país com imensas possibilidades e dotado de terras muito férteis, mas a nossa produção agrícola vive em crise permanente.

Cerca de dez milhões de trabalhadores agrícolas e lavradores não possuem nenhuma terra, centenas de milhares possuem terra insuficiente, enquanto que cento e quarenta e nove mil grandes proprietários dominam dois terços da área de todas as propriedades agro-pecuária do país.

Desejamos a fartura e a felicidade para o nosso povo.

Desejamos que floresça a economia nacional.

Desejamos o progresso para nossa agricultura, nosso comércio e nossa indústria.

A Reforma Agrária é medida que se impõe para o amplo desenvolvimento do nosso mercado interno; é medida básica para o progresso da economia nacional.

A Reforma Agrária é medida de Justiça Social.  
**POR ISSO REIVINDICAMOS:**

— que seja realizada uma Reforma Agrária democrática, reconhecida por lei, que entregue as terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e aos lavradores sem terra ou possuidores de pouca terra, com garantia legal de sua posse.

A Reforma Agrária deve compreender, ainda, medidas que estimulem a produção, como ajuda técnica, crédito fácil, barato e a longo prazo, fornecimento de ferramentas, maquinária, inseticidas, adubos e sementes, garantia de preços compensadores para os produtos agrícolas e pecuários, estímulo ao cooperativismo, facilidade para a organização dos produtores, etc.

**Saudações**

Estado..... Município..... Ci-  
dade,..... Fazenda.....

(Assinaturas)

Figura 03 Texto do memorial para coleta de assinaturas em favor da reforma agrária

A partir desse encontro, com ligeiras variações, a luta por essa reforma agrária se colocaria no horizonte dos trabalhadores rurais, elegendo como adversário principal o latifúndio (entendido como expressão do atraso econômico, social e político) e seus aliados: as campanhas imperialistas, “que monopolizavam o comércio dos principais produtos agrícolas e que dominam imensas áreas de terra no país”. É para a reforma agrária que convergiriam, de alguma maneira, as diferentes lutas que se travavam no campo e que tinham a terra por seu eixo. É através dela que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, ganharia significado social e sentido político a categoria camponês (MEDEIROS, 1989, p. 33).

São esses camponeses, excluídos das transformações sofridas pela agricultura brasileira e recusando a proletarização, que irão compor e compõem o MST. Indivíduos que são fruto da contradição e do dualismo social e político da sociedade brasileira. Restando a estes filhos de colonos, arrendatários, agregados, assalariados temporários e expropriados de barragens a iniciativa de lutarem pela terra. Esta diversidade de extratos da sociedade na base do MST se constituiu inicialmente, através da ocupação de fazendas em Ronda Alta (Rio Grande do Sul), do acampamento de Encruzilhada Natalino, da luta do Movimento dos Sem Terra no Oeste do Paraná (MASTRO), da luta dos expropriados pela hidrelétrica de Itaipu e algumas ocupações em fazendas no sudoeste do Paraná e Santa Catarina, advindas no final da década de 1970 e início dos anos 80. São eles que, ao se articularem, dão a forma inicial ao MST.

Esse momento que marca o crescimento das organizações de trabalhadores correspondeu também ao período que a igreja se torna mais sensível aos problemas sociais, ao mesmo tempo em que se preocupava com o avanço das forças de esquerda, o “perigo comunista”, no campo (MEDEIROS, 1989, p. 76). A participação da igreja e a aproximação com as causas sociais e com o MST foi possível devido ao fato da cultura popular na região do nascimento do movimento ser extremamente religiosa e de ser significativa a presença de religiosos representantes da Teologia da Libertação<sup>34</sup>. Setores da Igreja Católica e da Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) tiveram um papel ímpar na formação do MST. “Os agentes de pastoral representantes dessas instituições religiosas politizaram os conflitos sociais decorrentes das contradições agrárias que se salientaram com o modelo agrícola dos militares” (SILVA, 2004, p. 46).

---

<sup>34</sup> Corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico procurou aproveitar os ensinamentos sociais da igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 20).

A atuação das integrantes da Igreja Católica foi fundamental na teologia da libertação, que surgiu na década de 1960, como movimento teológico que pretendia adequar a Igreja Católica Latino-Americana à realidade social e cultural autóctone. O paradigma para essa nova prática pastoral foi o Concílio Vaticano II (1962), a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, México (1979). A partir do II Concílio Vaticano, e da II e III Conferências do Episcopado Latino Americano houve uma ruptura da Igreja latino-americana com a teologia tradicional, identificada com a mentalidade colonizadora. Podemos dizer que a igreja passou a se identificar com as camadas subalternas latino-americanas, que eram fustigadas em sua realidade social e econômica pelo capital (SILVA, 2004, p. 47).

Ao ganhar força através da ala progressista da igreja os indivíduos excluídos pela modernização da agricultura e da construção das hidrelétricas, passam a ser capacitados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>35</sup> ao final da década de 1970, a serem sujeitos autônomos e participativos com condições de compreender a raiz estrutural da sua exclusão.

As CEBs representaram um espaço de pastoral que possibilitou as primeiras elaborações teóricas dos sem-terra, expressando o caráter de sujeito histórico do sem-terra, a reflexão acerca da necessidade não só de se organizar para conquistar a terra como também de desenvolver valores. Silva (2004, p. 50) afirma que o MST foi gestado a partir da “conscientização política promovida pelas CEBs e grupos da CPT”. Percebem-se, na organização do movimento, elementos teóricos e objetivos identificadores da Teologia da Libertação, como por exemplo, a democracia direta<sup>36</sup> e a participação autônoma dos militantes. Esses elementos ora parecem estar apenas nos documentos produzidos por integrantes do MST, pois o que podemos constatar ao conhecermos o assentamento pesquisado durante este trabalho, é que há uma hierarquização de poderes dentro do grupo, ocasionando desconforto aos que entram no movimento e são atraídos pelos elementos ligados à liberdade, contrário ao que estavam acostumados a vivenciar em fazendas, ou no garimpo de onde vieram.

Geralmente tem são cabeças do acampamento, que são os que fazem os cadastramentos das famílias, que reúne o pessoal para botar dentro da terra. Então tudo tem um controle, ai aquele controle é feito por essas pessoas. A coordenação informava como era para fazer e a gente acompanhava (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

---

<sup>35</sup> Organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975, em Goiânia, durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país (STEDILE; FERNANDES, 2005).

<sup>36</sup> Entendemos por democracia direta qualquer forma de organização na qual todos os cidadãos podem participar diretamente do processo de tomada de decisões (SILVA, 2004).

Segundo Silva (2004, p. 59), “o movimento apresenta-se, como sujeito histórico, influenciado por essa herança histórica que necessita superar”. Para isso, a colaboração dos agentes da pastoral ligados à Teologia da Libertação foi fundamental. Eles difundiram valores tais como comunitarismo, sujeito histórico e autonomia, que foram ressignificados pela cultura e experiência histórica dos sem-terra, promovendo, dessa forma, a criação da subjetividade necessária para o desenvolvimento do MST.

A teologia da libertação possui entre outros méritos especialmente este o de ter estendido esse amor para as macrodimensões histórico-sociais, conflitivas e opressoras, donde emerge a prática da libertação, inspirada no amor evangélico aos oprimidos, como gênero marginalizado, como classes exploradas, como culturas negadas e como povos humilhados contra a sua opressão e em favor de sua libertação. Com tal diligência a teologia da libertação propiciou, seguramente, um enriquecimento na compreensão da revelação e do fenômeno cristão, beneficiando a toda a Igreja (BOFF, 1994, p. 360).

Apoiados pelos elementos pregados pela Teologia da Libertação que aproveitou os ensinamentos sociais da igreja a partir do Concílio Vaticano II, momento de reflexão global da igreja sobre si mesma e sobre suas relações com o mundo, as primeiras pessoas<sup>37</sup> que estavam à frente da organização do MST fundamentaram o ideário do movimento através destes novos ensinamentos, que também esteve influenciado por lutas anteriores, e fortalecido pela estrutura econômica da sociedade em cada momento do cenário político no Brasil (regime militar e Nova República), que demonstravam-se desfavoráveis e restritivos à reforma agrária e utilizavam o poder para criminalizar as ocupações de terra, apresentando intransigência à concretização de novos assentamentos (Figura 04).

---

<sup>37</sup> Outras já haviam trabalhado em grupos na igreja católica e trouxeram o aprendizado de lá, como é o caso de duas lideranças por nós entrevistadas: “no final dos anos 80 e início dos anos 90, eu participava de outro movimento ligado a igreja, que é a base, todo mundo entra através de movimentos ligados a igreja, seja através da pastoral da juventude ou do grupo de jovens e eu participava do Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ), na época (LOPES FILHA, liderança do MST, entrevista realizada em março 2010)”. “Mas antes da minha militância eu já conhecia o movimento, então eles me chamaram porque já tinha uma relação com a gente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que na época tinha uma proximidade grande com o movimento, e pela própria igreja também, pois eu fazia parte da pastoral da juventude, os radicaloides, como o padre nos chamava, dizendo que iríamos fazer revolução na igreja (FERREIRA, liderança do MST, entrevista realizada em março 2010)”.



**Figura 04** Capa do Jornal dos Sem Terra, tratamento repressivo dado à luta pela terra  
 Fonte: Medeiros, 1989.

Seguida a descrição da unificação das lutas no campo e o surgimento do MST, podemos afirmar que o primeiro passo para a consolidação do MST enquanto movimento social de caráter nacional foi o I Encontro Nacional realizado em Cascavel no Estado do Paraná, quando foi possível reunir 80 pessoas de 13 estados brasileiros. Posteriormente, em 1985, aconteceu o 1º Congresso Nacional do MST, no Distrito Federal, reunindo 1600 delegados, e mais tarde o 5º Congresso Nacional, ocorrido em 2007, reuniu 18 mil sem-terras. Observamos que com o decorrer do tempo o movimento ganhou força e cresceu consideravelmente o número de participantes/militantes. Para garantir a permanência no cenário nacional da luta por reforma agrária o MST, segundo Grzybowski (1991, p. 22), “desde seu surgimento, apresenta o maior grau de articulação interna entre os movimentos de

luta pela terra e por isso, revela maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares”.

A estrutura organizacional do MST é a responsável por garantir a unidade do movimento, isonomia de normas e regras, vigoradas em todos os estados em que está presente. Esta organização permitiu o enfrentamento a inimigos rigorosos, bem armados e protegidos pelo Estado, como a União Democrática Ruralista (UDR), conglomerado de latifundiários anti-reforma agrária e a favor da explícita defesa da propriedade privada, a própria polícia, a inoperância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o modelo econômico neoliberal (LAZZARETTI, 2007).

O MST imputou um sentido político e religioso à sua luta, e isto se revela no fato de denunciarem a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que venham garantir o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários. A luta do movimento leva em conta não apenas o direito pela terra, mas também o questionamento das condições de produção e comercialização que exprime a sua inserção na divisão do trabalho. Enfim, trata-se de reconhecerem-se enquanto sujeitos coletivos inseridos na produção capitalista e não apenas sujeitos carentes de um pedaço de chão para plantar, mas como agricultores familiares produtores de leite, arroz, feijão, mandioca e milho.

Na prática os objetivos do MST vêm sendo desdobrados numa multiplicidade de ações coletivas que vão das reivindicações para conquistas imediatas, “à luta por direitos de cidadania e transformações sócio-político-culturais” (SCHERER-WARREN, 2002). Estas formas incisivas de luta na promoção de acampamentos e nas ocupações são resultado de um esforço enorme de organização coletiva fundamentados em princípios organizativos marxistas-leninistas<sup>38</sup>. Seguindo a lógica de inspiração socialista, pois o socialismo<sup>39</sup> tem um critério diferente relativo à distribuição de benefícios sociais: a cada um de acordo com sua

---

<sup>38</sup> O primeiro criou teorias que revolucionaram a concepção de mundo, e advogou a necessidade de os trabalhadores se organizarem de forma independente e tomarem o poder de Estado, para construir um novo modo de produção, o comunismo. O segundo líder revolucionário russo, desenvolveu o marxismo aplicado a realidade de seu país e foi um dos principais dirigentes da Revolução Russa, (STEDILE; FERNANDES, 2005).

<sup>39</sup> “Parafrazeando Durkheim, o socialismo é uma ideologia a serviço do movimento operário que pretende corrigir as injustiças da sociedade capitalista, ou mesmo substituir o modo de produção capitalista substituindo o jogo de interesses privados por um controle centralmente exercido por conta da coletividade (BOUDON; BOURRICAUD, 2001, p. 510)” . Segundo a perspectiva conceitual, liderança nacional do MST afirma o seguinte sobre o socialismo: a gente extrapola a luta, além da terra buscamos uma sociedade mais justa, igualitária e soberana. Então o que gente costuma denominar de uma sociedade nova onde homens e mulheres possam viver numa relação de igualdade, numa relação de felicidade mesmo, de vida digna, então, esses são os grandes objetivos do movimento sem terra. Reafirmando em outros momentos a gente define dentro da nossa luta o socialismo mesmo (SOUZA, liderança do MST, entrevistada em janeiro de 2007).

habilidade, para cada um de acordo com seu trabalho. Segundo Silva (1990, p. 40) “não há exploração do homem pelo homem, nenhuma divisão entre ricos e pobres, configuração da justiça social no governo socialista”<sup>40</sup>, presente no quadro de fundamentos do MST ao justificarem a luta por reforma agrária no Brasil.

A proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista. Desta forma, as propostas e medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção. A reforma agrária tem por objetivos: garantir trabalho para todos, combinando com a distribuição de renda; produzir alimentação farta, barata e de qualidade, gerando segurança alimentar para toda a sociedade; garantir o bem estar social e a melhoria das condições de vida para todos os brasileiros; buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual; difundir a prática dos valores humanistas e socialistas entre as pessoas; preservar e recuperar os recursos; implementar a agroindústria e a indústria como o principal meio de se desenvolver o interior do país (MST, 1998, p. 19).

É declarada a natureza e perspectiva da Reforma Agrária pela apropriação feita no documento do MST citado acima, o que não coincide, certamente, com o apregoado pelos militares brasileiros, quando de sua gestão do governo nacional, tampouco do Banco Mundial, quando seu presidente Mc Namara se manifestou em Nairobi, em 1973<sup>41</sup>. A organização destes objetivos foi influenciada em parte pela tentativa de construir uma organização de forma diferenciada com base nas referências socialistas, ou seja, preconizando mudanças na estrutura da sociedade e do sistema capitalista, inspirada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) vigente entre 1922-1991, em que a coletivização foi iniciada com o Novo Programa Econômico (NEP), período de (re)organização socioeconômica, em que 85% da população estava engajada na agricultura em mãos de pequenos camponeses. Em 1927 um número considerável de camponeses aceitou a idéia de organizar pequenas cooperativas de diferentes tipos, adotando formas de auxílio mútuo. Essas pequenas formas de coletivização

---

<sup>40</sup> O que se apresenta nos documentos do MST, como ideário do movimento, parece estar distante da realidade do assentamento Palmares II, onde foi possível observar a distinção entre capitalizados e descapitalizados, diferença de poder aquisitivo dos que pertencem ou pertenceram às lideranças estaduais e dispõem de cargos de confiança na prefeitura municipal de Parauapebas. Estes não moram no lote, não sobrevivem da atividade agropecuária, mas mantêm moradia no assentamento para passar final de semana com a família. Essa situação é contrária ao ideário de governo socialista e/ou sociedade socialista presente nos documentos e falas das lideranças.

<sup>41</sup> Ver discurso de Robert Mc Namara em Nairobi (1973), onde os objetivos da reforma agrária são representados pela distribuição de terras aos pobres e torná-la produtiva, através de melhor acesso, disponibilidade de água assegurada e serviços de extensão.

eram chamadas de “toz”, que em 1930 deixaram de existir, e a coletivização a partir desse momento passa a ser representada por fazendas coletivas (SHANIN, 1990, p. 28).

Segundo Shanin (1990), não há uma relação clara entre socialismo e coletivização, haja vista a existência de coletivização em países com sistema capitalista, como no Irã, do Xá ou Tunísia. Por outro lado, há regimes socialistas em que a coletivização não foi implantada ou então, em que foi implantada e em seguida abandonada. Mesmo com esses antecedentes o MST investe na idéia de sociedade socialista com princípios coletivistas e, mais na frente, neste trabalho iremos ter a dimensão de em até que ponto essas influências foram exitosas em assentamentos do MST.

Segundo Stedile e Fernandes (2005), as organizações camponesas tanto do Brasil como da América Latina que antecederam o surgimento do MST, serviram de exemplo para que o movimento instituísse seus princípios organizativos, pois estes são os responsáveis por garantir a perenidade de um movimento social. Nesse sentido o movimento apresenta um documento que descreve estes princípios, justificando que o cumprimento destes configura as conquistas que o MST já alcançou, na tentativa de romper com a lógica do sistema dominante que preza pela apropriação privada e se nega a fazer reforma agrária. Desta forma se lançaram na construção do socialismo na perspectiva comunista, cujos princípios, segundo o MST apud Lazzaretti (2007, p. 93-94) são:

- ◆ **Vinculação permanente com as massas:** não é possível organizar um movimento social sem um trabalho permanente de base e de enraizamento nas massas, na nossa base social (MST apud LAZZARETTI, 2007, p. 93-94).

O caráter de massa no MST se expressa em momentos distintos, como no recrutamento feito através de cadastros e reuniões de preparação política que vai ser canalizado para os acampamentos e as manifestações em que o número de pessoas é expressivo. Nos acampamentos e nas ocupações o número é sempre muito superior à própria capacidade de suporte das terras pleiteadas, mas o caráter militar destas manifestações exige uma demonstração de força das reivindicações. Pode-se ler, neste caso, que o pleiteado é sempre inferior ao que deveria ser concedido. Estas estratégias e compreensões se explicitam mais claramente no parágrafo seguinte:

- ◆ **Luta de massa:** nunca nos iludimos com as boas vontades do governo ou autoridades de plantão. A reforma agrária somente avançaria na luta, e, sobretudo com lutas de massa, em que o povo se envolvesse no maior número possível. Não há



outro caminho de mudança social, sem que o povo esteja organizado e mobilizado. As negociações com o Governo são necessárias e importantes, mas elas fazem parte de uma correlação de forças só se alterando favoravelmente ao povo se este povo lutar e demonstrar sua força. Fazer negociações sem mobilização popular é perder o jogo antecipadamente (MST apud LAZZARETTI, 2007, p. 93-94)

Além do aspecto comentado acima, a perspectiva é de abrir negociação demonstrando poder de barganha que está associado ao volume de pessoas que pleiteiam de forma organizada e clara, o que pretendem. O envolvimento de muitas pessoas dando caráter massivo às atividades de enfrentamento em busca da terra e dos benefícios de um processo reformista reforça o caráter de ação coletiva movida pelo MST.

◆ **Divisão de tarefas:** todas as atividades dentro do movimento sempre foram realizadas pelo maior número possível de pessoas, e na forma de comissões (MST apud LAZZARETTI, 2007, p. 93-94)

A clareza sobre o aspecto organizacional é algo quase obsessivo no MST. A importância da divisão do trabalho organizativo, o seu caráter didático e formativo tanto do militante quanto de sua base, se expressa de maneira ampla em todos os passos do processo de disputa. A divisão das atividades por comissões que se formam e elegem representantes revela o caráter político da organização.

◆ **Direção coletiva:** todas as instâncias do movimento, desde as comissões de base, dentro de um acampamento, até as instâncias nacionais são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder (MST apud LAZZARETTI, 2007, p. 93-94).

Expresso de forma idealizada, assumem a necessidade de uma direção que seja igualmente partilhada no coletivo, e pode-se dizer como no comentário anterior, expressando o caráter de formação e prática de princípios pregados pelo movimento. Os termos “coletivamente”, “colegiado” e “sem distinção de poder” realçam a preocupação equalizadora, ainda que o fato de terem comissões certamente que promove distinções.

◆ **A disciplina:** nenhuma organização social, por menor que seja, nem mesmo um time de futebol, funciona se não houver um grau de disciplina, que é, na essência, a existência de **regras coletivamente discutidas** e respeitadas pelos indivíduos que quiserem fazer parte delas. Por isso, sempre tivemos claro que o crescimento do MST dependeria de métodos de trabalho que incorporassem a disciplina, o respeito às decisões coletivas como princípio organizativo fundamental; (MST apud LAZZARETTI, 2007, p. 93-94)

O exemplo do time de futebol é empregado de forma imprecisa, uma vez que por mais primário que seja uma equipe esportiva desta modalidade, é muito clara a distinção que se faz dos jogadores, das posições e papéis que cada um deva cumprir, e da disciplina que devem obedecer para que o time se defenda e ataque para conseguir os seus objetivos. Ademais, uma das características dos jogos esportivos é o rigor das regras, controladas sempre por um ou mais juízes. O importante é que nesta passagem se expressa a importância de disciplina construída em acordo entre os seus participantes, principalmente no que concerne à coesão que precisa ser demonstrada em cada movimento tático ou estratégico.

♦ **Formação de quadros:** nenhuma organização poderá ter sucesso se não preparar seus próprios quadros, ou seja, se não preparar com estudo e motivar nossa base, animá-la e conscientizá-la, através de símbolos de nossa cultura, de nossos valores, de que é necessário lutar, e de que é possível haver uma sociedade diferente, uma sociedade mais justa e fraterna (MST apud LAZZARETTI, 2007, p. 93-94).

Por fim, se verifica a preocupação com a continuidade e reprodução das lideranças, fundamentada em valores, sem o que o acúmulo histórico se diluiria e dificultaria o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Comentando estes princípios acima listados, uma liderança do MST do Pará revela, no mesmo diapasão, como se dá a construção e a prática destes no cotidiano, justificando alguns deles:

(...) o nosso movimento ao longo da história, sempre evitou o que em muitas organizações é normal: a idéia de um presidente, ou a idéia da estrutura de presidencialismo. Nós adotamos, desde o principio de que a nossa organização deveria ser, deveria ter uma organização coletiva. Isso está muito na origem da nossa organização, pelo menos nós tornamos como elemento inicial na nossa organização, que nós deveríamos ser um movimento organizado em nível nacional, porque até então os movimentos localizados foram facilmente reprimidos e facilmente derrotados pelo Estado, pela repressão estatal, movidos pela própria estrutura de repressão paralela dos jagunços dos latifundiários e dos fazendeiros. Por isso a idéia, já no surgimento da nossa organização, é que nós deveríamos ser movimento de camponeses e articulados a nível nacional, portanto deveríamos ser um movimento nacional para enfrentar a questão da reforma agrária não de forma localizada, mas de forma nacional. Teríamos que ser um movimento dirigido pelos próprios trabalhadores, então isso já dava um corte muito importante na estrutura de que nós não seríamos um movimento dirigido por assessores ou por equipe de assessoria, mas um movimento que se dirigiria por conta própria, os próprios camponeses, teriam a tarefa de dirigir o movimento camponês (TROCATE, liderança do MST, entrevista realizada em janeiro de 2007)

Estes princípios gerais que norteiam a luta pela terra e as propostas de reforma agrária são retirados de idéias ou esquemas ideológicos de natureza revolucionária e

socialista. Orientados pelas idéias marxistas-leninistas e também de revolucionários como Ernesto Guevara de La Sierna (revolucionário argentino que militou em Cuba e foi morto na Bolívia – 1928-1967), Mao Tsé-Tung (líder da revolução cultural na China – 1893-1976) e Fidel Castro (político cubano, fundador do movimento 26 de Julho, líder da revolução cubana - 1926), entre outros, o MST ergue os alicerces e os fundamentos de sua ideologia, transformadora da situação de distribuição de terras no Brasil, e também da produção de um mundo sem antagonismos de classes, ou seja, um mundo socialista em que a luta revolucionária constituir-se-ia na ferramenta apropriada, segundo o movimento, para combater as desigualdades sociais e o *status quo* vigentes na sociedade capitalista (LAZZARETTI, 2007).

(...) todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação – o pessoal da CPT, os católicos, os luteranos – nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo. Essa concepção de ver o mundo é que nos deu abertura suficiente para perceber quem poderia nos ajudar. A partir dessa concepção, fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lênin, Marx, Engels, Mao Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo. De alguma forma captamos alguma coisa de todos eles. Sempre tivemos uma luta ideológica e pedagógica dentro do movimento de combater rótulos. Se Lênin descobriu uma coisa que pode ser universalizada na luta de classes, vamos aproveitá-la; se Mao Tsé-Tung, naquela experiência de organizar uma revolução camponesa, descobriu coisas que podem ser universalizadas ou aproveitadas, vamos assimilar (STEDILE; FERNANDES, 2005).

A inspiração socialista que a liderança do MST carimba na sua proposta revela um viés, mas se circunscreve à liderança e aos que lhes seguem de mais perto. Nem todos os interessados que se engajam na organização e se submetem à sua liderança se pautam pelos mesmos princípios, o que se reflete nas fases seguintes à da mobilização.

Em resumo, foi a luta incessante por autonomia política que muito contribuiu para a espacialização e a territorialização<sup>42</sup> do MST pelo Brasil. Nesse sentido, o MST não é resultado de uma proposta política de um partido, não é fruto de uma proposta da Igreja, nem do movimento sindical, embora tenha recebido apoio da conjugação dessas forças políticas. “O MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção, ou seja, é fruto dessa realidade e não das instituições” (FERNANDES, 2000, p. 286). Ele representa parte dos camponeses em luta por terra e por condições de trabalho autônomo no campo.

---

<sup>42</sup> Espacialização e Territorialização são aqui compreendidas como processo de conquistas de frações do território pelo MST e por outros movimentos sociais (FERNANDES, 1996, p. 241).

Alguns enfrentavam a dificuldade de dividir pequenos lotes ou de comprar novas áreas na própria região, tendo em vista o progressivo caráter empresarial que essa agricultura assumia. Os altos preços da terra acirraram a concentração do seu domínio e produziu contingentes de trabalhadores precariamente integrados na produção. Estes por sua vez iriam constituir uma das bases de luta pela terra (MEDEIROS, 1989). A modernização que levou à exclusão de trabalhadores assalariados e à falência de pequenos proprietários e arrendatários, provocou um imenso êxodo rural no Brasil, principalmente no Sul. Este processo foi acompanhado de reações coletivas e de diversas formas de organização dos trabalhadores no campo dentre os quais o MST é uma das mais claras manifestações.

A reflexão acerca da gênese do MST nos permitiu explicitar quais são as bases teóricas que compõem a ideologia do MST, bem como as contradições entre o ideário e realidade presente no assentamento estudado, e quais são os fundamentos norteadores da luta por terra no Brasil, facilitando a compreensão das ações do movimento ao promoverem ocupações em prédios públicos, em fazendas e marchas em rodovias, e principalmente ter clareza acerca de quem são os indivíduos que compõem os acampamentos e assentamentos do MST, que na maior parte são os que se negam a serem mão-de-obra barata para grandes fazendeiros, e ainda os expropriados de suas terras, para darem lugar a grandes projetos hidrelétricos ou ainda, nos dias atuais e em determinadas áreas, mineradores.

### 3.2 ELEMENTOS QUE FAVORECERAM A TRAJETÓRIA DO MST NO ESTADO DO PARÁ

O MST começou a registrar-se no espaço social do Estado do Pará através de um processo de luta pela terra. Os primeiros trabalhos de organização foram feitos por sem-terra vindos dos estados de Goiás, Maranhão, Ceará e Pernambuco. O apoio de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de militantes da CPT foram as principais referências que os sem-terra tiveram no início da articulação de apoio à instalação do MST no Pará, que “introduziu inovações ao repertório de ação coletiva dos camponeses e das entidades sindicais” (ASSIS, 2007, p. 153).

Quando o MST chegou aqui na região o SERPAJ<sup>43</sup>, naquela época era uma entidade forte na região e fazia debate com a sociedade, com os movimentos sociais e os bairros carentes. E foi nós do SERPAJ que apoiamos a vinda do MST para a região. Na chegada deles a gente deu hospedagem, deu apoio nas entradas, indicando aos integrantes a procurar a própria igreja ou outros movimentos sociais (...) (LOPES FILHA, liderança do MST, entrevista realizada em março 2010).

O marco inicial para o nascimento do MST no Pará é representado pela ocupação da Fazenda Ingá no Município de Conceição do Araguaia, Região Sudeste do Pará, no dia 10 de Janeiro de 1990. Em torno de cem famílias ocuparam uma área da Fazenda Ingá, enquanto outra parte desse latifúndio de quinze mil hectares estava ocupada por posseiros, que vinham enfrentando jagunços e resistindo na terra. Iniciam-se, assim, as ações do MST no Pará: sem-terra lutando junto com posseiros em um dos estados de maior violência contra os trabalhadores rurais.

Em julho de 1990, 150 famílias ocupam a Fazenda Canarana, também no Município de Conceição do Araguaia. No final do ano 1990 o MST inicia o trabalho de base na Microrregião de Marabá<sup>44</sup>, segundo documentos produzidos pelo próprio movimento e representantes do MST no Pará. Segundo a afirmação de Souza (2010), a consolidação do MST no Pará se deu em 1996 concomitantemente com a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI Regional Sudeste<sup>45</sup>, criada pelo movimento sindical representado pela FETAGRI Pará.

Apoiados pela CPT os militantes do MST intensificaram os trabalhos de base na microrregião de Marabá. No dia 16 de julho de 1992<sup>46</sup>, quinhentas e quarenta e oito famílias sem-terra ocuparam a Fazenda Rio Branco, no Município de Parauapebas, latifúndio de vinte e dois mil hectares. A desocupação da Fazenda Rio Branco foi imediata. A ação de despejo aconteceu no decorrer da ocupação: enquanto algumas famílias ainda chegavam para ocupar, outras já estavam sendo despejadas. A Polícia agiu rapidamente e, com o apoio dos jagunços da fazenda, apreenderam as ferramentas dos trabalhadores.

---

<sup>43</sup> Serviço de Paz e Justiça, ligado a Igreja Católica.

<sup>44</sup> A microrregião de Marabá segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma das microrregiões do estado brasileiro do Pará pertencente à mesorregião Sudeste Paraense. A mesma é composta por cinco municípios: Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia.

<sup>45</sup> A FETAGRI regional sudeste do Pará tem área de abrangência nos municípios que compõem a mesorregião sudeste do Pará pelos critérios do IBGE, sendo a mesma composta por 39 municípios divididos em 7 microrregiões: Conceição, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Felix do Xingu e Tucuruí.

<sup>46</sup> No cenário nacional, em 1992 o MST criava o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), congregado na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). No mesmo ano, no Estado do Pará o movimento ainda estava se estruturando.

Em 1992, um dos trabalhos que eles fizeram aqui na região, [que] foi a primeira ocupação massiva que o MST fez. Nesse tempo teve todo um trabalho antes dessa ocupação, que é um dos caracteres do movimento. E aí, de fato, [era para] consolidar nessa região através da Rio Branco que eles ocuparam na época, e imediatamente foram despejados. Então eles vieram, para porta do INCRA, ocuparam o INCRA e ficaram instalados nas dependências do INCRA. E depois se juntaram ao sindicato, outros sem-terra também, se juntaram e ficaram acampados na porta do INCRA. Foi a partir daí que nós, eu e outros, ingressamos. Íamos para lá ajudar e fomos convidado para fazer parte do movimento (LOPES FILHA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

Desta forma, as ocupações da Fazenda Ingá e da fazenda Rio Branco podem ser consideradas marcos iniciais para a implantação do MST no Estado do Pará, serviram de experiência para o movimento se adaptar a uma região de altos índices de violência contra os camponeses e com forte e imediata reação dos latifundiários e do Estado. Independente desses fatores os integrantes do movimento não se intimidaram, mas pelo contrário ganharam motivação e continuaram a lutar para conseguir desapropriar os latifúndios improdutivos na região. Um dos aspectos que aparecem claramente no discurso do militante, é o seu engajamento enquanto quadro, o que se dá no processo mesmo da ação coletiva promovida pela organização, no caso a ocupação. Pode-se concluir que os quadros vão se forjando na própria disputa pela terra, essência e razão da organização. A ação coletiva é momento de luta, mas também momento de formação de quadros, de conscientização política, de construção da coesão do grupo.

Nos anos seguintes 1993/94 o MST priorizou a organicidade do movimento no estado, através da estruturação das secretarias estaduais, criaram setores orgânicos<sup>47</sup> do movimento e direção estadual. Foi um momento de intensa formação junto a base social e estreitamento de relações junto à sociedade (MST, 2009).

Houve um grande investimento em cursos de formação<sup>48</sup> em períodos intensivos para ampla preparação de militantes (ABE, 2004). Nesses cursos o movimento organizou os indivíduos principalmente para conhecê-los, entender as necessidades que os fazem estar presentes no movimento na condição de sem-terra. Os elementos estruturantes centrais para esta ação podem ser: a análise da realidade, checagem do momento político, fixação de objetivos, decisão de fazer a marcha, caráter da marcha, meta a ser alcançada, disposição de avaliar (MST, 2005, p. 9). É por meio da organização que o MST consegue avançar a sua

---

<sup>47</sup> Os setores são: 1) setor de frente de massas; 2) setor de produção; 3) setor de educação; 4) setor de formação; 5) setor de saúde; 6) setor de comunicação; 7) setor de gênero e 8) setor de cultura. Estes setores são os propulsores para que os assentamentos do MST mantenham os princípios ideológicos do movimento.

<sup>48</sup> Depois de sete meses de reuniões nas comunidades, mobilizaram em torno de três mil famílias, e decidiram organizar ocupação massiva na fazenda Ingá.

política de reforma agrária e formar um coletivo de “trabalhadores elevados à condição de cidadãos conscientes do seu papel na transformação da sociedade” (LAUREANO, 2007, p. 104).

É a partir dessa primeira experiência de ação concreta do MST-PA, que se intensificam as iniciativas na perspectiva de consolidar o movimento que surgia. Cursos de formação para militantes, novo trabalho de base; e a crescente movimentação do MST no Sul e Sudeste do Pará, coloca em alerta o aparelho repressivo do Estado, levando a Polícia Federal e Militar a efetuarem a prisão de lideranças do MST, sob a acusação de formação de quadrilha e de criação de um foco guerrilheiro no Estado (ABE, 2004, p. 56-57).

Lançando mão da análise da realidade a Cidade de Conceição do Araguaia foi escolhida pelos integrantes do movimento para iniciar a instalação do MST no estado do Pará, devido a alguns fatores que a cidade apresentava. Na época em que o movimento sem-terra estava se estruturando, o rebanho bovino de Conceição do Araguaia era um dos maiores do estado, ou seja, havia grande concentração de latifúndios no município. A população da cidade era composta majoritariamente por migrantes dos estados de Goiás e Maranhão que migraram anteriormente a esse período para trabalharem na extração da borracha. No Sul e Sudeste do Pará, parte da população é de migrantes que vieram para a região em busca de trabalho e melhores condições de vida, ora atraídos pelo extrativismo vegetal, em outro momento pelo extrativismo mineral principalmente do ouro e diamante, mais tarde pelos incentivos governamentais de ocupação da Amazônia, e no século XXI os grandes projetos mineradores que cercam a região e atraem milhares de pessoas.

O que temos de preponderante na Região Sudeste Paraense é que parte dos migrantes torna-se mão-de-obra barata para grandes fazendeiros, ou donos de grandes áreas de castanhais ainda no final do século XX, período de intensa migração. Estas pessoas ao chegarem ali têm o sonho de se tornarem proprietários de terras, e saírem da condição de subalterno/subordinado. Não é o que acontece, pois eles são vencidos pela lógica do capital que os coopta para ser mão-de-obra fácil e barata, com longas jornadas de trabalho<sup>49</sup>.

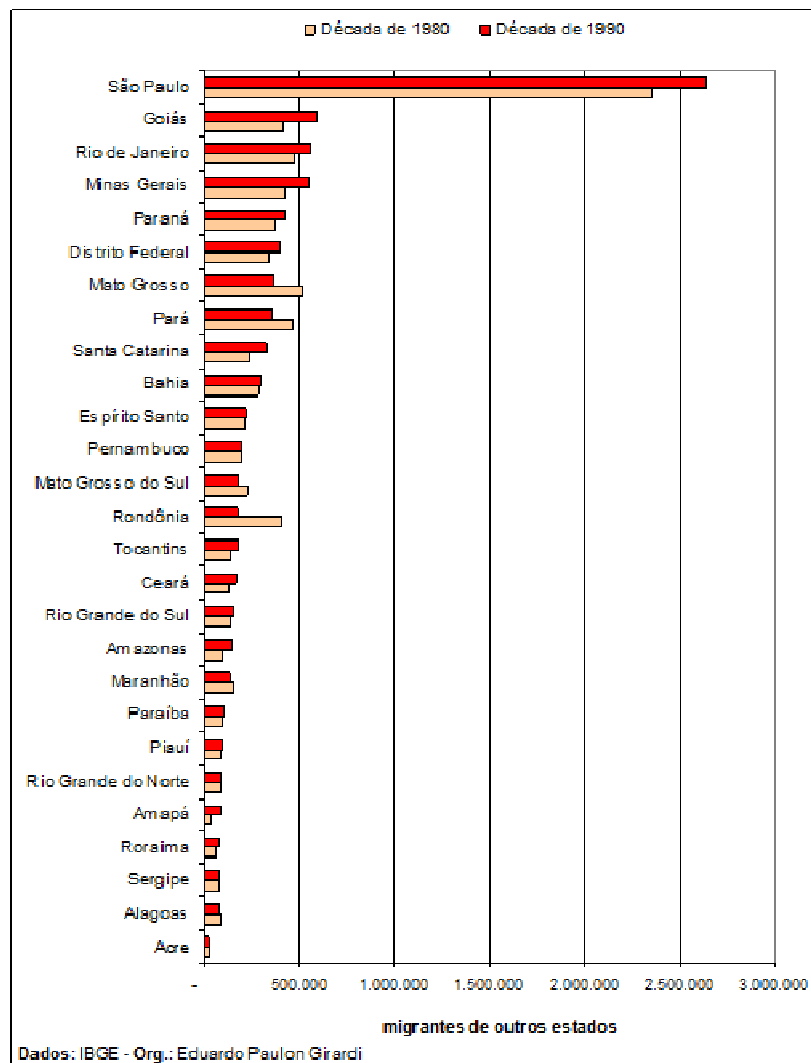
No momento em que estas pessoas cansam de estar na condição de subalternos e encontram-se amparadas por um movimento social organizado que defenda seus interesses de classe, eles se unem, formam grupos, e vão fazer ocupações para lutar pela reforma agrária, direito de posse da terra e possibilidade de restauração de suas autonomias. Esses são os fatores que possibilitaram a instalação inicial do MST na Região Sudeste Paraense onde havia

---

<sup>49</sup> Vide relatório de pesquisa “Perfil dos proprietários e empresários da lista suja do trabalho escravo contemporâneo”, sob autoria de Regina Landim Bruno, 2008.

grande contingente populacional de migrante de todas as regiões do Brasil que estavam buscando conquistar estes ideais.

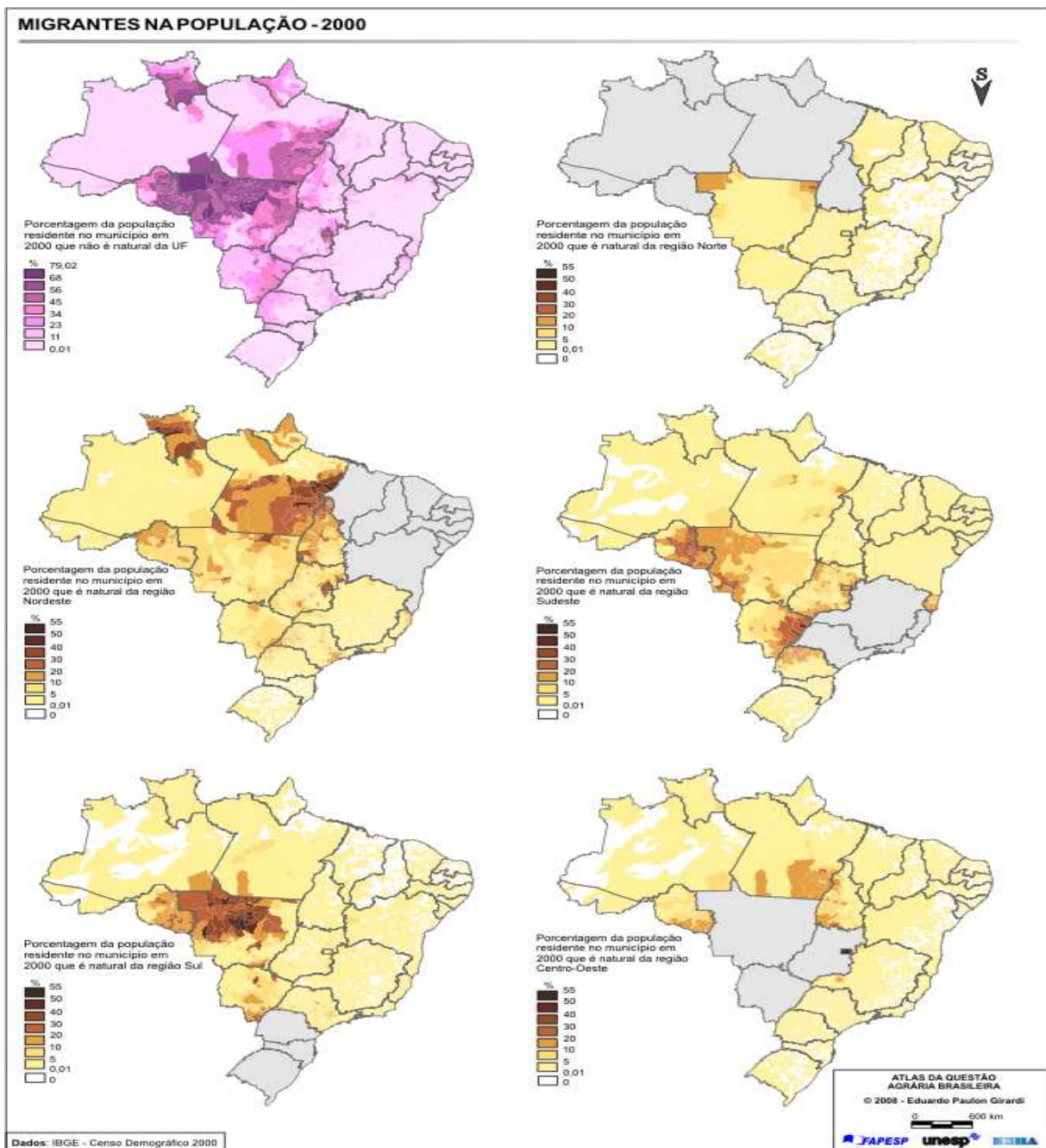
A migração das populações rurais para aglomerados urbanos é um processo natural e constante de todas as sociedades e ao longo das civilizações. No entanto, no caso brasileiro, é espantosa a velocidade e o volume de pessoas que tiveram que migrar de suas comunidades rurais de origem, sendo expulsas do campo e tendo que buscar as cidades como única possibilidade de sobrevivência. Houve também uma intensa migração interna em que milhares de famílias deslocaram-se de uma região para a outra em busca de trabalho ou do sonho da terra para trabalhar (...) (MST, 1998, p. 14).



**Gráfico 01** Migração interestadual nas décadas de 1980 e 1990.  
Fonte: Girardi, 2008.



Segundo dados do Atlas da Questão Agrária Brasileira, de autoria de Girardi (2008, p. 168), o balanço da migração entre os estados brasileiros nas décadas de 1980 e de 1990 é semelhante. Em cada uma dessas décadas, cerca de oito milhões de pessoas mudaram de estado. Na década de 1990 esta população foi de 8.691.756 habitantes, sendo que, em 2000, 7.626.404 pessoas residiam em áreas urbanas dos municípios de destino e 1.068.352 em áreas rurais. O Estado de São Paulo é o que recebe os maiores fluxos migratórios, com 2.638.297 novos habitantes provenientes de outros estados na década de 1990. O segundo estado que mais recebeu migrantes na década de 1990 foi Goiás, com acréscimo de 598.356 habitantes. Se somarmos somente a população que migrou na década de 1990 e residia em zonas urbanas do município de destino em 2000, São Paulo é também o estado que mais recebeu população, seguido pelos estados do Pará e de Mato Grosso.



**Figura 05** Migrantes na População ano 2000.

Fonte: Girardi, 2008.

A figura anterior indica as regiões em que a migração tem maior importância na população total. A fronteira agropecuária, para onde se destinaram os migrantes de todas as regiões principalmente a partir de 1950, compreende o Sudeste do Pará, Mato Grosso, Rondônia e o sul de Roraima.

Observando a concentração dos fluxos de migração de uma região para outra, contido no Atlas da Questão Agrária e relacionando com a naturalidade das famílias

entrevistadas por mim em Palmares II<sup>50</sup> nota-se uma analogia, haja vista que no assentamento existem migrantes de 11 estados brasileiros, sendo a maioria oriundos do Estado do Maranhão (ver migração do Nordeste para o Pará na figura 03). Ao perguntar os motivos que levaram a migração para o Estado do Pará, 10 dos 16 assentados entrevistados em 2010, disseram ter vindo para cá em busca de mudar de vida através do garimpo da Serra Pelada que dista 67 quilômetros do assentamento.

O ano de 1979 marca o início da extração do ouro em Serra Pelada, e a partir de 1980, levas de migrantes se deslocaram para o Pará, ocupando o garimpo que pertencia a uma subsidiária da Vale do Rio Doce, a Docegeo. É neste contexto que as famílias entrevistadas, originárias de outros estados, vieram para Curionópolis/Pará, na corrida pelo ouro com o sonho de ficarem ricos. O apogeu do garimpo foi em 1983, quando foram extraídas 13,9 toneladas de ouro. Nos anos seguintes a extração diminuiu consideravelmente, e se tornou difícil encontrar ouro na mesma quantidade que foi retirada no princípio. Desta forma, para as famílias que vieram para a região, restou morar em ocupações modestas, na periferia de Curionópolis, pois estavam descapitalizados e não tinham como voltar para os estados de origem. Em 1992 todas as atividades de extração no garimpo estavam paralisadas, pois o governo não renovou a autorização e o garimpo voltou a ser concessão da Vale do Rio Doce.

Segundo Mathis (1995, p. 13), a população existente na Serra Pelada em 1983, era de 80.00 pessoas. O maior contingente de garimpeiros no local estava na faixa etária de 21 a 40 anos, sendo que a maioria destes já trabalhava a mais de cinco anos na garimpagem sendo atraídos pelo “desemprego, possibilidade de riqueza, independência econômica e por não possuir terras na cidade de origem”.

---

<sup>50</sup> Para outras informações sobre trajetórias de migração dos assentados em Palmares II, ver Bringel, 2006.

**Tabela 01** Produção de ouro na Serra Pelada de 1980 -1990

Ano	Produção de ouro (US\$ /onça troy)	Produção oficial em (kg)	Produção estimada em (kg)
1980	615	6.630	8.287
1981	460	2.591	3.239
1982	376	6.820	8.525
1983	424	13.947	17.433
1984	361	2.613	3.920
1985	317	2.456	3.684
1986	368	2.647	3.970
1987	447	2.118	3.282
1988	437	745	1.118
1989	381	1300	1.950
1990	384	900	1.350
Total		42.837	56.758

Fonte: Mathis (1995). Adaptado por Glaucia Moreno, 2010.

Neste contexto, marcado por grande contingente populacional descapitalizada pelo término da atividade de extração do ouro na década de 1990, o MST vê pessoas capazes de compor a luta pela terra no Estado do Pará, perspectiva que estava sendo iniciada pelo movimento. Estes seriam os sujeitos que iriam reforçar a capacidade organizativa da base dos pequenos agricultores e o diálogo com as instâncias tomadoras de decisão, no que se refere às ações prioritárias e de apoio à reforma agrária propriamente dita, e consolidação do movimento no estado com grande concentração de latifúndios.

A realização de um acampamento antecede de uma demanda proporcionada pelo número de trabalhadores desempregados ou expulsos do campo que vive nas periferias das cidades, que são mobilizados a partir de um trabalho de base através de reuniões de trabalhadores. A realização de uma mobilização de massa antecede de uma demanda de reivindicação de trabalhadores para atender uma necessidade coletiva de interesses comuns de direitos não cumpridos pelo estado, que se organiza a partir de reuniões com participação de famílias de áreas de assentamentos e acampamentos que se preparam e se disponibilizam a participar (PEREIRA, liderança do MST, entrevista realizada em agosto de 2010).

Vale lembrar que na década de 70 do século XX no governo de Emílio Garrastazu Médice (1969 – 1974) tornou-se política de estado a colonização da Amazônia. Vários

projetos de colonização foram implementados no Estado do Pará, principalmente no Sul, Sudeste e na Região do Baixo Amazonas<sup>51</sup>. Esse projeto fazia parte do esforço de acelerar o desenvolvimento econômico do país, configurado como a grande marca do período militar. Denominada de “Operação Amazônia”, visava promover investimentos e ações políticas destinadas a ocupar e desenvolver economicamente a região, atendendo desta forma os anseios do discurso da Segurança Nacional.

A partir dos anos 70 do século XX, todo o Sudeste Paraense e especialmente os municípios de Marabá e Tucuruí, no âmbito da Amazônia Oriental, tornam-se alvo dos maiores investimentos estatais jamais realizados no Estado do Pará e na Amazônia, isto é, tornam-se alvo de uma política de segurança nacional que privilegia a integração da Amazônia através de sua ocupação e exploração (MAGALHÃES, 2003, p. 254.).

Essa iniciativa governamental incentivou a vinda de migrantes para o Estado do Pará em 1972. Desta forma houve no estado a colonização dirigida através dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) e a colonização dita espontânea. Segundo Hébette (2004), essas duas formas de colonização não são totalmente distintas. A distinção entre elas se faz quanto aos “momentos e à interferência do poder público em ambos os casos”. Dessa forma, a colonização é “dita dirigida, quando há interferência direta e orientação formal, na fase inicial do processo e na própria implantação”; e espontânea quando as decisões iniciais dos colonos não sofrem imposições externas: “a interferência organizada de um poder externo se faz de modo progressivo e de maneira formalmente menos impositiva” (HÉBETTE, 2004, p. 42-43).

Na região em torno da Rodovia Transamazônica, o objetivo do INCRA era de instalar oficialmente 100.000 (cem mil) famílias até 1974 e 1.000.000 de famílias até 1980, ao longo dos 5.400 quilômetros de extensão da rodovia, através dos quais foram distribuídos lotes de 100 hectares para pequenos colonos ao longo da estrada e das suas vicinais ou travessões, construídos a cada 5 km, tanto no sentido norte como no sul.

A colonização não foi estruturada apenas para a ocupação de pequenos produtores. No PIC de Altamira, havia discriminação diferenciada: o trecho aberto a oeste desta cidade era destinado essencialmente aos estabelecimentos familiares e a leste, exceto as imediações da rodovia, todo o espaço era reservado aos grandes pecuaristas ou às grandes empresas agrícolas, em lotes de 500 (quinhentos), 1000 (mil) ou 3000 (três mil) hectares. Cabe destacar o modelo de colonização adotado na região de Marabá, onde ocorreu a chamada colonização

---

<sup>51</sup> A região do Baixo Amazonas, segundo o IBGE é uma das seis mesorregiões do estado brasileiro do Pará. É formada pela união de quatorze municípios agrupados em três microrregiões: Almeirim, Óbidos e Santarém.

espontânea, na qual os próprios migrantes demarcavam seus lotes, pessoalmente escolhidos depois de um reconhecimento do meio, frequentemente em florestas privatizadas. Nessa região concentra-se o maior número de assentamentos rurais do Brasil, abrigando cerca de 60 mil famílias, em sua maioria ex-posseiros de terras, distribuídos em mais de 500 projetos de assentamentos. Destacam-se com a maior quantidade de assentamentos, os municípios de Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia. Na microrregião de Marabá, houve dois Projetos Integrados de Colonização: o da Agrovila de Itupiranga com 1100 lotes, abrangendo uma abertura de 7,5 km de extensão, e o da região de São João do Araguaia, com 900 lotes e o mesmo tamanho de abertura de área. Cada lote tinha um tamanho de 100 hectares (WAMBERGUE, 2007).

A partir de 1974, contudo, no início do governo Ernesto Geisel (1974-1979), as atenções para o processo de colonização da Transamazônica foram diminuindo e, conseqüentemente, a assistência técnica aos colonos foi deixada em segundo plano, bem como o apoio à saúde. Em mais da metade dos lotes houve desistência da exploração agrícola por parte dos colonos, devido, entre outros fatores, às dificuldades de escoamento, aos baixos preços de produtos e à incidência da malária e de outras doenças. Esses fatos contribuíram para o início de um processo de concentração de terra, em que um proprietário passava a adquirir as terras que iam sendo abandonadas pelos colonos. Partes desses colonos avançavam em novas áreas, conformando o chamado desmatamento por vizinhança (TAVARES, 1979).

Deste momento em diante começam a aparecer lutas por terra de forma espontânea. O que caracterizava os conflitos era a luta posseira para a garantia da sobrevivência. Segundo Guerra (2001), agricultores, empregados de fazendas, vaqueiros, meeiros e trabalhadores na terça, vindos de outras regiões, ocuparam terras devolutas ou não, tornando-se posseiros no Sudeste do Pará e, na condição de posseiros, organizaram lutas para conquistar e resistir na terra. Foi nessa condição que passaram a se organizar em CEBs, associações, caixas agrícolas e mais tarde em sindicatos (ASSIS, 2007). Quando o MST se constituiu no Pará na década de 1990, encontrou na região sudeste do estado grande concentração de pequenos agricultores organizados em Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs):

Os primeiros STRs da região sudeste do Pará, foram criados a partir dos anos 70, fortemente ligados à política de colonização e sob tutela do estado autoritário. Durante os anos 80, com o apoio de diferentes grupos de mediação, lideranças rurais oriundas das CEBs criaram associações, empenharam-se na construção de oposições sindicais, assumiram paulatinamente a direção de sindicatos e tornaram-se os principais porta-vozes dos agricultores. Inseriram-se nas disputas políticas regionais e constituíram uma imagem de resistência ao latifúndio, defesa e luta pela terra. Na

década seguinte, novas organizações proliferam. Ainda na década de 1990, o MST iniciou sua ação na região (ASSIS, 2007, p. 01).

Segundo Magalhães (2003), no sudeste do Pará estão localizadas cerca de 31% das terras destinadas para assentamento de todo o país, correspondentes a 16% da capacidade nacional de assentamentos, com uma área de 3.460.621 hectares. Ademais, o Pará é o único estado que possui três superintendências do INCRA em todo o país, indicando o tamanho da ação exigida da agência fundiária nacional.

A declaração do militante do MST reafirma a perspectiva de que a ação por eles proposta é uma espécie de reforma da prática de ocupações e da gestão destes espaços:

O MST vem para a região com uma proposta nova de construção dos assentamentos, mas não somente isso. Traz consigo o objetivo de construir comunidades que se auto-organizem e façam do território um espaço de gestão que vai entrar em disputa com o projeto do capital. Esse é o contexto. Um movimento formado por uma militância oriunda do sindicalismo rural combativo, que estava irrompendo nesse período, e que saiu fortalecida da luta contra a ditadura militar (MANAÇAS, 2010).

Da perspectiva analítica de Medeiros e Leite, há uma mudança na governança destes territórios e da própria concepção de reforma agrária:

Assim, em um primeiro momento, os assentamentos apareciam como verdadeiros enclaves locais, sob estrita responsabilidade e controle do executivo federal, a sua simples presença implica em uma aplicação do campo de forças com quem podem dialogar e disputar atenção ou mesmo se opor, passando a compor um espaço disputado politicamente. Isso se torna particularmente visível no momento em que, colocada a bandeira organizadora das demandas de diferentes movimentos sociais, a reforma agrária saiu dos limites estritos de seu público: os sem-terra, os posseiros, etc.; e tornou-se um componente dos debates políticos em torno dos rumos e possibilidades de desenvolvimento do país (MEDEIROS; LEITE, 2009, p. 10-11).

Com isso destacamos os indicativos da formação e gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Pará, cabendo observar que a mesma se constitui de forma orgânica e foi marcada por dificuldades. O MST enquanto organização veio para a Região Sudeste Paraense agregar-se ao movimento de luta por reforma agrária, uma vez que este movimento já existia composto pela CPT, sindicatos de trabalhadores rurais, entidades profissionais diversas, Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), Movimento de Educação de Base (MEB) e o próprio INCRA. Mesmo a

região apresentando essas entidades de representação, a instalação do MST teve que enfrentar o alto índice de violência que a região apresentava, teve ainda que enfrentar prisões e humilhações por parte da polícia local que, de forma arbitrária, retinha todo o material organizativo para trabalhos de base do movimento, alegando formação de quadrilha e foco guerrilheiro no estado.

Enfrentando essas forças opostas, o movimento encontra no estado grande concentração de latifúndios e conseqüentemente grande concentração de pessoas vivenciando a ineficácia da atuação do estado, migrantes descapitalizados, pois as classes dominantes controlavam o governo e as leis, congregadas pelos interesses dos latifundiários, da burguesia e do capital estrangeiro, opositores genéricos da luta do MST. O contexto político e econômico da região facilitava as justificativas de ações do movimento, que eram:

Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; a terra é um bem de todos, e deve estar a serviço de toda a sociedade; garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas (...) (MST, 1998, p. 28).

Seguindo estes preceitos os militantes conseguiram territorializar o MST em algumas regiões do estado onde encontraram contextos sociais, políticos e econômicos facilitadores da instalação do movimento. Desta forma conquistaram assentamentos e acampamentos nos municípios de: Belém, Baião, Castanhal, Eldorado dos Carajás, Irituia, Marabá, Pacajá, Parauapebas, Santa Isabel, São João do Araguaia, Mosqueiro e Tucuruí.

Depois destas conquistas do MST nestes municípios, ainda durante a década de 90 do século XX, no século XXI as manifestações, as ocupações e acampamentos continuaram a acontecer, pois ainda existem muitas famílias para serem assentadas no estado e a distribuição de terras acontece de forma desigual. Abaixo listam-se o número de manifestações, ocupações e acampamentos que aconteceram no período compreendido entre os anos de 2001 à 2009, segundo dados contidos nos relatórios anuais da CPT.



**Tabela 02** Manifestações, ocupações e acampamentos ocorridos entre 2001 e 2009 no Estado do Pará.

Ano	Manifestações	Ocupações	Acampamentos	Pessoas
2001	3	9	0	4828
2002	4	1	0	6180
2003	12	0	7	16.631
2004	*SI	4	0	2671
2005	9	2	0	5450
2006	20	4	1	8400
2007	12	5	1	5590
2008	9	4	0	5746
2009	8	5	2	6690
<b>Sub-total</b>	<b>77</b>	<b>34</b>	<b>11</b>	<b>62.186</b>

Fonte: Dados CPT relatórios anuais, sistematização Glaucia Moreno, 2010.

Os motivos das manifestações variaram entre o cumprimento de acordos; combate a injustiça e violência; infra-estrutura dos assentamentos; desapropriação de áreas; liberação de créditos; regularização fundiária; direitos humanos; educação; saúde; indenizações não pagas; pedidos de cestas básicas; contra barragens; contra desmatamento. Essas aconteceram principalmente nos municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Tucuruí, Irituia, Xinguara, São João do Araguaia, Belém, Castanhal e Canaã dos Carajás.

As ocupações se deram principalmente em latifúndios dos municípios de Castanhal, São João do Araguaia, São Domingos do Capim, São Geraldo, Marabá, Redenção, Belém (Mosqueiro), Eldorado dos Carajás, Bom Jesus do Tocantins, Mãe do Rio, Sapucaia, Irituia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Tucumã, Curionópolis e Xinguara.

Os acampamentos ora acontecem nas sedes do INCRA ou em áreas em que o movimento deseja que sejam desapropriadas, na maioria das vezes latifúndios que não estão cumprindo sua função social. Os municípios em que os acampamentos foram feitos não diferenciam-se dos municípios em que aconteceram as ocupações: a diferença é que os acampamentos acontecem em menor número comparado ao das ocupações<sup>52</sup>.

Observamos com estes números (Tabela 02) que o MST continua a luta pela conquista de espaço no Estado do Pará, na medida em que observamos a diversidade de

<sup>52</sup> Cabe esclarecer que cada ocupação antecede um acampamento, quando o objetivo é a desapropriação de uma fazenda.

municípios onde aconteceram manifestações, ocupações e acampamentos organizados pelo movimento. Depois de 20 anos de lutas e conquistas no estado, o MST possui muitos adeptos. Segundo a contagem realizada com os dados disponibilizados pela CPT, no período de 2001 à 2009, foram 62.186 pessoas envolvidas nestas atividades do MST.

No Pará o movimento é composto por aqueles que são **sem-terra de condição social**, que são a maioria dentro dos assentamentos do MST. São aqueles que se juntaram à luta do movimento por plena necessidade de ter um lugar para viver com qualidade de vida.

O termo necessidade significa, no contexto da união de pessoas ao MST, tem o sentido de conhecer a realidade em que as pessoas vivem, ou seja, identificar a situação de exploração e miséria em que vive os problemas que enfrenta. E essa tal necessidade do grupo de trabalhadores somada à luta do movimento significa estratégia de pressionar o estado a olhar as causas sociais e também uma estratégia de proteção, pois quanto maior o número de envolvidos em realizar um acampamento maior é a sensação de segurança quanto a represália da policia ou de jagunços dos fazendeiros.

E os **sem-terra de condição política**, representados por aqueles que são militantes do movimento, que abraçam a luta do MST, que vestem a camisa do movimento, são aqueles que ocupam ou já ocuparam cargos de liderança ou em coordenações, que viajam de lugar para outro na tentativa de engajar cada vez mais pessoas à luta do MST.

Para entender a luta por reforma agrária no MST, tivemos que considerar tanto os macrofundamentos, ou seja, a estrutura agrária e suas contradições, que caracterizam os conflitos que deram origem à sua organização, quanto sua prática articulatória historicamente situada. Esses elementos são os geradores das manifestações, das marchas, das ocupações, dos acampamentos, das pressões ao estado e da vitória representada pela desapropriação. Particularmente, no MST, representam o desencadeamento de ações coletivas, que são percebidas desde a fase de agrupamento das pessoas, o que antecede um acampamento ou uma ocupação, até o período de estruturação e consolidação do assentamento.

## **CAPÍTULO 4 - AÇÃO COLETIVA DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO EM PALMARES II**

### **4.1 O ACAMPAMENTO**

O acampamento é um momento de criação de novas formas de organização, de intervenção de novas maneiras de lutar, novas maneiras de viver. O acampamento é ainda um momento de ruptura, em que se criam novos caminhos, novas estratégias. A concretização desses caminhos, não se dá de forma homogênea: o próprio acampamento é um espaço heterogêneo (SALES, 2006, p. 55).

#### **4.1.1 Período inicial: ocupações e formação do acampamento**

A primeira ocupação do MST relacionada com o Assentamento Palmares aconteceu no município de Parauapebas no dia 26 de junho de 1994, contando com 2.500 famílias. O local desta ocupação foi o “Cinturão Verde”, uma área de 411.946 hectares, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Os sem terra ficaram acampados nesta área durante três dias. Nesta área de preservação ambiental da CVRD foram erguidos barracos cobertos com lona preta, mas em poucos dias estes foram destruídos, pois chegou uma ordem judicial para que a área fosse desocupada.

Expulsos desta área, dia 29 de junho de 1994, os sem terra dirigiram-se para a cidade de Parauapebas e foram para a praça pública situada à frente da sede da prefeitura municipal da cidade, onde fizeram um novo acampamento. Neste novo acampamento houve desistência por parte de algumas famílias e a entrada de outras, a maioria vinda de outros 11 estados brasileiros, mas particularmente do Maranhão, “a vida no acampamento obriga pessoas das mais diversas origens, com experiências pessoais diferentes, a conviverem umas [com as outras], num espaço físico restrito” afirma TURATTI, 2005 (p.93), ao se referir aos acampados do MST no estado de São Paulo.

Estas pessoas entraram no acampamento da Palmares, devido não ter outra perspectiva de vida após o fechamento do Garimpo de Serra Pelada<sup>53</sup>:

A gente morava lá, vivia de garimpo, ai quando a gente chegou em Parauapebas que viu a movimentação, a gente entrou no movimento e ficou. Não desistimos e estamos até agora. A gente já sabia que o garimpo não ia funcionar mesmo, e aí a

---

<sup>53</sup> Em 1992 todas as atividades de extração do garimpo estavam paralisadas, pois o governo não renovou a autorização e o garimpo voltou a ser concessão da Companhia Vale do Rio Doce.

gente apelou em conseguir um pedaço de terra e trabalhar sossegado (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Alguns dias depois de estarem em frente à prefeitura as famílias sem terra solicitaram transporte para irem até Marabá, e foram prontamente atendidas pelo prefeito em exercício (1993 – 1996), Francisco Alves de Sousa, conhecido como “Chico das Cortinas”. Dia 05 de julho de 1994, as famílias chegaram a Marabá, e fizeram um novo acampamento, desta vez no pátio da sede do INCRA SR-27, iniciando-se assim novas negociações, que não avançaram. Com o impasse, os sem terra decidiram mudar de tática e enviar representantes a Brasília, para negociar com representantes do INCRA Nacional. Como forma de aumentar a pressão, resolveram também ocupar a sede do INCRA de Marabá por dois dias. Acabaram ficando em Marabá durante cinco meses, acampados em um pequeno terreno ao lado do INCRA.

Neste acampamento ao lado do INCRA de Marabá, por estarem situadas em um pequeno terreno, as famílias não tinham como cultivar a terra. Sobreviviam das cestas básicas enviadas pelo governo:

(...) aí quando o governo mandava um pouco de rancho que era muito pouco, [olha] tinha muitas vezes que dividia 3 colheres de café para cada um, um pacote era dividido para 3 ou 4 famílias e dividia tudo certinho, tinha vez que uma barra de sabão era para 3 famílias. E as vezes eu via situação de umas pessoas e o que eu não ia precisar dava para fulano, e nas casas que tinham muitas crianças eu deixava até o café e um pouquinho de açúcar para eles (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Para complementar a alimentação alguns pais de famílias faziam trabalhos temporários pelas redondezas do acampamento, para sanar algumas das dificuldades encontradas durante as etapas de acampamento.

(...) a vida no acampamento é uma vida muito cruel. A gente agüenta e suporta, porque tem o desejo de ganhar o pedaço de terra e não tem condições de comprar mesmo, aí a gente pega e resiste mesmo, para poder conseguir as coisas (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Tem-se que ficar presente no acampamento mesmo que as condições de alimentação não sejam suficientes, o que leva a que as famílias desenvolvam estratégias de revezamento entre seus membros, de forma que uns ficam, e outros saem para procurar recursos que amenizem a precariedade das instalações e do fornecimento de nutrição. Talvez seja um dos

mais duros momentos do processo político. Mais do que isso, é preciso ficar para tomar decisões junto com as outras famílias e as lideranças.

(...) foi tudo muito difícil, a vida financeira quando a gente estava lá dentro. Ai troca de acampamento, a gente acampou em frente à Câmara, depois a gente voltou para aquele Zé de Areia que chamam ali onde é a Vila Rica, depois foi que a gente se removeu para dentro da terra, na época. Hoje a gente está aqui, mas é muito sofrimento no acampamento (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

A trajetória até se fichar em um assentamento é errática, tensa, exige resistência, tolerância, coesão.

Quando a gente estava no acampamento era ótima, como um dia desses eu falei com o menino que agora está lá na feira, o Gustavo. Ele era acostumado lá no meu barraco, andar lá por dentro comendo, tudo junto, aquele amor, e é por isso que conquista porque todo mundo tem um objetivo só, que é a terra, ai qualquer outra coisa que você vai juntar, com amor ali você consegue, agora se começasse a puxar para um lado e para o outro nós não estaríamos aqui (MARIA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

Apesar das dificuldades indicadas no trecho acima, é ali que se forjam as amizades, a solidariedade, a coesão que vai amalgamar o grupo, que vai dar liga para as ações e passos seguintes.

Como nada se resolvia, os camponeses resolveram voltar a Parauapebas, ficaram inicialmente em frente ao portão de entrada da Floresta Nacional de Carajás. Após serem expulsos deste local pela polícia, foram para frente da Câmara Municipal de Parauapebas onde permaneceram até o dia 20 de janeiro de 1995, quando se deslocaram para outra área, indicada pela prefeitura, nas proximidades da cidade, conhecida como Zé de Areia, onde ficaram de janeiro a maio de 1995.

Nessa nova área as famílias sem terra puderam organizar produções agrícolas, pois esse novo acampamento era em uma área rural próxima à cidade de Parauapebas,

Nessa época tudo era coletivo, tudo era por grupo. Um dia era um grupo, outro dia era o outro grupo que vigiava os acampamentos que as vezes, tinha as atividades e tinha que resolver os problemas que acontecia dentro do acampamento. E a gente amontoava aquele pessoal e ia lá para a reunião resolver, tudo era coletivo. Ai, tinha a corrente que era a entrada e a saída do acampamento e cada dia era um grupo que ia lá fazer a corrente para não ficar entrando pessoas estranhas, e a corrente servia para controlar a entrada, as vezes chegava pessoas que eram estranhas, a gente tinha que se informar, decidir o que ia fazer. (...) no período do acampamento era tudo coletivo, para fazer um barraco era coletivo, para fazer qualquer coisa era coletivo. (...) foi colocado um coletivo de mulheres para fazer uma horta coletiva, eu

participei, mas foi poucos dias, Porque aí bagunçou, também a gente mudou! (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

Com esta declaração podemos observar que no período do acampamento o MST consegue instituir entre seus acampados, iniciativas coletivas, inspiradas em ações ocorridas em outros países<sup>54</sup>, haja vista que neste período o grupo de indivíduos encontra-se coeso devido ao objetivo comum de conquista da terra, mas também, neste momento, da necessidade de segurança e de afirmação do grupo perante os seus oponentes.

Decorrido 5 meses de acampamento na área chamada de Zé de Areia, inicia-se um novo processo de negociações, agora com o governo estadual, representado na época por Almir Gabriel. Porém, como das outras vezes, nada se resolveu. No dia 14 de maio de 1995, quase um ano após terem ocupado o “Cinturão Verde”, os sem terra resolveram ocupar uma área da Fazenda Rio Branco. A mesma já havia tido uma parte comprada pelo Governo Federal para assentar outros camponeses, em 1992.

O novo acampamento que se iniciava era denominado de “Vila da Barata”:

(...) lá na Vila da Barata que chamam hoje de vila da Palmares I. Que foi a área que a gente acampou também depois do Zé de Areia, a gente foi removido para lá, de lá a gente se mudou para a vila da Palmares em definitivo, e aí a gente trabalhou uns dias lá com a horta coletiva, mas rapidinho a gente mudou para a vila (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Da declaração acima podemos ver que as ações coletivas eram tanto de avanço (ocupação) como de recuos (remoção), mas o discurso é feito na 1ª pessoa do plural (a gente – nós) expressando um sentimento de grupo. Verifica-se também que as ações coletivas não ocorrem da interação dos membros do grupo de camponeses com eles mesmos, mas com outros atores presentes, sejam do estado, professores, polícia, prefeitura. A ação coletiva tem, portanto, um caráter público, uma vez que se dá como processo político que passa por disputas em que a representatividade e representações sociais estão em jogo. Nos acampamentos duradouros que aconteceram em áreas rurais, várias ações coletivas aconteceram:

(...) quando a gente mudou para a Vila da Barata aí a gente construiu também uma escola para as crianças, pois elas não podiam ficar sem estudar. Aqui mesmo na Palmares II, no início a escola era feita de palha que a gente construiu, o povão fez.

---

<sup>54</sup> Ainda nesta declaração podemos observar os preceitos de uma sociedade igualitária e soberana, pregados pelos que compõem o MST, estão presentes no cotidiano dos acampados, pois eles conseguem viver segundo o que é pregado pela liderança do movimento.

As vezes tinha uma pessoa que estava doente e não podia fazer o barraco dele. A gente se juntava e ia lá fazer o barraco daquela pessoa. (...) até chegar no assentamento tudo era feito no mutirão (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

O que se expressa como coletivo de importância são atividades associadas à reprodução social do grupo em patamares que correspondem aos seus níveis de reivindicação de aspectos importantes como educação, saúde, moradia, emprego. À precariedade das construções físicas, marcadas pela pobreza e insalubridade do material (barraco, palha de coco, lona preta), sobrepõe-se à valorização do gesto solidário, o fazer juntos, o dividir, o partilhar o pouco de que dispunham, a segurança, a trincheira...

(...) tinha um grupo às vezes de 10 pessoas ou de 15. Ai fazia o barracão igual esse daqui. Ai ficava 10 pessoas ou 20, aí se fosse para outro lugar lá tinha que fazer outro barraco. A gente sempre fazia de palha; ai quando não fazia de palha botava a lona por cima que era muito quente, mas tinha que ser, pois havia lugares que não tinha palha de coco, ai era na lona, mais a lona esquentava demais (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

As descrições dão detalhes da precariedade, mas também da criatividade que faz recorrer a soluções alternativas, ao uso do material que se pode ter à mão, seja ele externo como o plástico negro, seja autóctone, como a palha do coco babaçu.

(...) a primeira roça que a gente fez lá na Vila da Barata foi coletiva. Era uma grupo de 7 ou 8 homens que se juntaram e fizeram 4 linhas de roça. Roçaram e derrubavam no coletivo e depois dividiram, na hora de colher e tudo ficou individual. Mas todo o trabalho até o plantio eles fizeram juntos (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

O termo coletivo é empregado para falar de ações de cooperação para atividades que exigem pressa. A luta política, eivada de abstrações, exige presença, atitude, enfrentamento que se dá pela ocupação do espaço, pelo incômodo que se provoca ao poder público, ao conjunto da sociedade, a setores interessados na resolução do problema que pode implicar em posicionamentos nos momentos eleitorais, ou nas disputas políticas locais.

(...) o primeiro mutirão que a gente fez, que a gente enfrentou foi a primeira roça que nós colocamos lá e nós trabalhávamos de mutirão, ai o mutirão era por dia. Tinha os que vigiavam, para fazer a segurança, igualmente a segurança que tinha no acampamento a mesma coisa. Aquela de trincheira era para ninguém invadir o acampamento, e na entrada tinha seus 20 ou 22 homens entrincheirados (LEITE, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010)

No caso descrito, como em outros ligados à outras organizações, há uma divisão de tarefas que merece estudo sobre os seus critérios. Em uma visada primeira, as tarefas estão ligadas a demandas imediatas de segurança e alimentação, mas elas vão se expandir para outros setores que vão da educação, à saúde e cultura.

Desta vez os agricultores estavam totalmente determinados a não sair da terra, e ficaram neste novo acampamento de maio a outubro de 1995, quando decidiram iniciar uma marcha a pé até Belém, distante aproximadamente 800 km de onde estavam. Saíram no dia 10 de outubro e quando chegaram a Eldorado dos Carajás foram convidados a formar nova comissão para participar de outra reunião com o INCRA, novamente em Brasília.

Na época a gente foi da Vila da Barata até Eldorado de pé nessa estrada, a gente foi numa marcha e era época de inverno, o barracão era só uma lona, os caibros atravessado com uma lonazona jogada por cima e no inverno lá ventava muito. O vento forte chega arrastava a lona bem no meio, e todo mundo estava no meio da chuva não tinha para onde correr, tinha que ficar lá mesmo, então o sofrimento era grande, mas o objetivo era conquistar um pedaço de terra. Aí a gente tinha que ficar né! Se desistisse não ganhava, né, aí a gente, graças a Deus, deu uma de duro e chegamos lá (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Durante essa caminhada na PA-150, as famílias se submetiam às intempéries da natureza, dormiam na beira da estrada em barracões improvisados, “comendo mandioca assada na beira da estrada, acampando debaixo da lona”.

Nós fizemos uma caminhada antes de chegar no 30 (Curionópolis), o povo veio de Brasília atender nós, lá no meio da estrada, o Evaldo Cardoso que era o chefe lá representante do governo, veio “decretadinho” a atender nós, no meio da estrada(...), (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

O desenho do confronto estava dado. Desta vez, finalmente, depois de um ano e quatro meses de luta, os sem terra conseguiram que fosse desapropriada outra parte da Fazenda Rio Branco, que recebeu o nome de Assentamento Palmares em homenagem à resistência de Zumbi, líder dos escravos que fugiam do cativeiro no século XVII e ao Quilombo de Palmares, o maior de todos os quilombos que existiram na história do país. Em 11 de março de 1996, foi assinada a portaria de criação do PA Palmares, e em 13 de dezembro de 2001, houve o desmembramento do PA Palmares II e Palmares Sul ou Palmares I como é mais conhecido, dando origem à área deste estudo.

Logo após a liberação da portaria de criação do assentamento Palmares II, pouco mais de 1 mês depois (17 de abril de 1996), aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás,



onde dezenove sem-terra foram mortos decorrente da ação da polícia do estado do Pará. O confronto ocorreu quando os sem-terras que estavam acampados na região resolveram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras na região.

#### 4.1.2 Perfil dos assentados entrevistados em Palmares II

Diante do exposto sobre a vida e organização do acampamento, podemos trazer mais elementos sobre a origem dos nossos entrevistados, os motivos que os trouxeram para o estado do Pará, quais atividades exerciam antes de chegar ao acampamento e os motivos que os trouxeram para o MST. O intuito é de caracterizar e demonstrar o perfil de alguns dos nossos entrevistados, que de certa forma representa o perfil dos assentados como um todo em Palmares II.

#### Quadro 03 Perfil dos assentados entrevistados em Palmares II

1) <b>Média de idade:</b> entre 30 e 66, sendo que 3 assentados possuem entre 30 e 40, 7 apresentam idade entre 41 e 59 anos, e 6 apresentam idade entre 60 e 66 anos.
2) <b>Local de nascimento:</b> 10 assentados nasceram no estado do Maranhão, 1 no estado do Ceará, 1 em São Paulo, 1 no Pará, 1 no Rio Grande do Norte, 1 em Minas Gerais e 1 no estado do Tocantins.
3) <b>Estado Civil:</b> Casado (13), solteiro (2), viúvo (1).
4) <b>Cidade onde morava anteriormente:</b> Curionópolis (13), Parauapebas (1), Zé doca (1), Imperatriz (1).
5) <b>Ocupação anterior:</b> Garimpeiro (10), Agricultor (2), Dona de casa (3), Desempregado (1).
6) <b>Desde que ano é assentado:</b> 1996 (16 assentados).
7) <b>Motivo pelo qual se dirigiu para um acampamento do MST:</b> devido ao fechamento do garimpo de Serra Pelada (10), já tinham parentes na região (4), para possuir terra e melhorar as condições de vida (2).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

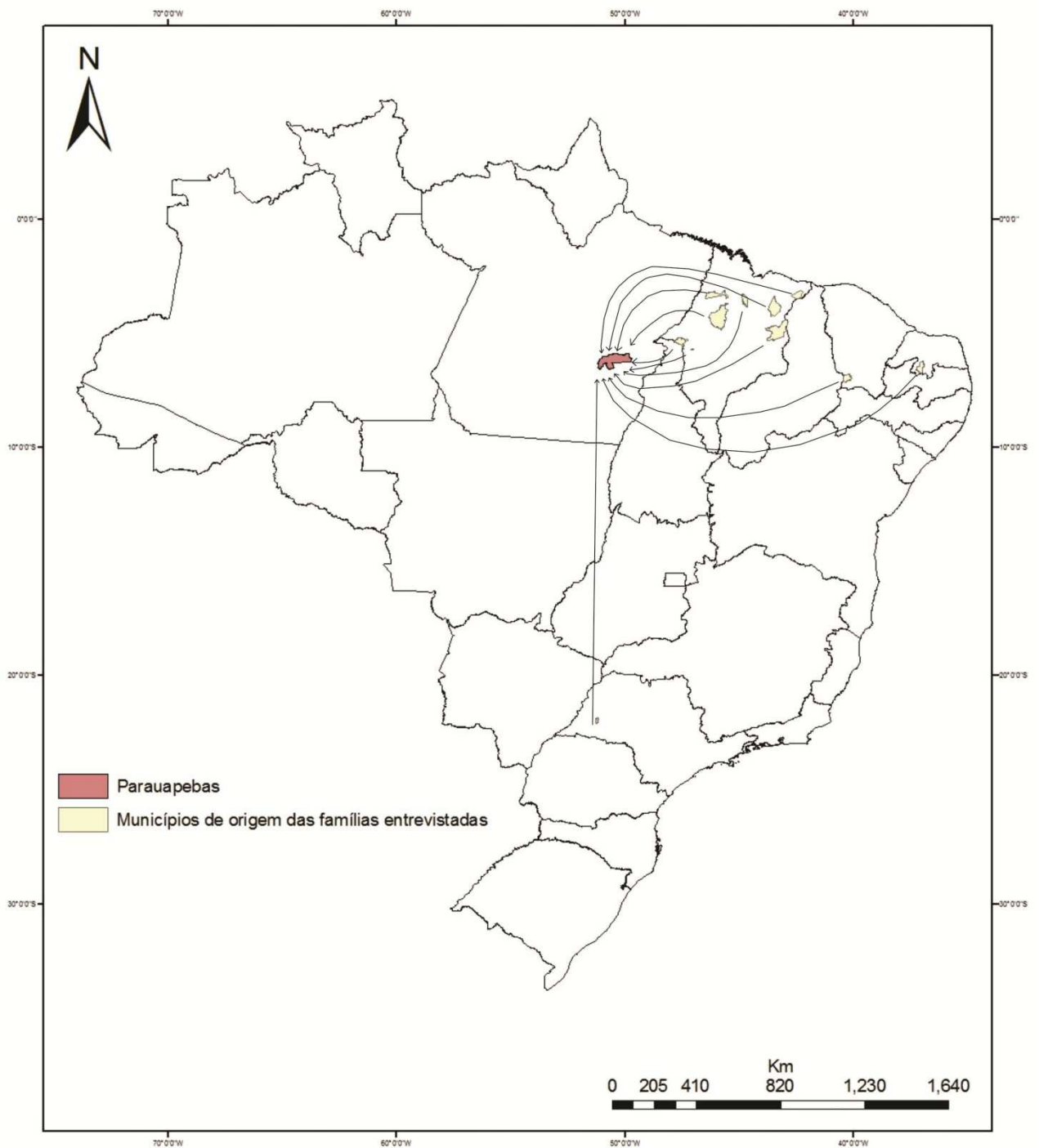
Analisando o quadro 03, observamos que a maioria dos assentados tem idade superior a 40 anos. A maioria é natural do estado do Maranhão (10 assentados), e os outros seis oriundos de outros seis estados do país, sendo apenas 1 natural do estado do Pará, estado

onde se localiza o assentamento Palmares II, demonstrando que passaram por vários locais até chegar ao estado do Pará.

Quanto ao estado civil, 13 dos entrevistados são casados, sendo que vieram casar novamente quando chegaram ao estado do Pará<sup>55</sup>. Observamos que a maioria (10 assentados) tinham como ocupação anterior o trabalho no Garimpo de Serra Pelada. Os 16 entrevistados estão no assentamento desde o período de acampamento. E o motivo que os trouxe para o assentamento, foi principalmente o fechamento do garimpo devido a queda na extração do ouro (10 assentados vieram por este motivo), sendo que outros 4 disseram ter vindo pela influencia de outros parentes que já se encontravam no entorno da cidade de Parauapebas trabalhando em fazendas, e por último 2 assentados justificaram a vinda com o propósito de melhorar as condições de vida da família.

---

<sup>55</sup> Quando os entrevistados chegaram em Palmares II tinham em média 35 a 40 anos de idade, estavam solteiros pois haviam deixado suas esposas em seus estados de origem. Casaram-se novamente depois que passou a febre do ouro, continuaram na região trabalhando em fazendas, ou em comércios, onde tinham oportunidades e quando ficaram sabendo do acampamento do MST, através dos próprios líderes do MST. Não pensaram 2 vezes e acabaram se envolvendo na luta por terra, pois viam nesta oportunidade a chance de mudar de vida. E, assim em 26 de junho de 1994, estes se somam às 2500 famílias para ocuparem a área do cinturão verde da CVRD.



**Figura 06** Origem dos assentados entrevistados.

Confecção Rogério Bordalo, 2011.

Abaixo temos algumas falas que ilustram o exposto no quadro 03.

- O senhor nasceu aqui no estado do Pará?
- Não, nasci no estado Maranhão, na cidade de Chapadinha.
- Por que o senhor veio para o estado do Pará?

- Vim com a minha família, ainda era jovem, meu pai veio e eu vim junto, de Chapadinha, fomos trabalhar no garimpo de Serra Pelada.

- Trabalhou muito tempo no garimpo?

- Trabalhei lá de 1986 até 1992, antes de vir para cá.

- Que motivo lhe trouxe para uma ocupação do MST?

- Porque na Serra Pelada, naquela época enfraqueceu, na época do garimpo, né, enfraqueceu tudo, e eu tinha que caçar um lugar para sossegar porque eu já estava exausto de rodar por esse Pará, aí resolvi vim parar nos sem terra. (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

- A senhora nasceu aqui no estado do Pará?

- Não, sou natural de São José dos Campos, estado de São Paulo.

- Por que a senhora veio para o estado do Pará?

- Saí de São Paulo com meu esposo, que tava buscando trabalho em fazendas, saímos de São Paulo, fomos para o Paraná na cidade de Curitiba, depois para Goiás na cidade de Goiânia. E dos Goiás viemos para o Itinga no Maranhão, e do Maranhão viemos para o Pará. Ele veio para o Pará trabalhar na Serra Pelada, onde ele morreu em um acidente.

- Por estes locais que vocês passaram sempre trabalharam na agricultura?

- Sempre foi ligada a agricultura, sempre na área rural. Ele só gostava de lavoura, ele era lavrador, ele gostava sempre de lavoura e eu também, sou lavradora também. Deixou de trabalhar na lavoura para trabalhar no garimpo quando chegamos aqui no Pará, na década de 80.

- Que motivo lhe trouxe para uma ocupação do MST?

- Depois de 3 a 4 anos da morte do meu primeiro esposo, me juntei com um fulano em Curionópolis que era ex-garimpeiro, e nós ficamos sabendo do acampamento através de lideranças do MST que andavam lá por Curionópolis. Como a gente tava sem emprego e sem ter para onde ir, entramos no acampamento (ALMEIDA, assentada em Palmares II, entrevistada em junho de 2010).

Os entrevistados de forma geral estão no assentamento, acompanhados de familiares. Os que vieram jovens casaram-se e não moram no lote de seus pais. Os que já vieram casados, os filhos já casaram e constituíram família seguindo a trajetória anterior.

O que se demonstrou unânime entre os entrevistados que realmente moram nos lotes, e que são as pessoas com mais idade entre 50 e mais de 60 anos, os mais novos, ou os filhos destes moram na vila do assentamento ou na cidade de Parauapebas. Ao perguntar a trajetória de migração que fizeram até chegar a ocupação da Fazenda Rio Branco a maioria deles são naturais do estado do Maranhão, mas também tem migrantes de São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Tocantins e Rio Grande do Norte, e em sua maioria vieram para o estado do Pará na época da corrida do ouro na Serra Pelada, e acabaram se deparando com uma realidade dura e difícil. Muitos foram parar na periferia ou invasões urbanas em Curionópolis, de Curionópolis vieram para a ocupação da Fazenda Rio Branco, objetivando ter posse de uma área e melhorar a condição de vida da família, que é o motivo principal que move a entrada destas pessoas no MST.

#### **4.1.3 Memória dos assentados acerca das ações coletivas ocorridas no período do acampamento.**

Vejamos, quais foram as principais ações coletivas que aconteceram no acampamento segundo os assentados entrevistados:

- Pergunta: o Sr. trabalhou coletivamente com outras pessoas no período do acampamento?

- A gente fazia a segurança, aliás nessa época tudo era coletivo, tudo era por grupo! (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

- Ah, sim, participei de marchas. Chegamos ir até Belém, outra vez fomos de Parauapebas até Marabá, só no peção! (SOUZA, J. assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

- Sim claro! isso é essencial eu não sei nem quantas casa eu ajudei a construir. Acho que foi bem umas 60 casas que eu ajudei a construir e colégio, aquele colégio da Palmares ali, que hoje é um excelente colégio e quando nós começamos aquilo ali era coberto de palha! (FRANÇA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Até chegar no assentamento tudo era feito no mutirão. Ai depois que chegou na vila da Palmares já era uma empresa que fazia, tinha uns que preferiam pegar o dinheiro e comprar o material e outros deixavam a empresa fazer! (MONTEIRO, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

- Eu trabalhei com um grupo de pessoas no setor de produção e eu coordenava este setor de produção, e passei a coordenar também um dia os núcleos de base. Nós cultivávamos os plantios de ciclo curto, mandioca e essas coisinhas, milho, arroz, horta, nós mexia com isso! (FRANÇA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Quando foi para fazer a ocupação e a conquista da terra, nós fizemos mutirão, cortamos lenha para vender para o Zé de Areia para poder arranjar alimentação, arranjar recurso para comprar a alimentação para dar o sustento nosso! (CORRÊA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Só uma época que foi colocado um coletivo de mulheres para fazer uma horta coletiva, eu participei mas foi poucos dias. Porque aí bagunçou também e a gente mudou! (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

- A primeira roça que a gente fez lá na Vila da Barata foi coletiva. Era um grupo de 7 ou 8 homens que se juntaram e fizeram 4 linhas de roça. Roçaram e derrubavam no coletivo e depois dividiram, na hora de colher e tudo ficou individual. Mas todo o trabalho até o plantio eles fizeram juntos! (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

- Considero que o primeiro mutirão que a gente fez, que a gente enfrentou foi a primeira roça que nós colocamos lá e nós trabalhávamos de mutirão, aí o mutirão era por dia! (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Trabalhei, era num grupo de 10 pessoas. Foi formado uns grupos de 10 em 10. Aí se juntava fazia as roças, as casas, os barraquinho. Tirei para fazer os barracos do acampamento. Ajudei demais os outros companheiros! (LOPES, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Podemos concluir com estas entrevistas que as atividades que os assentados consideram coletivas são ações inerentes à estruturação do acampamento, bem como: construção de casas, escola, plantio de culturas anuais (arroz, feijão, milho, mandioca). Cabe salientar que para que estas atividades, que envolvem o trabalho coletivo dos indivíduos, aconteçam no período do acampamento, elas são organizadas mediante a ação da liderança do acampamento, que são escolhidas pelos próprios acampados. Desta forma existe liderança para cada atividade ocorrida no acampamento. Ou seja, existe um representante para

coordenar a equipe de segurança<sup>56</sup> do acampamento; a disciplina<sup>57</sup>; as produções<sup>58</sup>, a educação<sup>59</sup>; a saúde<sup>60</sup>; e a formação<sup>61</sup>, na tentativa de manter a organização do acampamento.

As justificativas que nos foram apresentadas para o engajamento destes indivíduos nestas atividades sem nunca antes ter participado de um projeto de cunho coletivo, foi a **necessidade**. Necessidade de melhorar as condições de vida, ter vida e moradia digna, com qualidade, pensando no bem estar familiar. Estes são os indicativos para que a ação coletiva possa acontecer no MST. Existe uma ação coletiva com força e determinação dos assentados fortemente presente no período do acampamento, em que as pessoas concordam/submetem-se ao ideário do MST, objetivando a posse individual da terra. É isso que move as pessoas a vestirem a camisa do movimento, pensando no futuro em ter sua terra e fazer dela o que quiser e bem entender, e viver tranqüilo sem a sombra da exclusão e da violência que acontece nos acampamentos onde eles sofrem ameaças constantes da policia, ou dos pistoleiros contratados pelos pretensos donos de fazendas requeridas pelos sem terra.

A necessidade que permite a união destes indivíduos em um movimento social é identificada por três componentes que segundo Melucci (2001) são necessários para definir um fenômeno social como uma ação coletiva: uma identidade (que no caso estudado é de sem-terra); um adversário claramente definido no campo social onde se desenvolve a ação (jagunços das fazendas, policiais e os próprios fazendeiros); e por último um campo comum de disputa (por terras consideradas improdutivas pelo movimento social e produtivas pelos latifundiários).

Vejamos agora a consideração dos assentados a respeito das atividades coletivas ocorridas durante o período do acampamento:

- Pergunta: o que o senhor (a) achou de trabalhar de forma coletiva com outros acampados?

- Quando são 10 pessoas, são 10 opiniões. Se tem 2 pessoas, é sim ou não. Quando todo mundo do grupo se entende e pensa uma coisa, ainda vai. Ai quando tem uns estourados, igualmente na época do nosso grupo, faltava comida para os porcos, ai dizia tem que ir

---

<sup>56</sup> Equipe composta por homens, organizados em grupos para realizar a segurança do acampamento diariamente, dia e noite, uma vez que as áreas estão sempre sujeitas ao confronto seja com a Polícia, seja com a milícia dos fazendeiros.

<sup>57</sup> A liderança responsável por este setor vai observar o comportamento dos acampados e corrigir o que não estiver obedecendo as regras de convivência existentes dentro do acampamento.

<sup>58</sup> No setor das produções o líder organiza as famílias em grupo para fazerem roças coletivas.

<sup>59</sup> A liderança responsável faz levantamento de quantas crianças estão precisando de escola, organiza o mutirão para construção da mesma, recruta pessoas para ministrar aulas.

<sup>60</sup> Neste setor a liderança responsável encaminha pessoas doentes para atendimento médico nas cidades.

<sup>61</sup> Setor responsável pela unidade dentro do acampamento, neste são repassados os objetivos do movimento, a ideologia, com o intuito de manter as pessoas afinadas com a ideologia militante do MST.

comprar milho, cuim, buscar soro em Curionópolis, ai às vezes tinha eu que fazer uma “vaquinha” para buscar esse soro, ai tinha um que falava: só se roubar! Ai não tá certo, porque a palavra certa não é roubar! E foi por causa disso que eu saí! (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

- Olha de acordo com a vontade da gente, de ver como é que fica e como anda o processo, eu sinceramente, se entrássemos em discussão com umas famílias para trabalharmos de forma cooperada eu encarava ainda porque eu queria ver até de que forma a gente se organizava sem a influencia da liderança! (LEITE, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010)

- É uma atividade positiva, agora assim, o problema é que as terras não estão dando mais! (FRANÇA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Olha se todo mundo se entender, e todo mundo trabalhar é um bom projeto, agora se fica uns trabalhando e os outros não, isso não é bom!

- Não sei, sabe! No início eu achava que funcionava! Só que hoje eu já vejo diferente pelas opiniões das outras pessoas que já acham que não, ai a gente fica perdida! (CRUZ, assentada em Palmares II, entrevistada em janeiro, 2010).

- Ela é para ser boa, não tem que ter erro, é para ser tudo controlado. Mas às vezes um é controlado e o outro não, aí desanda! (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

De acordo com essas opiniões podemos afirmar que os indivíduos saem do acampamento com uma visão negativa das atividades coletivas ocorridas no acampamento, principalmente nas que tratam da organização da produção de alimentos, pois as atividades para infra-estrutura de casas, escola e estrada que eles realizaram em mutirão eles julgaram positiva, não demonstraram negatização.

O fato de julgarem negativa a experiência de trabalhar de forma coletiva para a organização da produção durante o período de acampamento, talvez possa influenciar as atividades coletivas no período do assentamento, o que analisaremos com mais propriedade ainda nessa pesquisa.



## 4.2 O ASSENTAMENTO

Um projeto de assentamento se concretiza formalmente através do decreto de desapropriação, mas a maioria deles tem toda uma dinâmica que antecede esse ato legal; é um processo de luta, convivência, sociabilidade, experimentado nas ocupações de terra (SALES, 2006, p. 89).

### 4.2.1 Período inicial do assentamento

A portaria de criação do Assentamento Palmares II foi assinada dia 11 de março de 1996, depois de 1 ano e 9 meses de luta e resistência dos sem-terra em ocupações e acampamentos. Nesse momento, as famílias passam por um sorteio para saber a localização dos seus lotes e iniciar a demarcação dos mesmos. Algumas têm a sorte de ficarem em local privilegiado, com fonte de água e terreno plano. Outras não têm a mesma sorte: “meu lote é um morro muito acidentado, não tem área plana, e como os lotes foram no sorteio, ninguém deve culpar ninguém porque foi sorteado, tinha que contar com a sorte” (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

A próxima etapa é a construção das casas, cada família se dirige para seu lote e inicia uma nova etapa da resistência na nova morada, estruturando as casas para abrigo da família, seguida da inserção da primeira roça. Neste período, no ano de 1996, os assentados foram beneficiados com os créditos de fomento e alimentação, no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), utilizados principalmente para a aquisição de ferramentas para desenvolver o trabalho no campo.

No mesmo ano foi liberado o crédito habitação no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), utilizado para a construção de casas na agrovila do assentamento. Em 1997 conquistaram o crédito na modalidade custeio<sup>62</sup> da safra de 1997/1998, através do Banco do Brasil e em 1998 fizeram a aquisição de novo crédito para custeio da safra 1998/1999 pelo Banco da Amazônia (BASA). Ambos foram contratados em cédula coletiva, pois o banco exigia que fosse feito em grupo de dez famílias.

Essa exigência das agências financiadoras não foi problema, pois as lideranças do assentamento Palmares II<sup>63</sup>, no início da formação do assentamento, depois de ocorrido o sorteio do lotes as famílias que ficaram próximas, entre 05 a 30 famílias, houve uma tentativa

---

<sup>62</sup> Modalidade custeio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).

<sup>63</sup> Lá na Palmares sim, tivemos lá muitas experiências de grupos coletivos, inclusive o último que tinha lá que era coletivo “os filhos da terra” o espaço coletivo deles está sendo repassado para organização construir os Instituto de Agroecologia (SOUZA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

de organizá-las de modo que produzissem coletivamente em lote destinado para esse grupo, denominados de núcleos de famílias.

Posteriormente, já na fase de assentamento, os trabalhadores foram reunidos em núcleos de família ou núcleos de produção, estruturas menores que variam geralmente de 05 a 15 famílias componentes, sendo estes núcleos ligados diretamente a APROCPAR<sup>64</sup>. O projeto apresentado ao Banco do Brasil, em 1999, para captação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) indicou a existência de 52 núcleos de produção no Assentamento Palmares II (MONTEIRO, 2004, p. 54).

Em 2004, segundo Monteiro foram identificados 42 núcleos de famílias em funcionamento, e em 2010 não encontramos nenhum grupo em funcionamento, apenas ouvimos relatos de moradores que fizeram parte destes grupos coletivos.

(...) a área do Filhos da Terra nós dividimos um alqueire para cada família, entendeu? E eu tenho um alqueire de terra ali que, e cada um tem o seu e nós dividimos assim para montar o coletivo. Cada um tem um, foi acertado assim. Essa área de 5 alqueires do Filhos da Terra, agora foi cedida para o projeto (...) (ALMEIDA, assentada em Palmares II, entrevistada em junho de 2010).

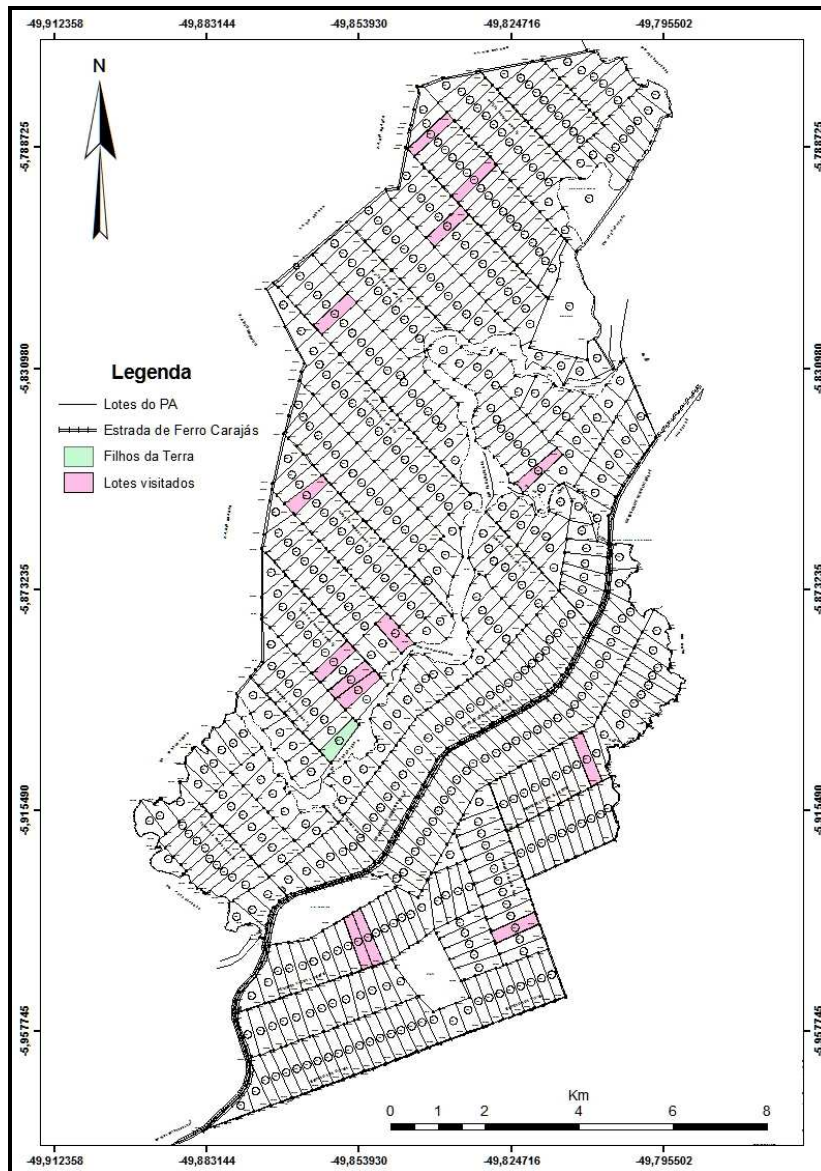
(...) antigamente quando nós estávamos no coletivo, nós tínhamos carneiro, gado, galinha (LEITE, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

(...) cheguei a morar nos Filhos da Terra, primeiramente nós trabalhamos um ano ou foi dois anos juntos, aí sai por causa de discussão de família, sai e vim para o lote, aí tornei a voltar de novo, tornei a trabalhar junto dois anos de novo, e sai (FRANÇA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

O coletivo ao qual, essas famílias se referem é o Filhos da Terra localizado na região do Limão no assentamento Palmares II (Figura 07) .

---

<sup>64</sup> Sigla da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares.



**Figura 07** Localização do lote Filhos da Terra, onde funcionava um dos grupos coletivos Confeção Rogério Bordalo, 2010.

Este lote destacado em verde demonstra onde as 5 famílias que pertenciam ao núcleo Filhos da Terra viviam. É uma área de 5 alqueires como os demais lotes do assentamento, e durante 10 anos estas famílias dividiram esta área de forma coletiva, todos moravam e trabalhavam nesta área, dispunham de horta, roçado (arroz, feijão, milho, mandioca) e criações coletivas.

O início do assentamento foi marcado por iniciativas que proporcionaram a estruturação física e financeira das famílias, de um período entre 1996 a 2000. Os esforços eram para garantir a permanência dos assentados e para isso foi construído posto de saúde, escolas, áreas de lazer, igrejas uma infra-estrutura mínima que garantisse a permanência das

peessoas, a contar com a liberação dos créditos financeiros que garantiram a reprodução das famílias, através de atividades produtivas (cultivos e criações).

#### **4.2.2 Tipos de ação coletiva desenvolvida pelo MST em Palmares II (Período do Assentamento)**

Segundo a memória dos entrevistados as ações coletivas que se desenvolveram no período de assentamento foram no âmbito de organizar as produções agrícolas dos assentados, de modo a agregar valor e organizá-los em associações, cooperativas e grupos de famílias. Essas iniciativas foram organizadas pelos indivíduos que compunham o setor de produção do assentamento. Naquele período inicial, eles tinham a responsabilidade de organizar tanto a produção, quanto a reivindicação de crédito, assistência técnica, comercialização da produção e capacitação dos assentados.

Dessa organização resulta um conjunto de práticas, conhecimentos, simbologias e valores que contribuem para a concretização de uma nova cultura política, que a princípio poderíamos caracterizar como: o sentimento de participação dos assentados e sem-terra; a produção de materiais, a vivência de espaços de resgate de cultura popular, a organização coletiva, o sentimento de constituir-se como sujeito do processo; a definição de palavras de ordem explicitando críticas ao modelo econômico, político e social do país (SOUZA, 1999, p. 88)

Em Palmares II, não observamos estes acontecimentos citados por Souza (1999) que pesquisou assentamentos no estado do Paraná. As iniciativas existiram, mas não alcançaram os objetivos descritos pela autora, se analisadas as falas dos nossos entrevistados acerca das ações coletivas desenvolvidas no período do assentamento.

Cabe ressaltar que as ações coletivas nesse momento, ou foram com o intuito de organizar e potencializar as produções (via crédito financeiro), ou foram retomadas as iniciativas de organizar as pessoas em grupos para realizar manifestações e ocupações objetivando melhoria dos serviços básicos no assentamento.

- Pergunta: no período de assentamento quando começam a sair os créditos você participou de algum que era coletivo?

- É porque assim, geralmente os créditos que a gente pegou era individual, mas eles saíram todinhos coletivos. Eles não vieram individuais. Individualizaram ele aqui com as pessoas, mas na dívida [que a gente deve] não tem nenhum individual todos são coletivos no grupão! (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Os assentados conquistaram em 1998, o financiamento PROCERA teto II, junto ao Banco do Brasil, para compra de equipamentos agroindustriais, tratores e implementos agrícolas, caminhões, veículo utilitário, construção de açudes para recria e engorda de peixes, construção de pocilga para criação e engorda de suínos, construção de aviários para engorda de frango, aquisição de matrizes de bovino de aptidão leiteira e instalação e funcionamento de uma horta (COOMARSP, 2005), ver tabela 03 abaixo.

**Tabela 03** Itens adquiridos com PROCERA Teto II

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
Trator Ford New Holland 8630 ano 97	02
Trator Ford New Holland 4630 ano 97	01
Trator Ford New Holland 4630 ano 98	01
Grade aradora, 97	02
Grade niveladora 97	02
Arado 97	02
Roçadeira. 97	02
Roçadeira vare (tração nas rodas) 97	01
Carreta agrícola 97 e 98	02
Batedeira de cereais 97	02
Escavadeira 97	01
Trado para trator (perfurador de solo) 97	03
Plantadeira e adubadeira 97	02
Câmara fria com capacidade de 15000kg equipada com 50 caixas térmicas , 50 tambor e 50 caixas plásticas.	02
Caminhão Mercedes Benz 1620 ano 97	02
Caminhão Mercedes Benz 710 ano 97	02
Caminhão Mercedes Benz 710 ano 98	01
Caminhão Mercedes Benz 914 ano 97 Foi trocado por um caminhão 710 ano 99 via seguradora.	01
Utilitário Toyota Cabine dupla ano 97	01
Beneficiadora de arroz, marca Zaccaria (100 sacas/dia) ano 97	01
Agroindústria para beneficiamento de farinha	01
Equipamento completo para laticínio de pasteurização de leite com capacidade de 1500kg	01
Fabrica de ração	01
Grupo Gerador MWM de 90 KVA	01
Grupo Gerador Stemac MWM de 114 KVA	01
Abatedor de frango completo	01
Avicultura de engorda para 3000 aves	01
Pocilga para cria e engorda para 150 matrizes	01
Tanques de piscicultura para engorda	13
Curral para 200 matrizes	01

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
Bovinocultura leiteira	200
Estruturação e funcionamento de uma horta para uma área de um hectare.	01

Fonte: levantamento de campo COOMARSP 2005.

Em 2010, o que não estava deteriorado pela ação do tempo de uso, estava com defeito, ou pior havia sido roubado. Com isso houve um fracasso das ações planejadas para executar estas atividades, ficando a dívida coletiva para os assentados, que ainda no ano desta pesquisa ocuparam o Banco do Brasil, na tentativa de negociarem a dívida. Abaixo temos algumas justificativas para o não funcionamento das agroindústrias.

Nesse período foram construídas nossas principais agroindústrias. No assentamento não existiam os parcelamentos ainda, não existia infra-estrutura, de estrada, não existia energia elétrica e não possuíamos mercado organizado, porque não havia trabalho em termo de organizar mercado, então com isso houve bastante dificuldade, e tem dificultado o nosso espaço nesse sentido, mas há um forte pensamento de continuar essas tentativas (CARNEIRO, liderança do MST, entrevistada em janeiro de 2007).

Nesta lógica, nós rompemos com o princípio básico da agricultura familiar que é a diversidade, nós padronizamos isso. Para competir com os grandes, pensávamos em ter aquele que de Norte a Sul do Brasil, vai produzir grandes quantidades de carne, grandes quantidades de leite, de frango, de suíno, arroz. Nesta lógica aí nós padronizamos uma lógica e temos hoje nos assentamentos os elefantes brancos, estruturas que nunca cumpriram com sua função social (...) (FERREIRA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

Esta não é a única experiência de gestão de equipamentos agroindustriais que exigem um grau mínimo de especialização na produção para alimentar a indústria. Tornou-se caso emblemático de fracasso de ação coletiva, sem que se leve em consideração os ajustes e o tempo que seriam necessários para fazer esta estrutura funcionar dentro desta organização. O princípio da fábrica/usina tira a autonomia do produtor, o distancia do processamento e da possibilidade de transformar pequenas quantidades no seu próprio estabelecimento.

Sobre a instalação das agroindústrias em Palmares II, vejamos a opinião de alguns dos assentados entrevistados:

- Pergunta: você participou do grande projeto coletivo para construção das agroindústrias? Qual sua opinião sobre este projeto?

- Na época a gente pensava uma coisa, e todo mundo na época era a favor. Porque era um patrimônio que iria beneficiar a comunidade como um todo em geral, que nem era a farinha, e veio usina de arroz, veio o crédito para os carros, trator, gado leiteiro. E esse dinheiro era administrado pela associação, então na época se fosse para frente iria beneficiar a comunidade em geral, mas aí vem a coisa: aonde um usa, o resto paga o pato! Nego usa, usa e o restante paga o pato! (CORRÊA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Não. Esse projeto aí eu não ajudei, o pessoal falava que a gente fazia parte, mas eu particularmente não ajudei! (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Nesse coletivo que foi feito, a gente perdeu de tudo! (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

- Não deu certo, porque cada um só quer puxar a brasa para sua sardinha! (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Foi só furo, mesmo, nunca foi pra frente! (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

- Aqui esse coletivo não funcionou, porque os mais sabidos sempre querem engolir os bestas, então não vai para frente, não! (LEITE, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

O que aconteceu também foi que as pessoas quando pegavam naquele tanto de dinheiro que nunca tinham visto antes, era muito dinheiro. Mas o que a gente pegou é mixaria perto do que associação pegou. E quando eles se viram com aquele dinheiro eles não tiveram a idéia de aumentar, então eles ficaram perdidos. E se você tem um patrimônio e você não trabalha para ele aumentar, a tendência dele é se acabar, então foi o que aconteceu. E eles foram acabando de pouco a pouco por falta de gestão. Até porque na época quando saiu o projeto para a associação era para 200 vacas leiteiras, e eles compraram 200 vaquinhas que não davam 2 litros de leite, até não tem condições de funcionar. Ai depois foram e arrendaram o laticínio passou uns tempo arrendado. Ai o que aconteceu? Uma parte a ferrugem comeu, outra venderam e aí só sobra para a comunidade, porque foi feito no coletivo. **E, é por isso que eu estou lhe dizendo que eu não quero mais saber de coletivo.** Tem outras pessoas aqui que formaram grupo de 10 pessoas fazendo semi-coletivo e também nenhum desses foi para frente, é porque os cabeças que tomam de conta sempre querem comer os pequenos. Porque a cabeça tem a leitura boa, e o cara que só fica trabalhando lá, não ganha nada, não, aí o pessoal vai indo, vai indo desilude, o pessoal tem um dizer que gato escaldado de água quente tem medo de água fria, aí o cara já dá varada (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

A declaração anterior revela que havia uma hierarquização e um controle centralizado das atividades de comando, denunciando uma falsa democracia, a exemplo do que descrevem e analisam D’Incao e Roy (1995) ao fazer uma etnografia de um assentamento.

Desta forma, interpretamos que o projeto para implantação das agroindústrias, não partiu dos assentados, não era uma demanda social<sup>65</sup> dos assentados, foi planejada pelos líderes do MST da regional Carajás, restando aos assentados duas alternativas i) cooperar ou ii) não cooperar, como na Teoria dos Jogos de Hardin. Acredito que a participação de assentados do MST em ações coletivas, no Palmares II, possa estar atrelada ao cunho ideológico socialista, tendo explicação plausível em “A lógica da ação coletiva” de Olson (1998), em que os indivíduos agem por interesses pessoais, mas os assentados não deixam isso explícito para a liderança, pois aqueles que mostram interesse nas ações coletivas propostas pelo movimento acabam recebendo recompensas. Daí vem à lembrança, as facilidades que o MST proporciona aos seus militantes e à sua base, como por exemplo, o encaminhamento dos empréstimos, outros recursos do Estado, escolas, lazer e tantas outras benfeitorias, caso eles se engajem no movimento, e demonstrem obediência às regras e normas e respeitem as relações de poder, exercida pelos que compõem a liderança. Esse poder representado pela liderança pode ser classificado como “poder latente”, que segundo Chazel (1995), “é a capacidade de dominar e influenciar, espírito de liderança, qualidade de argumentos convincentes de A para persuadir B”.

Desafortunadamente, em nome da disciplina e de incontáveis receituários comportamentais impostos, seus militantes sequer alcançam algum tipo de consciência política própria, pois compelidos à repetição monocórdia do discurso dos dirigentes principais, retirando-lhes expressiva margem de especificidade de ação e interpretação de formas de luta adequadas à diversidade regional do país, tolhendo talentos organizativos e cerceando a formação livre e genuína de novas lideranças, (NAVARRO, 2002, p.264).

Não queremos aqui menosprezar a organização do MST em torno das produções coletivas, mas apenas demonstrar que na prática mobilizar, ou encontrar a demanda social em torno de uma cooperativa de auto-gestão, não é uma tarefa fácil e deve ser decidida junto com os principais interessados que neste caso seriam os assentados. Mais do que isso, não basta identificar a demanda e as possíveis soluções, mas desenvolver uma competência para

---

<sup>65</sup> A demanda social é resultado de um processo de construção social, que envolve diálogo e negociações entre vários atores e que passa por uma ação (SCHMITZ; SIMÕES, 2001, p.2).



gerenciar os mecanismos criados para resolver os problemas, dentro de parâmetros que não serão necessariamente os mesmos anteriores do quadro de domínio profissional dos envolvidos. A tecnologia de laticínios industriais, de criações especializadas de bovinos de leite, de processamento de frutas exige um aprendizado e uma formação técnica para o seu domínio, principalmente se considerada a perspectiva da autogestão ou da gestão coletiva, o que, até onde se sabe, não foi considerado pelos envolvidos na implantação do Assentamento Palmares.

Permanece assim apenas uma pergunta mais geral: quando a organização permitirá, em seus assentados, que os próprios assentados decidam suas formas de cooperação (se não preferirem a ocupação familiar de suas parcelas específicas), como melhor entenderem (ou seja, respeitando-se sua autonomia) e, em particular, quando deixará de utilizar fundos públicos para exercer diferentes formas de controle social sobre as famílias instaladas nestas novas áreas? (NAVARRO, 2002, p. 277).

A forma como os líderes do MST implantaram a ação coletiva em seus assentamentos, inclusive no caso estudado, gerou críticas, até mesmo de quem sempre esteve ao lado do movimento como é o caso de José de Souza Martins e Zander Navarro.

O primeiro influenciou os primeiros líderes do MST através de suas assessorias prestadas a CPT no início da década de 80 do século XX. O segundo realizou sua formação acadêmica com base em estudos de caso realizados em assentamentos do MST.

A crítica de José de Souza Martins está representada no título do livro o “Sujeito oculto da reforma agrária”, ou seja, o sujeito que não chega com nitidez à consciência de assentado e menos ainda à de acampado, e que só se manifesta eventualmente quando a terra é objetivo de transação (MARTINS, 2003a, p.10). Em parte a crítica de Martins é pertinente, quando ele afirma que o sujeito da reforma agrária existe em função de uma justificação político-ideológica, mas considero um exagero quando o mesmo diz que os assentados só se manifestam quando o objetivo é a transação da terra, com isso o autor desconsidera boa parte das atividades desenvolvidas pelos assentados e todo o esforço representado pela resistência nos acampamentos ao qual esses assentados passaram.

A mesma crítica de Martins é compartilhada por Navarro, que diz ser fácil fazer de pessoas sem qualquer base educativa “aliados”, pois pertencem a famílias pobres e que nada tem a perder e acima de tudo ficam a margem de qualquer responsabilização, especialmente quanto ao uso de fundos públicos.

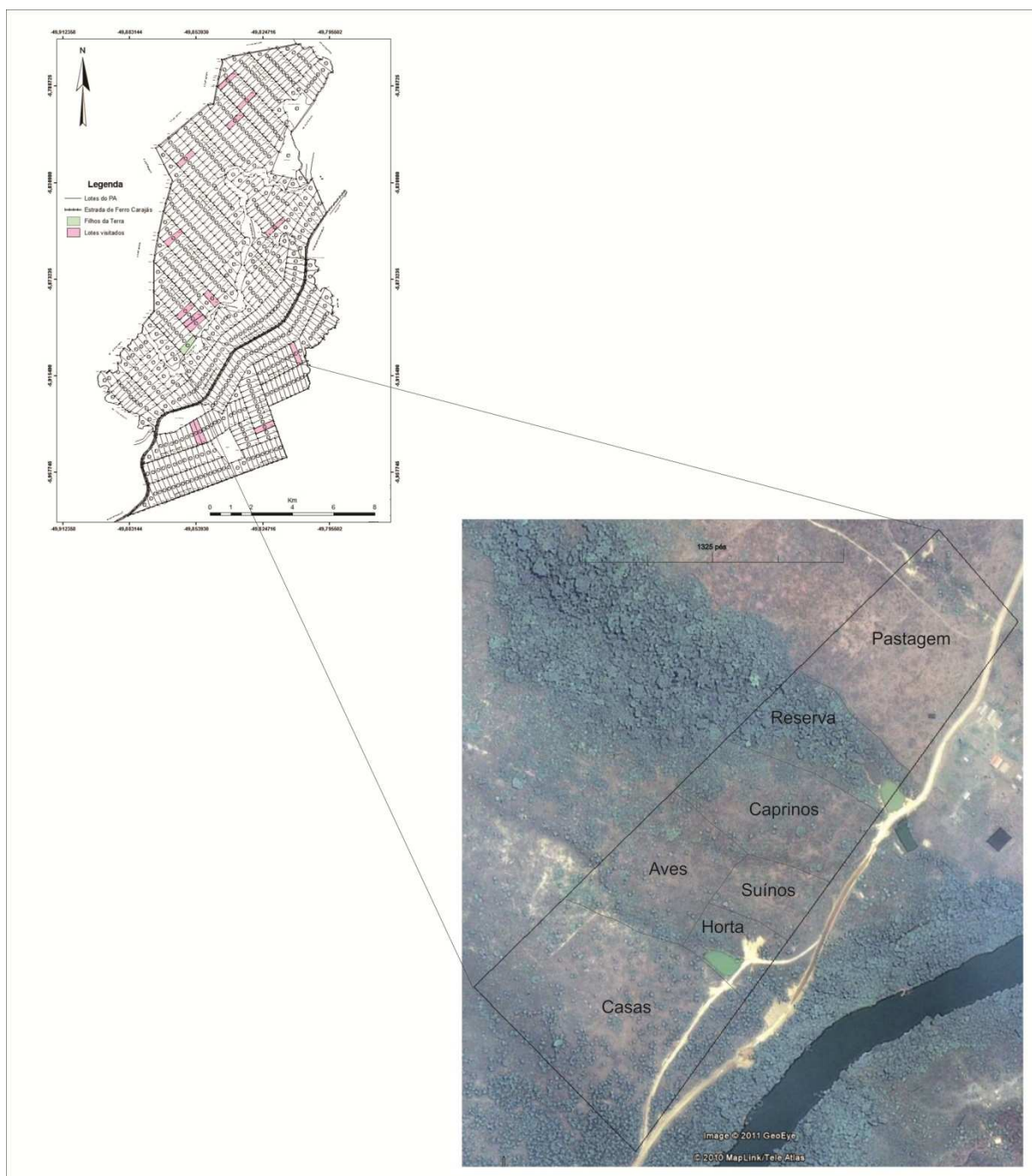
Em que pese às afirmações negativas destes autores, em partes condiz com a realidade que estudamos, pois ao mesmo tempo em que não se sentem integrantes/militantes

do MST, as pessoas que se encontram no assentamento estudado partilha das características citadas por Navarro no parágrafo anterior. Mas por outro lado, o fato dos assentados em Palmares II, serem migrantes e ex-garimpeiros, entraram no movimento por estarem sem perspectiva de retorno aos seus estados de origem uma vez que as atividades no garimpo tinham sido paralisadas. E através do MST estas famílias foram retiradas das periferias das cidades de Curionópolis e Parauapebas (ambas no estado do Pará), tendo sua auto-estima e a esperança renovada através da organização e promessas dos líderes do movimento. Com isso cabe aqui uma pergunta: e se não fosse a presença do MST na região, para unir, organizar e assentar estas famílias, o que teria acontecido com elas? Haja vista a descapitalização que as mesmas estavam no momento em que alguns líderes do MST os cooptaram para este movimento social.

Diante destes fatos, não concordo com as críticas de Navarro e Martins, pois me parecem carregadas de academicismo, ou seja, encontra-se distante da análise de vida e do papel de cada um no momento em que tornam-se assentados de reforma agrária. Faltou os autores levarem a consideração o fato da reprodução familiar de forma digna, a escolarização em nível técnico e superior que os filhos destes assentados nos dias atuais dispõem.

Por outro lado, a iniciativa de organizar pequenos grupos coletivos “regime de propriedade comum” (McKEAN; OSTROM, 2001), de no máximo 30 famílias, foi exitosa e duradoura. Logo após o sorteio da localização dos lotes, estes núcleos foram instituídos. A lógica da organização era a seguinte: grupos de famílias que eram vizinhas próximas iriam dispor de um lote de 5 alqueires denominados de núcleos de produção; nestes as famílias desenvolviam trabalhos coletivos nos âmbitos das criações e cultivos: “trabalhamos com porco, com gado, com ovelhas, com galinhas, com hortaliças” (FRANÇA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Esta divisão foi inferida para as diversas atividades realizadas no período de assentamento, pois não nos foi informada as dimensões exatas de cada área.



**Figura 08** Divisão esquemática do lote coletivo “Filhos da Terra” – Imagem Google Earth 13 de agosto de 2005. Confeção Rogério Bordalo, 2010.

Instituíram-se grupos independentes da lógica de organização proposta pela liderança do assentamento, a exemplo dos núcleos de produção em regime de propriedade comum, indivíduos se uniram, dividiram o lote, institucionalizaram regras para o grupo e desenvolveram cultivos coletivos. Quando perguntados se a proposta havia partido da liderança, me responderam o seguinte: “nós aprendemos porque no período do acampamento

era tudo coletivo, para fazer um barraco era coletivo, para fazer qualquer coisa era coletivo” (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Observe-se o diálogo abaixo com um de nossos entrevistados, para aludir ao parágrafo acima:

- Pergunta: no período de assentamento, o senhor chegou a participar de alguma atividade coletiva, trabalhando junto com outras pessoas?

- Trabalhamos aqui, inclusive nós pegamos um projetinho aí de R\$ 4.500,00. Não estou nem lembrado qual era o projeto, fizemos ali um serviço, um bananal de 2 alqueires. Era todo mundo junto.

- Pergunta: quantas famílias estavam envolvidas nesse grupo coletivo?

- Éramos 6 famílias. (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

A iniciativa de trabalhar coletivamente com o plantio de banana, partiu dos próprios assentados, sem a participação ou influencia de lideranças do assentamento, e por 12 anos eles estão produzindo banana nesta propriedade de regime comum. As normas foram criadas por eles mesmos, cada uma possui 2 linhas<sup>66</sup> disponíveis para o cultivo da banana e ficando responsável pelo plantio, manejos, colheita e venda do produto. Havendo a possibilidade eles ainda trocam diárias de trabalho uns nas áreas dos outros e vice-versa.

---

<sup>66</sup> 1 linha corresponde a 1/3 de um hectare (3333,333), logo 2 linhas correspondem 2/3 de 1 hectare, que representa 6666,666 m<sup>2</sup>.



**Figura 09** Bananal coletivo do grupo de 6 famílias.

Ainda no assentamento, observamos a retomada das ocupações e manifestações, forma de ação coletiva que se instaura objetivando pressionar o Estado para que algumas benfeitorias ocorram no assentamento. Essas benfeitorias são conseguidas aliadas à luta pela terra, que é o esforço para continuar produzindo na terra e dispor de qualidade de vida para a família e diminuir com o abandono de lotes justificado pela falta de infra-estrutura. As imagens abaixo demonstram as conquistas dos assentados em Palmares II, após ocupação seguida de fechamento da estrada de Ferro Carajás.



**Figura 10** Benefícios conseguidos após ocupação na Ferrovia Carajás, ano 2008: A) posto de abastecimento de água; B) posto de saúde; C) Escola de ensino fundamental e médio; D) praça pública na vila do assentamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A consideração dos assentados a respeito das atividades coletivas ocorridas durante o período do assentamento (agroindústrias, núcleos produtivos e organizações coletivas independentes):

- Perguntas: diga-me o que o senhor (a) achou destas iniciativas coletivas que existiram no período do assentamento? Por que deixaram de existir? Quais motivos?

- Não deram certo, porque aqui cada um trabalha em benefício próprio e os outros que se dane. Então aqui na minha opinião, esse tipo de coisa não vai para frente! (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- É uma atividade positiva, mas tem problemas e agora nós dividimos o bananal, porque só um não dava conta de levar sozinho, achamos por bem dividir ele em partes iguais, parece que deu 2 linhas para cada um. Nós não estamos mais juntos por causa deste negócio da feira mesmo, porque tem que ir mais gente, ai um tem as caixas de um jeito, os outros de outro, ai dividimos. Pois tem deles que não quer ir essa semana, ai já deixa para ir na outra semana, acabou que não deu mais certo por isso! (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

- Isso é meio difícil por causa da desunião que é muito grande e os interesses, pois não é todo mundo que se interessa. A dificuldade é só essa. Mas se fosse uma coisa que todo mundo interessasse, botasse firme: nós temos que fazer isso, e acontecer e fizesse era bom! (SOUZA, J. assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

- A gente não vai para frente, pois olha só: um trabalha, o outro está trabalhando e aquele outro não quer trabalhar. Aí o que você faz? Eu vou ficar desgostoso porque só a gente trabalhando e os outros não, você desgosta com o tempo. Você mora numa casa com 4 irmãos, ai todo mundo precisa trabalhar, ai um trabalha o outro trabalha e um não trabalha, ai você já fica desgostoso com esse que não trabalha, é isso que acontece! (LEITE, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010)

- Isso acontece minha irmã, porque essa associação aí é o bicho se vender todos os lotes da Palmares não dá para quitar a dívida. Porque é aquele negócio: se eu quito minha dívida, mas o fulano não quita. Ai fica igual meu esposo, na época que veio a primeira parcela, meu esposo vendeu o gado quase todo para quitar a conta dele todinha só, ai chegou disse que tinha que fazer não sei o que, não sei o que! (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

Vários são os motivos que os assentados nos apresentaram para os fracassos das iniciativas coletivas ocorridas no assentamento. Nós particularmente não vemos como fracassos, mas como ponto final mesmo, ora porque acreditamos que ações coletivas têm momento para acontecer e momento para chegar ao fim, bem como outras ações produzidas individualmente. Alguns são nossos motivos para defender essa análise, claro que no caso das agroindústrias tiveram problemas do planejamento e execução, pois fatores importantes não foram levados em consideração;

Então a história da agroindústria especificamente, dentro da Palmares, existem pessoas até que conhecem melhor que eu, e a gente **chama estruturas que chamamos de elefante branco**, que é uma estrutura de crédito, que ela vem porque

as pessoas acessaram aquele crédito, num momento em que estavam sem as informações necessárias, não se tinham informação. E o que foi que tornou as estruturas em elefantes brancos? Foi exatamente, a agroindústria e a capacidade de produção dos assentados. Pois no caso da beneficiadora de arroz tu precisava de uma quantidade de arroz só para a máquina funcionar, tipo 10 sacas, mas é muito mas, então só para a máquina entrar em funcionamento precisava de uma quantidade “x”, então ela não podia nem ser ligada se não houvesse essa quantidade “x”, então esses estudos não eram feitos, para saber a capacidade de produção dos assentamentos, e com o aparecimento do crédito naquele período eles pensaram vamos pegar o financiamento, para a beneficiadora de arroz pois o assentamento produzia muito, mas era uma quantidade inferior para máquina funcionar. Então no caso destas agroindústrias tu teria que ter um conjunto de assentamentos na região, ou mais pessoas envolvidas nas comunidades para dar conta de fazer. Pois as agroindústrias a lógica delas também é de coletividade, e o que tivemos na época era muito crédito que era grupal/coletivo eram as condições do crédito, e as pessoas estavam vindo da estrutura de acampamento e sempre coletivo e acharam que para o assentamento dava, todo muito empolgado, mas sem muitas informações, não tinha assistência técnica, não tinha nenhum tipo de informação que desse conta, então foram no senso comum (SOUZA, M. liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

Considero que as iniciativas dos núcleos produtivos e ações coletivas independentes da liderança chegaram ao fim, devido ao envelhecimento dos assentados. Boa parte deles tem entre 50 e 66 anos, e não dispõem de força física comparada a de 15 anos atrás, quando chegaram. Existem doenças que se tornam empecilhos, outros já faleceram restando apenas as mulheres viúvas e os filhos. Outros, com o avançar da idade já estão aposentados, o que é uma segurança para garantir a renda familiar. Ponderamos que esse fator, avanço da idade, seja um dos motivos para a finalização das atividades coletivas nos núcleos de produção, sob “regime de propriedade comum” (McKEAN; OSTROM, 2001).

Para a questão das agroindústrias as lideranças afirmaram que para não haver mais erros, um estudo preliminar precisa ser elaborado, analisando:

Quais os interesses e disponibilidade das famílias de participarem desse processo? Que intencionalidade (objetivos e metas a serem alcançados para além dos interesses individuais de cada família) terá que ter ao organizar ou incentivar uma atividade? Quais os recursos disponíveis? O que falta? Quais os parceiros possíveis, se for o caso. Em algumas atividades quando se refere à agroindústria agora estamos buscando analisar a viabilidade de mercado (COELHO, liderança do MST, entrevistada em agosto de 2010).



### 4.2.3 Convergências e divergências entre o projeto individual dos assentados e propostas coletivas da liderança

Neste sub-item apresentam-se as considerações dos assentados sobre o que foi idealizado para estruturação do lote, ou seja, verifica-se se eles conseguiram executar o que foi planejado. Queremos com isso verificar se há existência ou não de divergências, entre o projeto individual dos assentados e as propostas coletivas da liderança, mediante algumas opiniões de assentados e líderes entrevistados.

Bem, na realidade nesse processo da resistência, da luta e da vida coletiva e da busca de organização do assentamento existem muitas divergências assim como existe as convergências também (SOUZA, M. liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

Vejamos:

- Pergunta: O que planejou para estruturar seu lote, quando conseguisse o título de posse da área, conseguiu realizar?

- Já sim. Primeiro de tudo a gente sem condição, fica uma coisa meio ruim. Nós somos assim sabedor [es] se não tiver uma pontinha de dinheiro por mês nada vai para frente. Eu aqui mesmo já tentei começar mexer com horta já três anos, esse ano foi que eu não plantei nada, pois esse ano passado as minhas produções que eu plantei pouco produziu. E esse ano já era para estar produzindo, mais ficou de vir um trator aqui mesmo do meu vizinho e não veio e por isso eu não plantei nada! (MONTEIRO, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

- Olha, eu tenho um problema muito grande com esse tal de cooperado, do coletivo, do processo da nossa vida aqui. É porque eu investi todo meu recurso que eu peguei eu investi lá no projeto no Filhos da Terra, tudo coletivo, eu o Jorge e a Bete. Hoje o Jorge já cercou o lote dele, porque ele foi trabalhar no município e tal, com o prefeito e tal, aquela história. Mas eu e a Bete, estamos com o nosso lote sem cercar. Então é preciso fazer um novo negócio para a gente conseguir botar em dias. Mas atualmente nós ficamos endividados no banco, e sem poder fazer nada aqui, pois nosso nome está no SERASA! (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Até agora eu acho que não, porque o que eu planejava mais era morar numa casinha melhor, igual eu estou fazendo a área em redor dela e ter uma vida mais tranqüila, e hoje eu tenho tudo, tem uma farinheira aí, tem 2 motores, um a energia e outro a gasolina, o lote tem

energia. No dia que falta gasolina... a minha mulher tira polvilho e vende lá na feira, eu vendo banana e ela o polvilho, aí ela fica para a outra feira de amanhã (domingo), e nós temos uma renda até boa, temos quinhentos conto (R\$ 500,00) livre toda semana. Tem dia que eu faço R\$350,00 na banana e ela faz mais que isso, agora menos porque a mandioca está fraca, está pouca, mais tem vez que ela faz quinhentos conto (R\$500,00). Então nós não temos muito aperreio, não! (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- Tem varias coisa que a gente pelega, ou está pelejando para conseguir mais não está dando certo. Por motivo de financiamento de recurso ou o camarada, não tem força para fazer é só isso mesmo! (FRANÇA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- O nosso objetivo era criar gado leiteiro. Não deu certo porque a gente pegou uns gados nelore, porque na época foi tudo no coletivo como estou te falando, e quando vieram avisar o meu esposo aqui em casa... olha para tu vê, nós tínhamos um pasto todo feito, e o gado ficou lá na área do projeto, quando vieram avisar meu esposo aqui 14 horas da tarde o gado já estava lá no projeto, tá vendo como são as coisa? Você não pode escolher o gado! (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

- Por enquanto a gente está conseguindo, a represa que eu queria a gente fez e com muita luta, mas a gente consegue. E agora o problema é a roça que a gente tem que fazer é no arado. Porque o INCRA chega, entrega a terra e fala: trabalhar e produzir! E o IBAMA chega é fala: não é para fazer queimada! Aí a gente fica sem saber o que fazer. Ai eu peguei a terra na mata, e se não fizer queimada não dá pra fazer nada, e ai não tem trator para passar em tudo aqui. E se a gente consegue o trator para aradar uma terra, passa do período do corte, ai pronto esquece! Aquele ano você não faz roça! (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

- As coisa que eu planejei tudo eu já fiz. Quando eu entrei aqui na terra a primeira coisa que eu planejei foi uma ter uma farinheira, botei motor, botei forno. Ai o barraquinho era ruim, eu arrumei e fiz essa casa e aí está tudo correndo bem, tudo tranqüilo. Tudo que eu planejei eu fiz! (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

As opiniões se dividem, para alguns tudo aconteceu da forma que foi planejada, outros não tiveram a mesma sorte: esbarraram em alguns contratemplos, investiram no núcleo de produção coletiva e o grupo não foi adiante; o lote sorteado não era em uma área favorável ao desenvolvimento de atividades agrícolas, ou ainda devido a imposições no jogo das relações de poder.

Em que pese todas as declarações negativas, as contradições são evidentes: A ação coletiva em Palmares II teve, em alguma medida, papel unificador, ou seja, proporcionou a união de pessoas, a aproximação entre elas, haja vista que não se conheciam até chegar ao acampamento, além da troca de experiências e aprendizado de trabalhar em grupo. Estes são os pontos positivos envoltos nas ações coletivas existente no assentamento estudado, que ora estão afinados com o ideário do MST, que está fundamentado em ações solidárias, humanas e transformadoras da sociedade. Por outro lado, a forma como algumas decisões foram tomadas e o desenrolar das atividades trouxe frustração para os indivíduos assentados que não vêem êxito em atividades coletivas. Veja o que eles nos disseram ao perguntarmos se, caso houvesse oportunidade ou necessidade em trabalhar coletivamente, se eles aceitariam:

Para fazer alguma ocupação ou correr atrás de algum benefício para a comunidade eu me atreveria. Agora para trabalhar, eu não. Hoje é diferente! Muitas pessoas já não confiam mais como confiavam antigamente! Aí não tem como (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Aqui é difícil porque cada qual só quer pensar para si, não estão mais naquela vidinha que era é por isso é difícil aqui o coletivo funcionar (MONTEIRO, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Não participaria, porque primeiro, já não estou na idade, na época eu era mais nova, outra já adoeci não sou mais sadia como eu era antes e é muito difícil. Eu não participaria (CRUZ, assentada em Palmares II, entrevistada em janeiro, 2010).

Pode até ter uns coletivos bons né, mas a gente já tem medo pra caramba, eu não estou mais afim (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Acho difícil! Muitas delas aí não deram certo. Logo bem aqui no grupo nosso a turma se reuniu, compraram uma máquina de arroz, uns botaram tanque para criar peixe, fizeram uma projeto para gado, e nada deu certo. O coordenador que era do grupo tomou conta do dinheiro, acabou com tudo e não deu em nada! As estruturas estão todas abandonadas como você pode ver lá na vila (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

A frustração demonstrada é devido ao fracasso de algumas atividades, o que não influenciou na opinião dos assentados a respeito do MST, e da organização do movimento. Os assentados não demonstraram rancores por conta destes contratemplos, mas eles têm mágoas com algumas lideranças, que um dia pertenceram ao acampamento e/ou assentamento como eles, e alcançaram este cargo pelo voto da maioria dos assentados, e por fim foram os vilões nestas situações, sendo que alguns desses hoje não mais se encontram no assentamento, segundo informações dos assentados.

- Pergunta: mesmo com os fracassos das ações coletivas, o Sr. (a), tem algo contra o MST?

- Jamais, de forma alguma. Eu vivo tranqüilo aqui e foi o MST quem me ajudou, querendo ou não. Eles são enrolados, tem deles ladrão, de todo o jeito. Mas em todo lugar tem! Olha aí o senado! Pra que mais ladrão do que tem lá? (SOUSA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

- Pelo contrario, eu agradeço a Deus e ao MST. É por isso que eu defendo eles, porque tem gente que diz que eles são isso, são aquilo, e eu não: sempre defendi! E ainda teve companheiro que passou o tempo todo acampado e quando foi no final, na hora de dividir a terra, disse: ah, 5 alqueires eu não quero! (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Os discursos contraditórios, por diferentes membros da mesma construção do assentamento demonstram o quanto as pessoas podem se associar por interesses conjunturalmente comuns, e se distanciarem quando cumpridos os objetivos que justificavam a aliança. A conquista da terra que os uniu, é a mesma conquista que os separa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisei o desdobramento da ação coletiva no assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas, região Sudeste do Pará.

Logo no princípio deste, demonstrei algumas questões que impulsionaram meu anseio em pesquisar o desenrolar da ação coletiva no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Partindo de alguns argumentos hipotéticos de que as respostas para minhas questões se encontravam na política solidária afinada ao ideário do MST, oferecida aos seus participantes/militantes.

Por esta razão fez-se necessário compreender o cenário em que o movimento surge no Brasil, e por meio desta análise considero que a ação coletiva estava inerente ao surgimento do mesmo. Caso contrário, como pessoas oriundas das periferias das cidades, e trabalhadores rurais expulsos do campo pela modernização da agricultura poderiam fazer frente ao sistema dominante?

O paralelo travado entre as opiniões dos autores apresentados no segundo capítulo desta dissertação foram essenciais para a compreensão dos motivos que levam sociedades, grupos de pessoas a viverem coletivamente em determinados momentos e sequencialmente podem se distanciar por caminhos diversos. Mostraram-nos como surge uma ação coletiva, qual o cenário para esta desenvolver-se, possibilitando reflexão acerca da ação coletiva que ocorre no assentamento estudado, suas causas, seus motivos, suas fundamentações e a passagem para a constituição do sujeito coletivo, a formação de espaços de ação coletiva, que buscam se estruturar através de formas organizativas que privilegiam a democratização das práticas cotidianas internas ao grupo, a mobilização social e o estímulo à participação direta das pessoas nas decisões e na realização das tarefas.

A ação coletiva se circunscreve como um pré-requisito para que o acampamento aconteça, sendo representada pela solidariedade dos indivíduos que deste fazem parte. Como neste momento pairam indefinições sobre a desapropriação ou não da área, e muitas são as dificuldades vivenciadas (dividem espaços físicos restritos e até a pouca alimentação que dispõem), para superar estas dificuldades, nada melhor que a união de forças, exatamente o que os acampados fazem se ajudam mutuamente, com a esperança de conquistar o bem comum: a posse da terra.

Já o assentamento é um momento de ruptura onde há um forte sentimento de liberdade. O fato de não ter patrão, de possuir casa de alvenaria, produz mudanças de vida e as pessoas passam a se organizar para agregar valor à produção agrícola do assentamento, que acontece em núcleos de produção coletivos, o que justifica o uso da teoria de Olson, McKean e Ostrom que trabalham com conceitos de propriedades de regime comum, juntamente com suas instituições e normas para o desenvolvimento de atividades em áreas de uso coletivo.

Logo, no período de acampamento observamos uma vida coletiva realmente afinada com o ideário do MST, proporcionada pelo trabalho de base que é realizado desde o recrutamento dos indivíduos. Essa vida coletiva no assentamento parece fracassar, pois reacende novamente, o sentimento de individualização. Aparecem os tensionamentos e as diferenças. Organizar a produção agrícola de forma cooperada e coletiva parece ser impossível, com certa ponderação, porque podemos notar que experiências coletivas desenvolvidas em pequenos grupos foram exitosas (como o caso do cultivo coletivo de banana organizado por 6 famílias). Já as realizadas em grupo que envolvia grande parcela dos assentados não tiveram êxito (como o caso das agroindústrias de beneficiamento de produtos). Pode-se concluir que a escala do grupo é um fator importante para o seu sucesso ou fracasso, a partir desta constatação.

Vimos ainda que no decorrer destas ações, houve frustrações. Alguns sentiram-se tolhidos por imposições das lideranças do movimento, o que levou a fracassos das ações coletivas e se soma a outras experiências com projetos coletivos financiados que não alcançaram o objetivo previsto no Pará (FARIAS, 2009; REIS, 2002). Concluímos que as ações coletivas acontecidas em Palmares II foram elaboradas a partir de experiências recorrentes e, embora seja recomendada como uma orientação a ser seguida pelos militantes/participantes não foi levado em consideração o fato da diversidade cultural existente no assentamento, com migrantes de vários estados do país, e parte destes vieram para a região na corrida pelo ouro de Serra Pelada, quando a atividade de extração do ouro foi suspensa e eles ficaram sem perspectiva de vida, viram no acampamento da Palmares II a nova chance de mudar de vida, o pote de ouro no fim do arco-íris. Possivelmente esta diversidade cultural possa também ter dificultado a aproximação e principalmente a confiança no momento de adesão a projetos coletivos oportunizados no assentamento.

Os “fracassos” da ação coletiva ocorreram principalmente no assentamento no que se refere aos núcleos de produção coletiva e à instalação das agroindústrias, e são justificados por alguns fatores de ordem técnica, dentre os principais a falta de aptidão dos assentados, o

super-dimensionamento da capacidade produtiva do assentamento, a falta de energia elétrica no local de instalação das agroindústrias, a falta de estudo para analisar a viabilidade de venda destes produtos no mercado local e entorno. Essas justificativas mencionadas por lideranças e assentados demonstram o grau de complexidade na absorção de tecnologias e formas de gestão propostas de fora para dentro de grupos cujas lógicas se constroem com outros tipos de amálgamas. Evidenciou-se, porém que a justificativa está ligada à dificuldade de trabalhar a demanda social e pelo autoritarismo nas escolhas de atividades produtivas para o assentamento, pois quatro dos nossos assentados entrevistados, afirmaram que não ficaram sabendo que o projeto para instalação das agroindústrias estava sendo elaborado.

Porém, existem atividades que exigem a união das pessoas para a obtenção de sucesso como: pressão sobre áreas de terras que não estejam cumprindo a função social, a organização da negociação institucional pela posse da terra, o apoio básico para a permanência no acampamento e assentamento antes da implantação dos cultivos criações. Desta forma estas atividades prescindem de mobilização coletiva outras historicamente são realizadas sob controle da família e entendidas como de natureza autônoma (o que plantar? Como? Quanto? Onde vender? A quem vender?).

Por outro lado, é preciso pensar em ações coletivas dentro de um projeto que vise à emancipação dos agricultores a partir de uma lógica que funcione ancorada no respeito, antes de tudo, centrado nos objetivos e necessidades dos assentados, ou seja, circunscrito não em modelos ideais (avessos à realidade), mas substanciados na condução democrática que fortaleça a possibilidade de escolha pelos assentados de suas prioridades. Por isso antes de tudo deve-se ouvir os atores da reforma agrária, os sem-terra ou assentados, e não permitir que apenas os interesses das lideranças sejam levados em consideração. No caso estudado, o que deve solidificar-se é uma aprendizagem coletiva que respeite em última instância as opiniões e vontades dos assentados.

Por fim, concluímos que a ação coletiva nesta dissertação se ancora em práticas militantes do MST no assentamento Palmares II, em Parauapebas, mas se estendem e mobilizam outros atores não contemplados nas abordagens desta temática como sendo participantes desta mesma ação (Prefeituras Municipais, Governo do Estado, Igrejas, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, Marlene Naoyo. **Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa**. 2004.199p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Belém: NCADR/UFGA, 2004.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 210p.

ASSIS, William Santos. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. 242p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder – ensaios da eclesiologia militante**. São Paulo: Ática, 1994. 367p.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. Trad. M.L.G. Alcoforado; D. Ártico. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2001. 653p.

BRAGA, Adriana; GASTALDO, Édison. O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 39, p. 78-84, ago./nov. 2009.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Rumos, trechos e borocas: trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no sudeste do Pará**. 2006. 217p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Belém: UFPA/EMBRAPA – Amazônia Oriental, 2006.

BRUNO, Regina Angela Landim. **Perfil dos proprietários e empresários da lista suja do trabalho escravo contemporâneo**. Rio de Janeiro: OIT, 2008. 86p.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. São Paulo: Estudos Avançados, vol.15 n.43, 2001.16p. Artigo de periódico.

CARTER, Miguel et al. **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP: MDA/NEAD, 2010. 563p.



CARVALHO, Horacio Martins. **Uma resignificação para a Reforma Agrária**. Artigo eletrônico, disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes\\_2010.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2010.pdf). Acesso em fevereiro de 2010.

CHAZEL, François. Poder. In: BOUDON, R. (dir.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.213-245.

COOMARSP (Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sul e Sudeste do Pará). **Plano de recuperação do assentamento Palmares II**. Marabá-PA: COOMARSP, 2005. 70p. Trabalho não publicado.

COUTINHO, Nelson Carlos. **O conceito de vontade coletiva em Gramsci**. Artigo eletrônico, disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802009000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100005). Acesso em junho de 2010.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

CUNHA, Luis Henrique. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: Arranjos institucionais e mediação externa**. Belém: NAEA/UFPA, 2002. 196p. (Tese de Doutorado).

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ECKERT, Cordula. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora da UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p.71-92.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades**. Artigo eletrônico, disponível em: [http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/pdf/Sociedade/Lutas\\_de\\_Mulheres\\_Sem\\_Terra\\_para\\_a\\_Afirmacao\\_de\\_Novas\\_Subjetividades.pdf](http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/pdf/Sociedade/Lutas_de_Mulheres_Sem_Terra_para_a_Afirmacao_de_Novas_Subjetividades.pdf). Acesso em novembro de 2009.

FARIAS, Silvio Kanner Pereira. **Gestão coletiva de máquinas e equipamentos agrícolas na agricultura familiar no assentamento Luiz Lopes Sobrinho**. 2009. 122p. Dissertação

(Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Belém: UFPA/EMBRAPA – Amazônia Oriental, 2009.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria. O meio rural na história social do Brasil.** Amsterdam, CEDLA, 1990. 657 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 319p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2008. 347p.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 383p.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 420p.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461p.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991. 90p.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará.** Belém: UFPA/NAEA, 2001. 170 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 224p.

HARDIN, Garret. La tragedia de los bienes comunes. In: SMITH, R.C.; PINEDO, D. **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia**. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002, p.33-48.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. 1. Belém: EDUFPA, 2004.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a constituição**: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 232p.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária**: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel, Edunioeste, 2003.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. 2007. 377p. Tese (Doutorado em Sociologia) - João Pessoa: UFPB, UFCG, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 523p.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Direitos e Projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, José de Souza et al. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 247-294.

MANAÇAS, Ulisses. **20 anos do MST no Pará**. Entrevista disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9031>. Acesso em agosto de 2010.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2003. 238p.

MATHIS, Armin. **Garimpos de ouro na Amazônia**: atores sociais, relações de trabalho e condição de vida. Belém: NAEA, 1995. 15p. (Paper do NAEA).

McKEAN, Margaret E.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: Diegues, Antonio Carlos; Moreira, André de Castro C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p.79-95.

MEDEIROS, Evandro Costa de. **A Dimensão educativa da mística sem terra**: a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes. 2002. 212p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Florianópolis:UFSC, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 215p.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio. **Formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 279p.

MELO JR., João Alfredo Costa de Campos. A ação coletiva e seus intérpretes. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, 65-87p. jul./dez. 2007.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis:Vozes, 2001. 199p.

MIRANDA, Elis de Araújo. **Espaço e tempo vividos por Manu**. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Belém: NAEA/UFPA, 2004

MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló. **Estudo sobre a organização da produção em área de assentamento no sudeste do Pará**. 2004, 114f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Belém: NAEA/UFPA, 2004.

MST. **Construindo o caminho**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Secretaria Nacional, 1986. 224p.

MST. **Programa de Reforma Agrária**. Cadernos de Formação n. 23. São Paulo: MST, 1998. 27p.

MST. **Método de trabalho e organização popular**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Secretaria Nacional, 2005. 170p.

MST. **Reforma Agrária**: por justiça social e soberania popular. São Paulo: Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009. 44p. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em janeiro de 2010.

NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). In: Santos, Boaventura Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.261-281.

OLSON, Mancur. **A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Oeiras: Celta Editora, 1999. 168p.

PANTOJA, Rosiane Cristina Pimentel. **Ação coletiva na criação e gestão do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém, Pará**. 2010. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Belém: NCADR/UFPA, 2010.

PRADO, JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1976.

REIS, Maria de Nazaré Ferreira. **Dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, Estado do Pará: agricultores familiares no caminho da participação e da gestão**. 2002. 229p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Belém: NCADR/UFPA, 2002.

ROSA, Marcelo Carvalho. **Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil**. Artigo eletrônico disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a07.pdf>. Acesso em janeiro 2011.

SALES, Celina de Maria Veras. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. 296p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Os novos rumos da pesquisa sobre as ações coletiva rurais. In SANTOS, Raimundo et al. **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 221-240.

SCHERER-WARREN, Ilse A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SCHERER-WARREN, Ilse; FERREIRA, José Maria C. **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil-Portugal**. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

SCHMITZ, Heribert; SIMÕES, Aquiles. O problema na identificação da demanda numa pesquisa sobre mecanização na Transamazônica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Recife – PE. **Anais**: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2001.

SHANIN, Teodor. Coletivização na União Soviética. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). **Experiências Internacionais**. Ano 19, nº3, 1990.

SILVA, Emerson Neves. **Formação e ideário do MST.** . Rio Grande do Sul: UNISINOS. 2004. 143p.

SILVA, Emerson Neves. **A Contribuição da Igreja Católica para a formação do Neozapatismo e para o Movimento dos Trabalhadores Rurais e Rurais Sem Terra.** 2008. 260p. Tese (Doutorado em História) - Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2008.

SILVA, José Gomes. A agricultura socialista em tempos de perestróika. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). **Experiências Internacionais.** Ano 19, nº3, 1990.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SOUZA, Haroldo de. **A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense:** o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA. 2010. 167 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Belém: NAEA/UFGPA, 2010.

SOUZA, Maria Antônia de. **As forma organizacionais de produção em assentamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** 1999. 285 p. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: UNICAMP, 1999.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. 167p.

TAVARES, Vânia Porto. **Colonização dirigida no Brasil:** suas possibilidades na região Amazônica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 212p.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** Trad. E.F. Edel. Petrópolis: Vozes, 1994. 431p.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta:** identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005. 114p.

VIET, Jean. **Métodos estruturalistas nas ciências sociais.** Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1973. 369p.

**ANEXOS**

## ANEXO A: Lista de Entrevistados

ALMEIDA, Guiomar Ribeiro de. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Junho de 2010.

BRITO, José Dalvino. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Janeiro de 2010.

CARNEIRO, Vandeilson dos Santos. Presidente da APROCPAR. Entrevista concedida a G.S.M., na sede da COOMARSP, em Janeiro de 2007.

CÉLIA, Maria. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Janeiro de 2010.

CORRÊA, Floriano dos Santos. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

CRUZ, Rosa do Carmo. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Janeiro de 2010.

DIOGO, José. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

FERREIRA, Ayala L. Dias. Direção estadual do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na secretaria estadual do MST em Marabá, em Março de 2010.

FERREIRA, Cláudio. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

FRANÇA, Luiz Barbosa de. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

LEITE, Edmilson Francisco dos Santos. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

JESUS, Sebastião. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

LIMA, Galdino Pereira. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

LOPES, Levanir. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

LOPES FILHA, Izabel. Coordenação estadual do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na secretaria estadual do MST em Marabá, em Março de 2010.



MARTINS, Domingos David. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

MARTINS, Miguel. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

MONTEIRO, Airton Alves. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

NUNES, José. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

PEREIRA, Giselda Coelho. Direção estadual do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na Universidad Agrária de La Habana em San Jose de las Lajas – La Habana, em Agosto de 2010.

REZENDE, José. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

ROSA, Antonio Menezes. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

SANTANA, Francisca Costa. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Julho de 2010.

SANTOS, José dos. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

SARMENTO, Zulmira. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Janeiro de 2010.

SILVA, Antonio Francisco Costa da. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

SOUSA, José Viana de. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

SOUZA, Maria Raimunda César de. Direção Nacional do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na secretaria estadual do MST em Marabá, em Março de 2010.

SOUZA, José Lima. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Janeiro de 2010.

TROCATE, Charles. Coordenação Estadual do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na sede da COOMARSP, em Janeiro de 2007.

WAMBERGUE, Emanuel. Ex-dirigente fundador da Comissão Pastoral da Terra. Comunicação pessoal. Marabá. 2007.

ANEXOS B: questionário aplicado junto as lideranças e assentados

***Roteiro para entrevistas - Ação coletiva: do acampamento ao assentamento no MST***  
***\* Entrevista com as lideranças***

Entrevistador:..... Data: .../.../..... Nº da entrevista.....

**I – DADOS GERAIS**

**1. Entrevista:**

Nome do entrevistado(a)..... Apelido.....

Local da entrevista ..... Duração da entrevista.....

i) Qual o nome de seus pais, eles participam ou participaram do MST? Ocuparam algum cargo no movimento?

---



---



---



---



---

ii) Onde nasceram, que ano? Qual a profissão deles? Qual trajetória fizeram até chegar ao Pará? Por que vieram para o estado do Pará?

---



---



---



---



---

**2. Trajetória dentro do MST**

a) Há quanto tempo é militante do movimento?.....

b) Qual cargo que ocupada no momento?.....

c) Conte como foi sua trajetória para chegar a este cargo no MST. Foi através de votação?

---



---



---



---



---

**II. Ação coletiva no MST**

a) Em que tipo de ações do movimento, você considera que seja ação coletiva, coletivismo? Descreva-os.

---



---



---

- 
- 
- b) Para que essas ações aconteçam qual preparatório as antecede, reuniões, encontros?
- c) Antes de serem sugeridas e instituídas ações coletivas voltadas para melhoria da econômica dos assentados, o MST busca alguma forma de saber a existência de uma demanda real no assentamento para trabalhar com alguma atividade? Justifique.

---

---

---

---

---

d) Você acredita que os indivíduos ou famílias possam se constituir em atores da gestão coletiva da terra? Como?

e) Em caso de liderança que atua no Palmares II. Solicitar que relate quais atividades do tipo coletiva aconteceram no assentamento.

---

---

---

---

---

f) O que move pessoas de onze diferentes estados do Brasil, a participarem de ações coletivas segundo uma lógica de inspiração socialista, diferente das que são exercidas habitualmente pelos agricultores familiares da região?

---

---

---

---

---

g) Já foi possível observar divergências e convergências entre o projeto dos assentados e o proposto pela liderança? Quais?

**Roteiro para entrevistas - Ação coletiva: do acampamento ao assentamento no MST**  
**\* Entrevista com os assentados**

Entrevistador:..... Data: .../.../..... Nº da entrevista.....

\* Apresentação individual, e do objetivo da pesquisa

**I – DADOS GERAIS**

**1. Entrevista:**

Nome do agricultor(a)..... Apelido.....

Local da entrevista..... Duração da entrevista.....

Local do lote (vila, vicinal, travessão).....Distância da estrada ou vila.....

**2. Trajetória da família:**

Local de nascimento do(a) Entrevistado(a), Cidade e Estado

.....

Idade .....

Lugares onde o Sr.(a) Trabalhou antes de chegar ao lote:

Local (Estado, Município)	Ano de saída	Atividade nesse lugar (agricultor ou não)

**3. Experiência com organização social.**

Onde o Sr. Morou era membro de alguma organização (s/n) ..... Tipo: .....

Quanto tempo participou.....

O que achou da experiência. (livre) .....

.....

Por que o Sr. Decidiu vir para cá? .....

Quantos anos mora nesta propriedade? .....

## II. DADOS GERAIS DO ESTABELECIMENTO

### 4. Uso atual da área (em hectares)

Área total	Mata	Capoeira	Pastagem	Cult. Permanente	Cult. anual

a) Que tipo de rebanho o Sr. Possui. ( ) Bovino ( ) Suíno ( ) Aves ( ) Ovinos e Caprinos ( ) Peixes.

Qual o mais importante na renda? .....

### 5. Água.

O área dispõe de água permanente ..... (s/n) Que tipo de fonte?.....

### 6. Atividades - Vista Geral.

Qual a principal atividade econômica? Coloque em ordem de importância (ex. 1. Agricultura)

..Agricultura.....Pecuária.....Comércio.....Garimpo..... Outros.....

Qual a atividade econômica que dá mais renda? (citar três em ordem decrescente de magnitude)

1..... 2..... 3.....

## III. AÇÕES COLETIVAS DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO

a) O Sr. (a), poderia narrar brevemente como foi a vida no acampamento? Que atividades tinha que realizar em conjunto com outros acampados? Quem coordenava essas atividades?

---



---



---



---



---



---

b) Participou de mutirões no acampamento e/ou assentamento? E de marchas, ocupações em praças ou prédios públicos? Qual a finalidade e quais eram as demandas reivindicadas?

---



---



---



---



---



---

c) Participou de alguma atividade coletiva ou projeto coletivo no período do assentamento? Qual? Porque, em caso afirmativo ou negativo?

---

---

---

---

---

---

---

d) O que acha desse tipo de atividade? Considera importante em que sentido?

---

---

---

---

---

---

---

e) O que planejou para estruturar seu lote, quando conseguisse o título de posse da terra? Quais culturas e criações pensou em manejar? Conseguiu? Em caso negativo explique porque.

---

---

---

---

---

---

---

#### **IV. PARTICIPAÇÃO**

a) Participa de qual organização existente no assentamento Palmares II? (STR/APROFAP).

---

b) É membro coordenado/liderança da organização que participa? \_\_\_\_\_

c) Com que frequência sua organização realiza reuniões? (semanal, quinzenal, mensal, bimestral). Conte como é participação de todos nas reuniões, quem tem direito a fala, ou que mais fala? Geralmente qual o objetivo destas reuniões? Quem toma as decisões? O Sr. Já opinou alguma vez na tomada de decisões importantes na associação/cooperativa?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

d) Para que serve essa organização?

---

---

---

---

---

---

---

**V. SÍNTESE**

a) Quais as principais dificuldades que encontra para realizar o que foi planejado para estruturar o lote?

---

---

---

---

---

b) Se fosse necessário o Sr.(a) participaria novamente de ações coletivas propostas pela liderança do MST?

---

---

---

---

---

---

---

c) O que você considera ser ação coletiva dentro do acampamento e dentro do assentamento

---

---

---